

—————**Cartório Notarial de Lisboa da Notária** —————
—————**Raquel Salgueiro Palma Dorotêa** —————
—————**R. Castilho, n.º 44, 1.º, em Lisboa** —————

Certifico que nesta data compareceu neste Cartório, perante mim, *Maria Cristina Batista Dias*, a funcionária 231/19, autorizada pela Notária Raquel Salgueiro Palma Dorotêa, nos termos do artigo 8.º, do DL 26/2004, de 4/02, com a nova redação dada pelo DL n.º 15/2011, de 25/01, autorização essa publicada no site da Ordem dos Notários em 05/07/2021, **Susana Cristina Bizão Mendes**, estado civil solteira, natural de São Jorge de Arroios, em Lisboa, com domicílio profissional na R. Rodrigo da Fonseca, n.º 127, 1.º Dt.º, em Lisboa, pessoa cuja identidade verifiquei por exibição do seu Cartão de Cidadão n.º 10526661 2 ZX6, válido até 03/05/2031, emitido em Lisboa, a qual me apresentou um documento escrito em *língua portuguesa*, relativo à fotocópia de um outro escrito em *língua espanhola*. —————

A interessada alegou haver feito a tradução do citado documento, tendo afirmado sob compromisso de honra, que prestou perante mim, ser fiel a referida versão. —————

Lisboa, 31 de Maio de 2022

A Tradutora

Susana Mendes

A Colaboradora

Maria Cristina Batista Dias

Conta registada sob o n.º 1084 /22

Mendes

TRADUCTANET



WUOLAS

Unica

by

TRADUÇÃO

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Contas Anuais a 31 de dezembro de 2021
e Relatório de Gestão do exercício de 2021

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Balanços a 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Expressos em milhares de euros)

ky
2
N.º 10

1. Balanços a 31 de dezembro de 2021 e de 2020
2. Contas de Perdas e Ganhos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
3. Demonstração de Rendimentos e Gastos reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
4. Demonstrações Totais de Variações no Património Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
5. Demonstrações de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
6. Relatório

(1) Natureza e atividades	13
(2) Critérios Aplicados	14
(3) Distribuição de Resultados	16
(4) Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados	17
(5) Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	33
(6) Ativos financeiros a custo amortizado	34
(7) Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	37
(8) Ativos Corpóreos	38
(9) Ativos Incorpóreos	39
(10) Ativos e Passivos por impostos	40
(11) Outros ativos e passivos	41
(12) Passivos financeiros a custo amortizado	41
(13) Provisões	42
(14) Fundos Próprios	42
(15) Compromissos com empréstimos concedidos	44
(16) Fornecedores. Informação sobre os diferimentos de pagamento a fornecedores. Terceira disposição adicional. «Dever de informação» da Lei n.º 15/2010, de 5 de julho	44
(17) Rendimentos de juros e gastos com juros	45
(18) Rendimentos de comissões	45
(19) Gastos com comissões	45
(20) Diferenças Cambiais	46
(21) Outros rendimentos de exploração	46
(22) Gastos com o pessoal	46
(23) Outros gastos administrativos	48
(24) Operações e Saldos com Partes Relacionadas	48
(25) Informação relativa ao Conselho de Administração	49
(26) Informação sobre o Ambiente	50
(27) Serviço de Atendimento ao Cliente	50
(28) Honorários de Auditoria	51
(29) Situação Fiscal	51
(30) Políticas e Gestão de Riscos	54

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Balanços a 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Expressos em milhares de euros)

3
Nico

Rm

(31) Acontecimentos Posteriores

59

	2021	2020
ATIVO		
Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem (nota 5)	480	633
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Derivados financeiros	-	-
Instrumentos de capital próprio	-	-
Valores mobiliários representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
<i>Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora</i>	-	-
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-
Instrumentos de capital próprio	-	-
Valores mobiliários representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
<i>Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora</i>	-	-
Ativos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados	-	-
Valores mobiliários representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
<i>Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora</i>	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Instrumentos de capital próprio	-	-
Valores mobiliários representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
<i>Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora</i>	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado (nota 6)	219.105	237.201
Valores mobiliários representativos de dívida	-	-
Empréstimos e adiantamentos	219.105	237.201
Bancos Centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	219.105	237.201
<i>Pro memoria: emprestados ou entregues como garantia, com direito a venda ou penhora</i>	-	-
Derivados financeiros - contabilidade de cobertura	-	-
Alterações do justo valor de elementos cobertos de uma carteira com cobertura de risco de taxa de juro	-	-
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-
Subsidiárias	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	-
Associadas	-	-
Ativos corpóreos (nota 8)	3	5
Imobilizações corpóreas	3	5
De uso próprio	3	5
Cedido em locação operacional	-	-
Afeto à Obra Social (caixas de poupança e cooperativas de crédito)	-	-
Investimentos imobiliários	-	-
<i>Dos quais: cedido em locação operacional</i>	-	-
<i>Pro memoria: Adquirido em locação</i>	-	-
Ativos incorpóreos (nota 9)	-	-
Goodwill	-	-
Outros ativos incorpóreos	-	-
Ativos por impostos (nota 10)	359	2.116
Ativos por impostos correntes	80	1.914

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Balancos a 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Expressos em milhares de euros)

4
11/2020
hm

Ativos por impostos diferidos	279	202
Outros ativos (nota 11)	899	725
Contratos de seguros associados a pensões	-	-
Existências	-	-
Restantes ativos	899	725
Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda (nota 7)	158	216
TOTAL ATIVO	221.004	240.896

Pm

5
Anexo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Balanços a 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Expressos em milhares de euros)

PASSIVO	2021	2020
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Derivados financeiros	-	-
Posições curtas	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Valores mobiliários representativos de dívida emitidos	-	-
Outros passivos financeiros	-	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	-	-
Valores mobiliários representativos de dívida emitidos	-	-
Outros passivos financeiros	-	-
<i>Pro memoria: passivos subordinados</i>	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado (nota 12)	195.690	218.629
Depósitos	194.235	217.448
Bancos centrais	-	-
Instituições de crédito	-	-
Clientes	194.235	217.448
Valores mobiliários representativos de dívida emitidos	-	-
Outros passivos financeiros	1.455	1.181
<i>Pro memoria: passivos subordinados</i>	-	-
Derivados financeiros - contabilidade de cobertura	-	-
Alterações do justo valor de elementos cobertos de uma carteira com cobertura de risco de taxa de juro	-	-
Provisões (nota 13)	13	13
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	-	-
Outras remunerações de empregados a longo prazo	-	-
Questões processuais e litígios fiscais pendentes	-	-
Compromissos e garantias concedidos	13	13
Restantes provisões	-	-
Passivos por impostos (nota 10)	821	412
Passivos por impostos correntes	821	412
Passivos por impostos diferidos	-	-
Capital social reembolsável à vista	-	-
Outros passivos (nota 11)	1.001	857
<i>Dos quais: fundo da obra social (apenas caixas de poupança e cooperativas de crédito)</i>	-	-
Passivos incluídos em grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	-
TOTAL PASSIVO	197.525	219.911

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Balanços a 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Expressos em milhares de euros)

6
Mhcs

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2021	2020
Fundos próprios (nota 14)	23.479	20.985
Capital	13.000	13.000
Capital realizado	13.000	13.000
Capital não realizado mobilizado	-	-
<i>Pro memoria:</i> capital não mobilizado	-	-
Prémio de emissão	-	-
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital	-	-
Componente de património líquido dos instrumentos financeiros compostos	-	-
Outros instrumentos de capital próprio emitidos	-	-
Outros elementos de património líquido	-	-
Lucros retidos	-	-
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas	7.985	9.298
(-) Ações próprias	-	-
Resultado do exercício	2.494	(1.313)
(-) Dividendos intercalares	-	-
Outros resultados globais acumulados	-	-
Elementos que não devem ser reclassificados nos resultados	-	-
Ganhos ou (-) perdas atuariais em regime de pensões com prestações preestabelecidas	-	-
Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de capital próprio avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Ineficácia das coberturas de justo valor de instrumentos de capital próprio avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de capital próprio avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral [elemento coberto]	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de capital próprio avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral [instrumento de cobertura]	-	-
Alterações do justo valor de passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados imputáveis a alterações do risco de crédito	-	-
Elementos que podem ser reclassificados nos resultados	-	-
Coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras [parte efetiva]	-	-
Conversão de divisas	-	-
Derivados de cobertura. Reserva de cobertura dos fluxos de caixa [parte efetiva]	-	-
Alterações do justo valor dos instrumentos de dívida avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos não designados]	-	-
Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	-
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO	23.479	20.985
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	221.004	240.896
PRO MEMORIA: EXPOSIÇÕES EXTRAPATRIMONIAIS	2021	2020
Compromissos de empréstimo concedidos (nota 15)	1.374	1.838
Garantias financeiras concedidas	-	-
Outros compromissos concedidos	-	-

my

+
Anexo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Conta de Ganhos e Perdas a 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Expressos em milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	2021	2020
Rendimentos de juros (nota 17)	6.868	7.247
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado	6.868	7.247
Restantes rendimentos de juros	-	-
(Gastos com juros) (nota 17)	(2.467)	(2.627)
(Gastos com capital social reembolsável à vista)	-	-
A) MARGEM DE JUROS	4.401	4.620
Rendimentos de dividendos	-	-
Rendimentos de comissões (nota 18)	826	890
(Gastos com comissões) (nota 19)	(8)	(6)
Ganhos ou (-) perdas líquidos pelo desconhecimento de ativos e passivos financeiros não avaliados pelo justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado	-	-
Restantes ativos e passivos financeiros	-	-
Ganhos ou (-) perdas líquidos por ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Reclassificação de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Reclassificação de ativos financeiros pelo custo amortizado	-	-
Outros ganhos ou (-) perdas	-	-
Ganhos ou (-) perdas líquidos por ativos financeiros não destinados a negociação avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados	-	-
Reclassificação de ativos financeiros obrigatoriamente	-	-
Reclassificação de ativos financeiros pelo custo amortizado	-	-
Outros ganhos ou (-) perdas	-	-
Ganhos ou (-) perdas líquidos por ativos e passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	-	-
Ganhos ou (-) perdas líquidos resultantes da contabilização de coberturas	-	-
Diferenças cambiais [ganho ou (-) perda] líquidas (nota 20)	(51)	(3)
Outros rendimentos de exploração (nota 21)	1.671	1.470
(Outros gastos de exploração)	-	-
<i>Dos quais: dotações obrigatórias para fundos da obra social (apenas caixas de poupança e cooperativas de crédito)</i>	-	-
B) MARGEM BRUTA	6.839	6.971
(Gastos administrativos)	(4.052)	(3.746)
(Gastos de pessoal) (nota 22)	(2.463)	(2.334)
(Outros gastos administrativos) (nota 23)	(1.589)	(1.412)
(Amortização) (notas 8 e 9)	(3)	(23)
(Provisões ou (-) reversão de provisões) (nota 13)	-	35
(Imparidade do valor ou (-) inversão da imparidade de ativos financeiros não avaliados pelo justo valor através de resultados e perdas ou (-) ganhos líquidos pela alteração)	364	(4.085)
(Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral)	-	-
(Ativos financeiros ao custo amortizado) (nota 6)	364	(4.085)
(Imparidade do valor ou (-) reversão da imparidade do valor de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas)	-	-
(Imparidade do valor ou (-) reversão da imparidade do valor de ativos não financeiros)	(415)	(343)
(Ativos corpóreos) (nota 8)	(415)	(343)
(Ativos incorpóreos)	-	-
(Outros)	-	-
Ganhos ou (-) perdas líquidos resultantes do desconhecimento de ativos não financeiros (nota 8)	5	(106)
Goodwill negativo reconhecido nos resultados	-	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Conta de Ganhos e Perdas a 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Expressos em milhares de euros)

8
Unicos
By

Ganhos ou perdas (-) de ativos não correntes e grupos para alienação de elementos classificados como detidos para venda, não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-
C) GANHOS OU (-) PERDAS ANTES DE IMPOSTOS DAS UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO (nota 29)	2.738	(1.297)
(Gastos ou (-) receitas provenientes de impostos sobre os resultados das unidades operacionais em continuação)	244	16
D) GANHOS OU (-) PERDAS APÓS IMPOSTOS DAS UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO	2.494	(1.313)
Ganhos ou (-) perdas após impostos de unidades operacionais descontinuadas	-	-
E) RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.494	(1.313)

BM
9
Mz

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Demonstração de Rendimentos e Gastos Reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Expressos em milhares de euros)

MAPA DE RECEITAS E GASTOS RECONHECIDOS	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.494	(1.313)
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	-	-
Elementos que não devem ser reclassificados nos resultados	-	-
Ganhos ou (-) perdas atuariais em regime de pensões com prestações preestabelecidas	-	-
Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos detidos para venda	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de capital próprio avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Ganhos ou (-) perdas líquidos resultantes da contabilização de coberturas de instrumentos de capital próprio avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral (elemento coberto)	-	-
Alterações do justo valor de instrumentos de capital próprio avaliados pelo justo valor através de outro rendimento integral (instrumento de cobertura)	-	-
Alterações do justo valor dos passivos financeiros pelo justo valor através de resultados atribuíveis a alterações do risco de crédito	-	-
Imposto sobre o rendimento relativo a elementos que não serão reclassificados	-	-
Elementos que podem ser reclassificados nos resultados	-	-
Coberturas de investimentos líquidas em unidades operacionais estrangeiras [parte efetiva]	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Conversão de divisas	-	-
Ganhos ou (-) perdas cambiais contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Coberturas de fluxos de caixa [parte efetiva]	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Transferido pela quantia escriturada inicial dos elementos cobertos	-	-
Outras reclassificações	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos não designados]	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos detidos para venda	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no património líquido	-	-
Transferido para resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
Imposto sobre o rendimento relativo aos elementos que podem ser reclassificados como ganhos ou (-) perdas	-	-
Rendimento integral total do exercício	2.494	(1.313)

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Demonstração de Rendimentos e Gastos Reconhecidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Expressos em milhares de euros)

10
Unices**DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS 2021**

	Capital	Outras Reservas	Resultado do exercício	Total Fundos Próprios	Ajustes de Avaliação	Total Património Líquido
1. Balanço inicial (31/12/2020)	13.000	9.298	(1.313)	20.985	-	20.985
2. Ajustamento por alterações de critérios 2020 e anteriores	-	-	-	-	-	-
3. Total rendimentos e gastos reconhecidos	-	-	2.494	2.494	-	2.494
4. Outras variações do património líquido.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reduções de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Transferências entre rubricas de património líquido	-	(1.313)	1.313	-	-	-
5. Balanço final (31/12/2021)	<u>13.000</u>	<u>7.985</u>	<u>2.494</u>	<u>23.479</u>	<u>-</u>	<u>23.479</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS 2020

	Capital	Outras Reservas	Resultado do exercício	Total Fundos Próprios	Ajustes de Avaliação	Total Património Líquido
1. Balanço inicial (31/12/2019)	13.000	7.650	1.028	21.678	-	21.678
2. Ajustamento por alterações de critérios 2019 e anteriores	-	620	-	620	-	620
3. Total rendimentos e gastos reconhecidos	-	-	(1.313)	(1.313)	-	(1.313)
4. Outras variações do património líquido.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reduções de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Transferências entre rubricas de património líquido	-	1.028	(1.028)	-	-	-
5. Balanço final (31/12/2020)	<u>13.000</u>	<u>9.298</u>	<u>(1.313)</u>	<u>20.985</u>	<u>-</u>	<u>20.985</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Demonstrações de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Expressos em milhares de euros)

hm
u
fluxos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2021	2020
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	(202)	674
Resultado do exercício	2.494	(1.313)
Ajustes para obter os fluxos de caixa das atividades de exploração	(709)	4.097
Amortização (notas 8 e 9)	3	23
Outros ajustes	(712)	4.074
Aumento/diminuição líquido dos ativos de exploração	(20.399)	(12.004)
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Ativos financeiros não destinados a negociação obrigatoriamente avaliados pelo justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado	(18.818)	(13.727)
Outros ativos de exploração	(1.581)	1.723
Aumento/diminuição líquido dos passivos de exploração	(22.386)	(14.114)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	(22.386)	(14.114)
Outros passivos de exploração	-	-
Cobranças/Pagamentos por imposto sobre o rendimento	-	-
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	48	(196)
Pagamentos	-	(196)
Ativos corpóreos	-	-
Ativos incorpóreos	-	-
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos que tenham sido classificados como detidos para venda	-	(196)
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
Cobranças	48	-
Ativos corpóreos	-	-
Ativos incorpóreos	-	-
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos que tenham sido classificados como detidos para venda	48	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de investimento	-	-
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Pagamentos	-	-
Dividendos	-	-
Passivos subordinados	-	-
Amortização de instrumentos de capital próprio	-	-
Aquisição de instrumentos de capital próprio	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	-	-
Cobranças	-	-
Passivos subordinados	-	-
Emissão de instrumentos de capital próprio	-	-
Alienação de instrumentos de capital próprio	-	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Demonstrações de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Expressos em milhares de euros)

Ry
12
Unicos

Outras cobranças relacionadas com atividades de financiamento	-	-
D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO	-	-
E) AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (A+B+C+D)	(154)	478
F) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	634	155
G) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	480	633

COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	2021	2020
Caixa	1	-
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	-	-
Outros ativos financeiros	479	633
Menos: descobertos bancários reembolsáveis à vista	-	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

13
N.º 13

(1) Natureza e atividades

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C, S.A. (Sociedade Unipessoal) (doravante a «Sociedade») foi constituída mediante escritura pública outorgada em Barcelona a 28 de setembro de 2006, sob a denominação social de Deutsche Leasing España, E.F.C., S.A.U. A 9 de dezembro de 2011, a Sociedade alterou a sua denominação para a atual.

A Sociedade tem carácter de estabelecimento financeiro de crédito e é regulada pelo disposto na legislação vigente em matéria de Estabelecimentos Financeiros de Crédito, constante, nomeadamente, do Real Decreto-lei 692/1996, de 26 de abril, sobre o Regime Jurídico dos Estabelecimentos Financeiros de Crédito. Após a entrada em vigor da Lei 5/2015, de 27 de abril, sobre o fomento do financiamento empresarial, os estabelecimentos financeiros de crédito perdem a sua condição de entidades de crédito, mas mantêm intacta a sua inclusão no perímetro de supervisão e rigorosa regulação financeiras. O artigo 7.º da Lei 5/2015 estabelece ainda que os estabelecimentos financeiros de crédito reger-se-ão pelo disposto no título II do referido diploma e na respetiva legislação de execução e, em relação ao que não é previsto na referida legislação, o regime jurídico será o previsto para as entidades de crédito.

Face à alteração das regras para os Estabelecimentos Financeiros de Crédito, a Sociedade é agora supervisionada nos termos da circular do Banco de Espanha n.º 4/2019.

A sua atividade principal continua a ser a concessão de créditos e a locação financeira, incluindo as seguintes atividades complementares:

- (a) Serviços relacionados com a manutenção dos bens objeto de transmissão.
- (b) Concessão de financiamento relativo a operações de *Leasing* presentes ou futuras.
- (c) Mediação e realização de operações de *Leasing*.
- (d) Outras operações de *Leasing* com ou sem opção de compra.
- (e) Consultoria.

A Sociedade encontra-se inscrita sob o número 8826 no Registo Especial de Entidades de Crédito do Banco de Espanha, estando sujeita à legislação e aos regulamentos das entidades de crédito que operam em Espanha, conforme determinado pela Lei n.º 5/2015, de 27 de julho. Em particular, será aplicada aos estabelecimentos financeiros de crédito a regulamentação sobre participações significativas, idoneidade e incompatibilidade de altos cargos, governação das sociedades e solvência contida na Lei n.º 10/2014, de 26 de junho, de ordenação, supervisão e solvência de entidades de crédito e respetiva legislação específica, bem como a legislação relativa à transparência, mercado hipotecário, regime concursal e prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo prevista para as entidades de crédito.

Em qualquer caso, será de aplicação aos estabelecimentos financeiros de crédito o disposto na terceira disposição adicional da Lei n.º 3/2009, de 3 de abril, relativa a modificações estruturais das sociedades comerciais, relativa ao regime aplicável às operações de cessão global ou parcial de ativos e passivos entre entidades de crédito.

A Sociedade, através do seu acionista único Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG,

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

hm
14
11/2021

integra-se no grupo alemão Deutsche Leasing. Consequentemente, a Sociedade tem natureza unipessoal. Além do capital social realizado, existem empréstimos, um deles subordinado, com a empresa-mãe, um contrato de *cash pooling* e diversos empréstimos com a Deutsche Leasing Funding B.V. e depósitos contratados com a Deutsche Leasing Finance GmbH (ver notas 12 e 25).

A 28 de agosto de 2012, a Sociedade criou uma sucursal em Lisboa (Portugal), denominada Deutsche Leasing Iberica, E.F.C., S.A.U. Sucursal em Portugal. A sucursal tem sede social na Av. da República, 6, 6.º Dt.º, em Lisboa (Portugal) e o seu Número de Identificação Fiscal em Portugal (NIPC) é 980477271. Nas presentes notas do relatório, os dados para a Sociedade e para a sua sucursal são apresentados em conjunto.

(2) Critérios Aplicados

a) Bases de Apresentação das Contas Anuais

As contas anuais da Sociedade foram formuladas pelos Administradores de forma a refletirem a imagem fiel do património e da situação financeira a 31 de dezembro de 2021, e dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido, das alterações nos rendimentos e gastos reconhecidos e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício anual findo na data referida.

Nos termos do Título II, relativo ao regime jurídico dos estabelecimentos financeiros de crédito, da Lei n.º 5/2015, de 27 de abril, sobre o fomento do financiamento empresarial, o Banco de Espanha emitiu a Circular 4/2019, de 26 de novembro, para os estabelecimentos financeiros de crédito, sobre normas de informação financeira pública e reservada e modelos de demonstrações financeiras, que constitui o regime contabilístico aplicável aos estabelecimentos financeiros de crédito, e que determina os documentos a publicar por estes estabelecimentos e pelos seus grupos, bem como as normas de reconhecimento, avaliação, apresentação e informação a incluir no Relatório e a desagregação a aplicar na sua elaboração, incluindo os modelos de demonstrações financeiras públicas e reservadas. Esta Circular tem como referência a legislação contabilística das entidades de crédito, quer estabelecendo critérios semelhantes aos destas entidades, quer remetendo diretamente para as normas da Circular 4/2017, de 27 de novembro, para as entidades de crédito, sobre normas de informação financeira pública e reservada, e modelos de demonstrações financeiras. As diferenças de natureza, escala e complexidade das atividades dos estabelecimentos relativamente às entidades de crédito traduzem-se num regime simplificado de requisitos das demonstrações financeiras, que consiste num subconjunto das demonstrações financeiras públicas e reservadas das entidades de crédito, em alguns casos com uma menor frequência de envio ou um maior prazo de transmissão. A referida Circular 4/2019, de 26 de novembro, entrou em vigor a 1 de janeiro de 2020. Os Administradores estimam que as contas anuais de 2021 serão aprovadas pelo Acionista Único, sem variações significativas. Conforme exigido pela legislação comercial, os Administradores da Sociedade apresentam, para efeitos comparativos, junto de cada uma das rubricas do balanço, da conta de perdas e ganhos, da demonstração de alterações no património líquido, da demonstração de fluxos de caixa e do relatório, além dos valores do exercício de 2021, os correspondentes ao exercício anterior que faziam parte das contas anuais do exercício de 2020 aprovadas pelo Acionista Único.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

15
Mareco

Os balanços, as contas de ganhos e perdas, as demonstrações de alterações no património líquido e as demonstrações de fluxos de caixa apresentados nas presentes contas anuais foram preparados de acordo com os modelos estabelecidos na Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, do Banco de Espanha, a qual, para estes efeitos, remete para a Circular n.º 4/2017, de 27 de novembro, do Banco de Espanha, e modificações posteriores.

Em conformidade com os requisitos acima referidos, os administradores da Sociedade aplicaram pela primeira vez a referida Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, do Banco de Espanha na elaboração das contas anuais da Sociedade relativas ao exercício anual encerrado a 31 de dezembro de 2020, aplicando as disposições transitórias nela contidas e não afetando os valores comparativos relativos ao exercício anterior. A este respeito, importa salientar que a metodologia e os requisitos utilizados para determinar as correções de imparidades no exercício de 2020 diferem daqueles utilizados no exercício anterior, uma vez que os requisitos estabelecidos no anexo IX da Circular n.º 4/2017 do Banco de Espanha foram aplicados pela primeira vez no exercício de 2020. Em conformidade com as disposições transitórias aplicáveis, o impacto a 1 de janeiro de 2020 decorrente da alteração dos critérios contabilísticos relacionados com a primeira aplicação da referida Circular n.º 4/2019, que é detalhado na demonstração de alterações no património líquido, ascendeu a 620 mil euros. Este impacto resulta da aplicação, a partir de 1 de janeiro de 2020, da nova metodologia e dos novos requisitos utilizados para a determinação das correções de imparidades estabelecidos no Anexo IX da Circular n.º 4/2017 do Banco de Espanha, resumidos nas notas 4 (g) e 6.

b) Princípios contabilísticos e normas de avaliação

Na preparação das contas anuais, foram seguidos os princípios contabilísticos e as normas de avaliação geralmente aceites descritos na nota 4 «Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados», que se baseiam nas disposições estabelecidas na Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, do Banco de Espanha, para os estabelecimentos financeiros de crédito, sobre as normas de informação financeira pública e reservada, e modelos de demonstrações financeiras. Não existe qualquer princípio contabilístico obrigatório que, tendo um efeito significativo na elaboração das contas anuais, se tenha deixado de aplicar.

c) Coeficientes mínimos

Coeficiente de Recursos próprios mínimos

A Lei n.º 13/1992, de 1 de junho, e a Circular n.º 3/2008 do Banco de Espanha e as suas sucessivas alterações regulam os recursos próprios mínimos que devem ser mantidos pelas entidades de crédito espanholas – tanto a título individual como a nível de grupo consolidado – e a forma de determinação desses recursos próprios.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os recursos próprios computáveis ascendiam a 25.385 e 25.385 mil euros, respetivamente, sendo o excedente relativo aos requisitos dessa legislação, para os anos de 2021 e 2020, de 10.909 e 10.705 mil euros, respetivamente, de acordo com o Pilar 1. À data da elaboração das presentes contas anuais, para o cálculo dos recursos próprios, não se teve em consideração o resultado positivo obtido no exercício de 2021 no montante de 2.494 mil euros, uma vez que este último está pendente de aprovação e a legislação atual impede a inclusão no cálculo desse montante até que o resultado seja aprovado em sede de assembleia geral de sócios.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

16
Lucros

d) Princípio da continuidade

A Sociedade conta com o apoio do seu grupo e da sua empresa-mãe, e espera continuar a trajetória de resultados positivos nos próximos anos. Para esse efeito, e com base nos argumentos descritos, as presentes Contas Anuais são elaboradas sob o princípio da continuidade.

(3) Distribuição de Resultados

A proposta de distribuição de perdas da Sociedade no exercício de 2021, formulada pelos Administradores, e aguardando aprovação do Acionista Único, é apresentada no quadro seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>
<u>Regime de repartição</u>	
Lucros do exercício de 2021	2.494
	<u>2.494</u>
<u>Aplicação</u>	
Reserva Legal	249
Reserva Voluntária	932
Compensação de Rtdos. Neg. de Exer. Anteriores	1.313
	<u>2.494</u>

A distribuição dos resultados do exercício de 2020 da Sociedade, aprovada pelo Acionista Único a 18 de maio de 2021, está refletida na Demonstração de Alterações no Património Líquido e foi a seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>
<u>Regime de repartição</u>	
Perdas do exercício de 2020	(1.313)
	<u>(1.313)</u>
<u>Aplicação</u>	
Resultados negativos de exercícios anteriores	(1.313)
	<u>(1.313)</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

11
Unicos

(4) Princípios Contabilísticos e Normas de Avaliação Aplicados

As presentes contas anuais foram elaboradas em conformidade com os princípios contabilísticos e as normas de avaliação estabelecidos na Circular n.º 4/2019, de 26 de novembro, do Banco de Espanha, para os estabelecimentos financeiros de crédito, sobre as normas de informação financeira pública e reservada, e modelos de demonstrações financeiras, incluindo as alterações subsequentes. Apresenta-se de seguida um resumo dos princípios mais significativos:

(a) Princípio da continuidade

Na elaboração das contas anuais, considerou-se que a administração da Sociedade irá prosseguir num futuro previsível. Por conseguinte, a aplicação das normas contabilísticas não se destina a determinar o valor do Património Líquido para efeitos da sua transmissão global ou parcial nem o valor resultante em caso de liquidação.

(b) Contabilidade de exercício

As presentes contas anuais, salvo no que respeita às demonstrações de fluxos de caixa, foram elaboradas com base no fluxo efetivo de bens e serviços, independentemente da data do pagamento ou da cobrança respetivos, com exceção dos juros sobre empréstimos e contas a receber e outros riscos não relacionados com o investimento junto de mutuários considerados como com imparidade no momento da cobrança.

A periodificação dos juros sobre as transações ativas e passivas, com períodos de liquidação superiores a 12 meses, é calculada pelo método financeiro. Nas operações de curto prazo, a provisão é realizada indistintamente segundo o método financeiro ou pela taxa de juro efetiva.

Seguindo a prática financeira geral, as transações são registadas na data da sua produção, que pode diferir da sua data-valor correspondente, com base na qual são calculados os rendimentos e os gastos financeiros.

(c) Transações e saldos em moeda estrangeira

i. Moeda funcional

A moeda funcional da Sociedade é o euro. Por conseguinte, todos os saldos e transações denominados em moedas que não o euro são considerados como denominados em «moeda estrangeira».

ii. Critérios de conversão dos saldos em moeda estrangeira

Os saldos e transações em moeda estrangeira foram convertidos em euros através das seguintes regras de conversão:

- a. Os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional através do uso da taxa de câmbio no encerramento do exercício.
- b. Os itens não monetários avaliados pelo respetivo custo histórico são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da sua aquisição.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

sm
18
Unicos

- c. Os itens não monetários avaliados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que esse justo valor foi determinado.
- d. Os rendimentos e gastos são convertidos à taxa de câmbio à data da transação, podendo ser utilizada uma taxa de câmbio média do período para todas as transações realizadas no mesmo.
- e. As operações de compra e venda a prazo entre divisas e de divisas contra euros que não cubram posições de capital são convertidas às taxas de câmbio estabelecidas no encerramento do exercício pelo mercado cambial a prazo para o prazo correspondente.
- f. Compra e venda de divisa a prazo: As referidas operações são convertidas às taxas de câmbio do encerramento do exercício, de acordo com o mercado cambial a prazo, tendo em conta o prazo de vencimento.

iii. Registo das diferenças cambiais

As diferenças cambiais foram registadas na conta de ganhos e perdas, com exceção das diferenças surgidas em rubricas não monetárias avaliadas pelo justo valor, cujo ajustamento pelo justo valor é imputado ao património líquido.

(d) Demonstração dos fluxos de caixa

A Sociedade utilizou o método indireto para a realização das demonstrações dos fluxos de caixa, as quais têm as seguintes expressões, que integram os seguintes critérios de classificação:

- a. Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em caixa e seus equivalentes, entendendo-se por estes os investimentos a curto prazo de elevada liquidez e reduzido risco de alterações no seu valor. Por caixa e seus equivalentes entendemos os saldos incluídos nas epígrafes «Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem» dos balanços anexos, bem como outros saldos geridos como caixa (Nota 5).
 - b. Atividades de exploração: atividades típicas das entidades de crédito, bem como outras atividades que não possam ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
 - c. Atividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos a longo prazo e outros investimentos incluídos na caixa e seus equivalentes.
 - d. Atividades de financiamento: atividades que produzem alterações na dimensão e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades de exploração.
- (e) Reconhecimento, avaliação e classificação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade se torna parte nos acordos contratuais, em conformidade com as disposições dos referidos acordos.

i. Ativos financeiros

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

Sm
19
Unice

Por norma, os ativos financeiros são registados inicialmente pelo justo valor. A menos que haja provas em contrário, o justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação. No caso de instrumentos sem mercado ativo, será utilizado o preço da transação no reconhecimento inicial, a menos que possa ser comprovado, pelas condições específicas do instrumento de transação, que o justo valor é representado por outro valor.

Entende-se por justo valor o preço que seria pago pela venda de um ativo financeiro ou pela transferência de um passivo financeiro numa transação ordenada entre participantes no mercado, na data de avaliação. A melhor prova do justo valor é o preço cotado num mercado ativo que corresponda a um mercado ativo, transparente e profundo.

Quando não existe preço de mercado para determinado ativo financeiro, são utilizadas técnicas de avaliação para estimar o seu justo valor, técnicas de avaliação que deverão satisfazer as seguintes características:

- a. Deverão ser as técnicas mais coerentes e adequadas e incorporar dados observáveis do mercado, tais como: transações recentes de outros instrumentos substancialmente equivalentes; desconto dos fluxos de caixa e modelos de mercado para avaliação das opções.
- b. Deverão ser técnicas que forneçam a estimativa mais realista do preço do instrumento e, de preferência, aquelas que os participantes no mercado habitualmente utilizem ao avaliarem o instrumento.
- c. Deverão maximizar a utilização de dados de mercado observáveis, limitando-se tanto quanto possível a utilização de dados não observáveis. A metodologia de avaliação deve ser mantida ao longo do tempo, desde que os pressupostos subjacentes à sua escolha não tenham sido alterados. Em qualquer caso, a técnica de avaliação deve ser periodicamente avaliada e a sua validade deve ser examinada através da utilização de preços observáveis de transações recentes e dados de mercado correntes.
- d. Além disso, serão considerados, entre outros, fatores como o valor temporário da moeda; o risco de crédito, a taxa de câmbio, os preços dos instrumentos de capital próprio, a volatilidade, a liquidez, o risco de liquidação antecipada e os custos administrativos.

No caso de o ativo financeiro não ser contabilizado pelo justo valor através de resultados, o montante do justo valor deve ser ajustado por meio da adição ou dedução dos custos de transação que sejam diretamente imputáveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Relativamente aos instrumentos financeiros pelo justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente imputáveis devem ser reconhecidos imediatamente na conta de ganhos e perdas.

Para efeitos de avaliação, a Sociedade classificará os ativos financeiros numa das seguintes carteiras:

- a) Ativos financeiros a custo amortizado.
- b) Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.
- c) Ativos financeiros obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

do
Anexo

- Ativos financeiros detidos para negociação.
 - Ativos financeiros não destinados a negociação avaliados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados.
- d) Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados.
- e) Derivados financeiros - contabilização de coberturas.
- f) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.

Esta decisão será tomada com base nos seguintes elementos:

O modelo de negócio indicado pela Sociedade para gerir os ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

1.- Modelo de negócio:

Modelo de negócio significa a forma como a Sociedade gere os seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A determinação do modelo tem em consideração os princípios e estruturas aplicados pela Direção de Topo e a forma como estes se refletem na gestão corrente de cada carteira. Deve ser efetuada uma avaliação a nível da carteira e não a nível individual, devendo igualmente considerar-se a forma como a Direção gere as carteiras (cobrança de fluxos, venda de ativos ou ambos).

2.- Características dos fluxos de caixa contratuais:

A análise dos fluxos de caixa recebidos visa determinar se os fluxos de caixa a receber com o ativo financeiro analisado cumprem o critério do «capital mais juros sobre o capital», sendo o «capital» o justo valor do ativo financeiro no momento do reconhecimento inicial e o «juro» a retribuição pelo valor temporário do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao capital em dívida durante um período específico e por outros custos de financiamento e estrutura, bem como por uma margem de lucro.

Um ativo financeiro deverá ser classificado, para efeitos da sua avaliação na carteira de ativos financeiros, pelo custo amortizado, se estiverem preenchidas as duas condições seguintes:

- a) O ativo financeiro é conservado num modelo de negócio que visa manter os ativos financeiros para efeitos de obtenção de fluxos de caixa contratuais; e
- b) As condições contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

O custo amortizado é determinado como o valor pelo qual o ativo financeiro é avaliado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos do capital, mais, ou menos, a amortização acumulada de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor na data de vencimento, utilizando o método da taxa de juro efetiva e, no caso dos ativos financeiros, ajustado por qualquer correção de valor por perdas por imparidade. O método da taxa de juro efetiva é usado tanto para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro como para imputar e reconhecer

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

hm
JH
1/1/2021

os rendimentos de juros ou gastos com juros no resultado do exercício.

A taxa de juro efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente à quantia escriturada bruta de um ativo financeiro com os fluxos de caixa estimados durante o período de vida esperado do instrumento, com base nas suas condições contratuais, mas sem considerar as perdas de crédito esperadas. No seu cálculo deverão ser incluídas todas as comissões, custos de transação e outros prémios ou descontos obtidos que constituam parte integrante do rendimento ou custo efetivo do instrumento.

Um ativo financeiro deverá ser classificado na carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral se estiverem preenchidas as duas condições seguintes:

- a) O ativo financeiro é mantido num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais como pelas vendas; e
- b) As condições contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

Um ativo financeiro deverá ser classificado na carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados sempre que o modelo de negócio escolhido para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não justifiquem a avaliação pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral.

Além disso, no âmbito da carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de resultados, serão necessariamente incluídos na carteira de negociação todos aqueles relativamente aos quais seja satisfeita uma das seguintes características:

- a) Sejam gerados ou adquiridos para efeitos de execução a curto prazo.
- b) Façam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente relativamente aos quais existam provas de atuação recente para obter ganhos a curto prazo.
- c) Sejam instrumentos derivados que não correspondam à definição de contrato de garantia financeira e não tenham sido designados como instrumentos de cobertura contabilística.

No entanto, a Sociedade pode fazer uma escolha irrevogável no momento do reconhecimento inicial para incluir na carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através de resultados.

Da mesma forma, a Sociedade poderá, no momento do reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente um ativo financeiro como sendo avaliado pelo justo valor através de resultados se, ao fazê-lo, eliminar ou reduzir de forma significativa uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (também denominada «assimetria contabilística») que, de outra forma, resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos seus ganhos e perdas em bases diferentes.

Conforme acima referido, após o reconhecimento inicial, a Sociedade deverá avaliar os ativos financeiros pelo custo amortizado, pelo justo valor através de outro rendimento integral, pelo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

BM
Al
Macao

justo valor com alterações através de resultados ou pelo custo, dependendo da sua classificação.

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas deverão ser avaliados pelo custo, deduzido, se aplicável, do valor acumulado das correções por imparidade estimadas.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros deverão ser incluídos, para efeitos de avaliação, numa das seguintes carteiras:

- a) Passivos financeiros detidos para negociação.
- b) Passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados.
- c) Passivos financeiros a custo amortizado.
- d) Derivados - contabilização de coberturas, que inclui os derivados financeiros adquiridos ou emitidos pela Entidade e elegíveis para cobertura contabilística.

Os passivos financeiros a custo amortizado são avaliados da mesma forma que os ativos financeiros a custo amortizado. A Sociedade deverá, por defeito, classificar os passivos financeiros na carteira de passivos financeiros a custo amortizado, a menos que existam circunstâncias que justifiquem a sua classificação noutra carteira, conforme descrito em seguida:

A carteira de passivos financeiros detidos para negociação deverá incluir obrigatoriamente todos os passivos financeiros que satisfaçam uma das seguintes condições:

- a) Terem sido emitidos com a intenção de os readquirir num futuro próximo.
- b) Constituírem posições curtas de títulos.
- c) Integrarem uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, relativamente aos quais existam provas de atuação recente para efeitos de obtenção de ganhos a curto prazo.
- d) Constituírem instrumentos derivados que não correspondam à definição de contrato de garantia financeira, nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

O facto de um passivo financeiro ser utilizado para financiar atividades de negociação não implica, por si só, a sua inclusão nesta categoria.

A carteira de passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados deverá incluir os passivos financeiros que satisfaçam uma das seguintes condições:

- a) Terem sido designados de forma irrevogável aquando do seu reconhecimento inicial pela entidade.

Essa designação só poderá realizar-se caso:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

23
Maceo

- Se trate de um instrumento financeiro híbrido e esteja reunido um conjunto de circunstâncias.
- Ao fazê-lo, é eliminada ou reduzida de forma significativa qualquer inconsistência (assimetria contabilística) na avaliação ou reconhecimento que de outra forma resultaria da avaliação de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos seus ganhos ou perdas em bases diferentes, ou é obtida informação mais relevante por se tratar de um grupo de passivos financeiros, ou de ativos e passivos financeiros, que é gerido e cujo retorno é avaliado com base no seu justo valor, em conformidade com uma estratégia de gestão de riscos ou de investimento documentada, e a informação desse grupo é igualmente fornecida também com base no justo valor ao pessoal chave da administração.

b) Terem sido designados no seu reconhecimento inicial ou posteriormente pela entidade como um item coberto para a gestão do risco de crédito por meio da utilização de um derivado de crédito avaliado pelo justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, a entidade deverá avaliar um passivo financeiro pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de resultados.

iii. Instrumentos de Capital Próprio

Um instrumento financeiro constituirá um instrumento de capital próprio se, e apenas se, estiverem preenchidas as duas condições seguintes:

(a) O instrumento não incluir uma obrigação contratual:

(i) de entregar caixa ou outros ativos financeiros a outra entidade; ou

(ii) de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, em condições potencialmente desfavoráveis para a entidade emitente.

(b) Se o instrumento for ou puder ser liquidado através de instrumentos de capital próprio do emitente, será:

(i) um instrumento não derivado que não inclua qualquer obrigação contratual de o emitente entregar um número variável de instrumentos de capital próprio; ou

(ii) um instrumento derivado que será liquidado unicamente pela troca pelo emitente de um valor fixo de caixa ou de outro ativo financeiro, por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Uma obrigação contratual, incluindo aquela decorrente de um instrumento financeiro derivado, que resulte ou possa resultar na receção ou entrega futura de instrumentos de capital próprio do emitente, não deverá ser considerada um instrumento de capital próprio se não preencher as condições (a) e (b) *supra*.

(f) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os rendimentos de juros e gastos com juros e as rubricas equiparadas são, no geral, registados na contabilidade em função do seu período de acumulação e por aplicação do método da taxa

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

by
24
Naveco

de juro efetiva. No seu cálculo deverão ser incluídas todas as comissões, custos de transação e outros prémios ou descontos obtidos que constituam parte integrante do rendimento ou custo efetivo do instrumento.

Os dividendos recebidos de outras entidades são reconhecidos como rendimentos quando é declarado o direito da entidade a receber o pagamento.

As comissões pagas ou cobradas por serviços financeiros, independentemente da denominação que recebam contratualmente, são classificadas nas seguintes categorias, que determinam a sua imputação na conta de ganhos e perdas:

- i. Comissões de crédito, que são aquelas que constituem parte integrante do rendimento ou custo efetivo de uma operação financeira e que são imputadas à conta de ganhos e perdas ao longo da duração esperada da operação como um ajustamento ao custo ou rendimento efetivo dessa operação. Estas incluem as comissões de abertura e comissões de estudo de produtos de ativos, comissões de ultrapassagem de crédito e comissões de descoberto de contas de passivo.
- ii. Comissões que não de crédito, que são aquelas que resultam das prestações de serviços financeiros que não as operações de financiamento, e que podem surgir na execução de um serviço realizado durante um período de tempo e na prestação de um serviço que seja executado num único ato.

Os rendimentos e gastos são registados na conta de ganhos e perdas individual, geralmente de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os associados a ativos e passivos financeiros avaliados pelo justo valor através de ganhos e perdas são registadas no momento da cobrança.
- ii. Aqueles que correspondem a transações ou serviços prestados ao longo de um período de tempo são registados durante o período em que se realizam as transações ou serviços em questão.
- iii. Aqueles que correspondem a uma transação ou serviço executado num único ato são registados quando ocorre o ato que os originou.

Os rendimentos e gastos não financeiros são registados na contabilidade de acordo com a especialização dos exercícios. As cobranças e os pagamentos diferidos ao longo do tempo, para períodos superiores a um ano, são registados na contabilidade pelo valor resultante da atualização financeira dos fluxos de caixa antecipados às taxas de mercado.

O reconhecimento dos impostos e obrigações relativas a impostos ocorre aquando do ato que gera o pagamento.

(g) Imparidade do valor dos ativos financeiros

Instrumentos de dívida e exposições extrapatrimoniais

As perdas por imparidade do período nos instrumentos de dívida são reconhecidas como gasto na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida pelo custo amortizado são reconhecidas numa conta de abatimento que reduza a quantia escriturada do

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

25
Micos

ativo, enquanto as contabilizadas pelo justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas em «Outro rendimento integral acumulado».

As reversões posteriores das coberturas por perdas por imparidades reconhecidas anteriormente são registadas de imediato como um rendimento na conta de ganhos e perdas do exercício.

As perdas de créditos esperadas correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade, de acordo com o contrato do ativo financeiro, e todos os fluxos de caixa que esta espera receber, descontada a taxa de juro efetiva original ou uma estimativa razoável da mesma ou, no caso dos ativos financeiros adquiridos ou gerados por imparidades de crédito, a taxa de juro efetiva ajustada pela qualidade do crédito.

Os fluxos de caixa futuros estimados de um instrumento de dívida correspondem a todos os valores, capital e juros que a Sociedade estima que obterá durante a vida do instrumento. Nessa estimativa são consideradas todas as informações relevantes que se encontrem disponíveis à data da elaboração das contas anuais e que proporcionem dados fiáveis e atualizados sobre a possibilidade de cobrança futura dos fluxos de caixa contratuais.

Da mesma forma, na estimativa dos fluxos de caixa futuros de instrumentos que contem com garantias reais, são considerados os fluxos que seriam obtidos com a sua realização, menos o valor dos custos necessários à sua obtenção e posterior venda, independentemente da probabilidade de execução da garantia.

Tanto na estimativa das perdas de crédito esperadas como na classificação das exposições ao crédito, são consideradas as informações prospetivas futuras, mediante a utilização de cenários alternativos e a ocorrência de elementos idiossincráticos futuros. As perdas de crédito esperadas são ponderadas pela probabilidade de ocorrência de cada cenário ou eventos idiossincráticos.

De acordo com o risco de crédito, as exposições ao crédito são classificadas numa das categorias listadas abaixo:

1) Risco normal (Fase 1): inclui aquelas operações cujo risco de crédito não aumentou de forma significativa desde o seu reconhecimento inicial. A cobertura por imparidade será igual às perdas de crédito esperadas a doze meses. Os rendimentos de juros são calculados por meio da aplicação da taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta da operação.

2) Risco normal em vigilância especial (Fase 2): inclui as operações cujo risco de crédito aumentou de forma significativa desde o seu reconhecimento inicial, mas que não apresentam um evento de incumprimento ou imparidade. A cobertura por imparidade será igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração da operação. Os rendimentos de juros serão calculados por maio da aplicação da taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta da operação.

3) Risco duvidoso (Fase 3): inclui as operações com imparidade de crédito, ou seja, aquelas que apresentam um evento de incumprimento ou imparidade. A cobertura será igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração da operação. Os rendimentos de juros serão calculados com aplicação da taxa de juro efetiva ao custo amortizado (ou seja, ajustado por quaisquer correções de valor por imparidades) do ativo financeiro.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

8m
26
Núcleos

4) Risco falhado: nesta categoria são incluídas as operações relativamente às quais não existam expectativas razoáveis de recuperação. A classificação nesta categoria terá como consequência o reconhecimento nos resultados de perdas pela quantia escriturada da operação e o abate total do ativo.

Aquando do seu reconhecimento inicial, as operações adquiridas ou com origem em imparidade de crédito, como as adquiridas com um desconto importante que reflita perdas de crédito, serão incluídas como parte da categoria de risco duvidoso. A perda de crédito esperada na aquisição ou geração destes ativos não integrará a cobertura nem a quantia escriturada bruta no reconhecimento inicial. Independentemente da sua classificação posterior, quando uma operação for adquirida ou tiver origem em imparidades de crédito, a cobertura será igual ao valor acumulado das alterações nas perdas de crédito posteriores ao reconhecimento inicial, e os rendimentos de juros destes ativos serão calculados por meio da aplicação da taxa de juro efetiva ajustada pela qualidade de crédito ao custo amortizado do ativo financeiro.

Por outro lado, o refinanciamento ou reestruturação de uma operação não poderá, em caso algum, implicar uma reclassificação da mesma como Normal. Estas posições serão classificadas como Vigilância Especial ou De Cobrança Duvidosa. A reclassificação destas posições de De Cobrança Duvidosa para Vigilância Especial e de Vigilância Especial para Normal ocorrerá quando forem cumpridos os períodos de sanção correspondentes.

Caso a possibilidade de recuperação de qualquer valor por imparidade registada seja considerada remota, e quando a antiguidade do atraso superar os 4 anos, este será eliminado do Balanço, ainda que a Sociedade possa levar a cabo as ações necessárias para tentar concretizar a sua cobrança, enquanto não tiverem sido definitivamente extintos os seus direitos por prescrição, condenação ou outras causas.

As perdas de crédito esperadas serão determinadas:

- a) Individualmente para todos os instrumentos de dívida que sejam significativos.
- b) Individual ou coletivamente para os grupos de instrumentos de dívida que não sejam individualmente significativos.

Caso se estime que não se dispõe de informações razoáveis e fundamentadas para estimar as perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida de um instrumento considerado individualmente, este será incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito, com o objetivo de avaliar se, coletivamente, existe imparidade no grupo.

Caso um instrumento específico não possa ser incluído em nenhum grupo de ativos com características de risco semelhantes, o mesmo será analisado exclusivamente de forma individual para determinar se apresenta imparidade e, nesse caso, para estimar a perda por imparidade.

A estimativa dos valores que se espera desembolsar pelas exposições extrapatrimoniais será o produto do valor nominal da operação por um fator de conversão.

A avaliação coletiva de um grupo de ativos financeiros para estimar as suas perdas por imparidade é realizada da seguinte forma:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

hm
24
Micos

- Os instrumentos de dívida são incluídos em grupos que tenham características de risco de crédito semelhantes, indicadoras da capacidade dos devedores para pagar todos os valores, capital e juros, de acordo com as condições contratuais. As características de risco de crédito que são tidas em consideração para efeitos do agrupamento dos ativos são, entre outras, o tipo de instrumento, o sector de atividade do devedor, a área geográfica da atividade, o tipo de garantia, a antiguidade dos valores vencidos e qualquer outro fator que seja relevante para a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

- Os fluxos de caixa futuros de cada grupo de instrumentos de dívida são estimados para instrumentos com características de risco de crédito semelhantes às do respetivo grupo, logo que realizados os ajustamentos necessários para adaptar os dados históricos às condições atuais do mercado.

- A perda por imparidade de cada grupo consiste na diferença entre a quantia escriturada de todos os instrumentos de dívida do grupo e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados.

Para efeitos do cálculo do valor das imparidades por risco de crédito reconhecido no fecho de cada exercício, a Sociedade utiliza uma metodologia baseada em parâmetros que refletem os distintos componentes que afetam a perda esperada: a EAD («*exposure at default*», ou exposição ao incumprimento) reflete o risco representado pelas operações no momento em que se incorre na imparidade; a PD («*probability of default*», ou probabilidade de incumprimento) reflete a probabilidade de que um beneficiário de crédito não cumpra as suas obrigações de pagamento no horizonte temporal de um ano; por fim, a LGD («*loss given default*», ou gravidade) recolhe a parte do risco apresentada como imparidade num evento deste tipo. Esses parâmetros são calculados tendo em consideração o seu ajustamento ao momento económico a cada data de fecho.

Nas estimativas coletivas, a Sociedade adotou a solução alternativa para as coberturas por risco de crédito, baseando-se nas tabelas fornecidas pelo Banco de Espanha, enquanto, nas estimativas individuais, a Sociedade considera o valor líquido a recuperar pela venda do bem como o menor valor dos fluxos de caixa que se espera cobrar.

(h) Transferências e anulação do balanço de instrumentos financeiros

As transferências de instrumentos financeiros são contabilizadas tendo em conta a forma como se produz a transferência dos riscos e benefícios associados aos instrumentos financeiros transferidos, com base nos seguintes critérios:

i. Se os riscos e benefícios forem substancialmente transferidos a terceiros, como no caso das vendas incondicionais, as vendas com acordo de recompra pelo seu justo valor à data da recompra, as vendas de ativos financeiros com opção de compra adquirida ou de venda emitida profundamente «*out of the money*», as titularizações de ativos em que o cedente não retenha financiamentos subordinados nem conceda nenhum tipo de melhoria de crédito aos novos titulares, etc., o instrumento financeiro transferido é desreconhecido no balanço, reconhecendo-se, simultaneamente, qualquer direito ou obrigação mantido ou criado em consequência da transferência.

ii. Se os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido se mantiverem de forma substancial, como nas vendas de ativos financeiros com acordo de

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

28
M20

recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda acrescido de juros, os contratos de empréstimo de valores em que o devedor tenha a obrigação de devolver os mesmos ativos ou ativos semelhantes, etc., o instrumento financeiro transferido não será desreconhecido no balanço e continuará a ser valorizado de acordo com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Não obstante, o passivo financeiro associado é reconhecido contabilisticamente por um valor igual ao da contraprestação recebida, que é avaliado posteriormente pelo seu custo amortizado. Os rendimentos do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e os gastos do novo passivo financeiro serão reconhecidos diretamente na conta de ganhos e perdas.

iii. Se não forem transferidos nem mantidos de forma substancial os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido, como nas vendas de ativos financeiros com opção de compra adquirida ou de venda emitida que não estejam profundamente «*in the money*» nem «*out of the money*», as titularizações em que o cedente assuma um financiamento subordinado ou outro tipo de melhorias de crédito por uma parte do ativo transferido, etc., distingue-se entre:

- A circunstância de a Sociedade não manter o controlo do instrumento financeiro transferido, caso em que é desreconhecido no balanço e se reconhece qualquer direito ou obrigação mantido ou criado em consequência da transferência.
- A circunstância de a Sociedade manter o controlo do instrumento financeiro transferido, caso em que continua a ser reconhecido no balanço por um valor igual à sua exposição às alterações de valor que possa conhecer e se reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido.

O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será o custo amortizado dos direitos e obrigações mantidos, caso o ativo transferido seja medido pelo seu custo amortizado, ou o justo valor dos direitos e obrigações mantidos, caso o ativo transferido seja medido pelo seu justo valor.

Por conseguinte, os ativos financeiros só serão desreconhecidos no balanço quando se tenham extinguido os fluxos de caixa que geram ou quando tenham sido transferidos de forma substancial para terceiros os riscos e benefícios neles implícitos. Da mesma forma, os passivos financeiros só serão anulados no balanço quando se tenham extinguido as obrigações que geram ou quando tenham sido adquiridos com intenção de os cancelar ou de os recolocar.

Caso o ativo financeiro transferido provoque uma anulação integral do balanço, será reconhecida na conta de ganhos e perdas a diferença entre o seu valor contabilístico e a soma: a) da contraprestação recebida, incluindo qualquer novo ativo obtido menos qualquer passivo assumido, e b) de qualquer resultado acumulado reconhecido diretamente como «Outro rendimento integral acumulado» no património líquido atribuível ao ativo financeiro transferido.

(i) Ativos corpóreos

As imobilizações corpóreas de uso próprio são apresentadas pelo seu preço de aquisição, atualizado nos termos de determinadas normas legais, e reavaliadas de acordo com o disposto na nova legislação contabilística, menos a sua correspondente amortização acumulada e, caso exista, menos qualquer perda por imparidade.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

29
Núcleos

A amortização de todos os elementos das imobilizações corpóreas é calculada linearmente em função dos anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de amortização</u>
Equipamentos informáticos e suas instalações	4
Mobiliário, veículos e restantes instalações	10

A Sociedade revê, pelo menos no encerramento do exercício, o período e método de amortização de cada um dos ativos corpóreas.

Os gastos de conservação e manutenção das imobilizações corpóreas que não melhoram a sua utilização ou prolongam a vida útil dos respetivos ativos são debitados na conta de ganhos e perdas no momento em que são produzidos.

(j) Ativos incorpóreos

As aplicações informáticas adquiridas pela Sociedade são avaliadas pelo seu custo de aquisição, são amortizadas no período em que se espera que gerem fluxos de caixa a favor da Sociedade, sendo realizadas, caso seja necessário, correções correspondentes à imparidade.

(k) Locações

As operações de locação são classificadas como locações financeiras e locações operacionais. Ao contrário da locação operacional, uma locação financeira é uma locação em que se transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo objeto do contrato.

Locações financeiras: Locador

A Sociedade contabiliza os ativos cedidos mediante contratos de locação financeira através de investimento líquido nas locações sem ter em conta os custos iniciais, sempre que estes não sejam significativos.

As cobranças são atualizadas à sua taxa de juro implícita.

Os rendimentos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas por meio da aplicação do método de taxa de juro efetiva. Neste caso, os rendimentos financeiros com origem nestes contratos são imputados à conta de ganhos e perdas, no capítulo «juros e rendimentos equiparados», aplicando-se, a fim de estimar o seu facto gerador, o método da taxa de juro efetiva das operações

(l) Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda

Consideram-se ativos não correntes detidos para venda aqueles cuja quantia escriturada se destine fundamentalmente a ser recuperada através da venda, desde que estejam disponíveis para venda imediata e que a sua venda seja considerada altamente provável.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

30
Anexo

Os ativos atribuídos ou recebidos no pagamento de dívidas constituem ativos que a Sociedade recebe de mutuários ou outros devedores, para satisfação, total ou parcial, de ativos financeiros que representam créditos sobre eles, e que são classificados como «ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda».

Os ativos não correntes detidos para venda são reconhecidos pelo menor valor entre o seu justo valor menos os custos de venda e a sua quantia escriturada, e não são objeto de amortização.

A estimativa do justo valor dos ativos imobiliários atribuídos ou recebidos em pagamento de dívidas no momento da atribuição ou da receção deve basear-se, como valor de referência, no valor de mercado concedido por uma avaliação individual completa. Após a data de adjudicação ou de receção, a avaliação de referência, que constitui o ponto de partida para a estimativa do justo valor, deverá ser atualizada com uma frequência mínima anual, combinando métodos de avaliação automatizados e avaliações individuais completas, de modo a que estas sejam realizadas pelo menos de três em três anos.

No processo de estimativa do justo valor do ativo atribuído ou recebido no pagamento de dívidas, deve ser avaliada a necessidade de aplicar ao valor de referência um desconto decorrente das condições específicas do ativo, tais como a sua posição ou estado de preservação, ou dos mercados desses ativos, tais como reduções no volume ou no nível de atividade. Nesta avaliação, a Sociedade deverá ter em conta a sua experiência em matéria de vendas e o tempo médio de retenção em balanço de bens semelhantes.

A Sociedade possui as suas próprias metodologias para estimar os descontos sobre o valor de referência e os custos de venda de ativos atribuídos ou recebidos em pagamento de dívidas, tendo em conta a sua experiência de venda de bens semelhantes, em termos de prazos, preços e volume, bem como o tempo de retenção do ativo no balanço da entidade. Estas metodologias são desenvolvidas no quadro de metodologias internas para estimativas coletivas de coberturas de risco. No entanto, as perdas dos ativos atribuídos devem ser calculadas individualmente no caso daqueles ativos que permaneçam durante um período mais longo do que o inicialmente previsto para a sua venda.

As perdas por imparidade de ativos não correntes detidos para venda são reconhecidas na rubrica «Ganhos ou perdas de ativos não correntes e grupos para alienação de elementos classificados como detidos para venda, não elegíveis como atividades descontinuadas» na conta de ganhos e perdas consolidada. As recuperações de valor são reconhecidas na conta de ganhos e perdas consolidada até um valor igual às perdas por imparidades anteriormente reconhecidas.

(m) Compensação de saldos

Os saldos devedores e credores resultantes de operações que, contratualmente ou por imposição legal, contemplem a possibilidade de compensação e se destinem a ser liquidados pelo seu valor líquido ou a realizar o ativo e proceder ao pagamento do passivo de forma simultânea, são apresentados no balanço pelo seu valor líquido.

(n) Títulos emprestados ou como garantia

Os empréstimos de títulos constituem transações em que o mutuário obtém a plena titularidade

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

Rm
31
Unicos

dos valores sem efetuar outros desembolsos que não o pagamento de comissões, com o compromisso de devolver ao mutuante valores da mesma natureza que os recebidos.

Os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tenha obrigação de reembolsar os mesmos ativos, outros ativos substancialmente iguais e ativos semelhantes com justo valor idêntico são tratados como operações em que os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo são retidos de forma substancial pelo mutuante.

(ñ) Garantias financeiras

Um contrato de garantia financeira é considerado um contrato que obriga o emitente a efetuar pagamentos específicos para reembolsar o credor pela perda em que incorre quando um determinado devedor não cumpre a sua obrigação de pagar, de acordo com as condições originais ou alteradas de um instrumento de dívida, independentemente da sua forma jurídica, que pode assumir, entre outras, a de fiança, aval financeiro, contrato de seguro ou derivado de crédito.

A Sociedade reconhece os contratos de garantia financeira na rubrica «Outros passivos financeiros» pelo justo valor mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. No início, e salvo prova em contrário, o justo valor dos contratos de garantia financeira celebrados com terceiros independentes, no âmbito de uma operação isolada em condições de independência mútua, será o prémio recebido acrescido, se for caso disso, do valor atual dos fluxos de caixa a receber, utilizando-se uma taxa de juro semelhante à dos ativos financeiros concedidos pela entidade com um prazo e um risco semelhantes; simultaneamente, reconhece como um crédito sobre o ativo o valor atual dos fluxos futuros a receber por meio da utilização da taxa de juro acima referida.

Após o reconhecimento inicial, os contratos são tratados de acordo com os seguintes critérios:

- a. O valor das comissões ou prémios a receber pelas garantias financeiras será atualizado mediante o registo das diferenças na conta de ganhos e perdas como rendimento financeiro.
- b. O valor dos contratos de garantia financeira que não tenham sido classificados como sendo de cobrança duvidosa deverá ser o valor inicialmente reconhecido no passivo menos a parte imputada à conta de ganhos e perdas, linearmente, durante o período de vida esperado da garantia ou através de outro critério, desde que reflita da forma mais adequada a perceção dos benefícios e riscos económicos da garantia.

As garantias financeiras são classificadas de acordo com o risco de insolvência imputável ao cliente ou à transação e, se for caso disso, é estimada a necessidade de criar provisões mediante a aplicação de critérios semelhantes estabelecidos na Nota (e) para os instrumentos de dívida avaliados pelo custo amortizado.

Caso seja necessário constituir uma provisão para garantias financeiras, as comissões pendentes de pagamento pendente serão reclassificadas na provisão correspondente.

(o) Gastos de pessoal

A Sociedade contabilizou os gastos de pessoal na Conta de Ganhos e Perdas, não existindo benefícios pós-emprego nem remunerações baseadas em instrumentos de capital.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

Am
32
Nº 20

(p) Imposto sobre os lucros

O gasto com o Imposto sobre Sociedades de cada exercício é calculado em função do resultado económico antes de impostos. O efeito fiscal antecipado ou diferido das diferenças temporais, bem como dos créditos fiscais por perdas do exercício, é incluído, se for caso disso, nas epígrafes «Ativos fiscais diferidos» e «Passivos fiscais diferidos» dos balanços.

A Sociedade reconhece a conversão de um ativo por imposto diferido numa conta a receber em relação à Administração Pública, quando tal for exigível segundo o disposto na legislação fiscal em vigor. Para este efeito, a anulação do ativo por imposto diferido é reconhecida a título de gasto por imposto sobre os lucros transitados e a conta a receber com crédito no imposto sobre o lucro atual. Da mesma forma, a Sociedade reconhece a troca de um ativo por imposto diferido por títulos de Dívida Pública, quando a titularidade dos mesmos é adquirida.

Salvo prova em contrário, não se considera provável que a Sociedade disponha de lucros tributáveis futuros quando se prevê que a sua recuperação futura vá ocorrer num prazo superior a dez anos contado desde a data de encerramento do exercício, independentemente de qual seja a natureza do ativo por imposto diferido ou no caso de se tratar de créditos derivados de deduções e outros benefícios fiscais de aplicação a nível fiscal pendente por insuficiência de quota, quando, tendo-se produzido a atividade ou obtido o rendimento que dá origem ao direito à dedução ou bonificação, existam dúvidas razoáveis sobre o cumprimento dos requisitos para as tornar efetivas.

A Sociedade apenas reconhece os ativos por impostos diferidos derivados de perdas fiscais compensáveis na medida em que seja provável a obtenção de lucros tributáveis que permitam compensá-los num prazo inferior ao estabelecido pela legislação fiscal aplicável, no limite máximo de dez anos, salvo prova de que seja provável a sua recuperação num prazo superior, quando a legislação fiscal permita compensá-los num prazo superior ou não estabeleça limites temporais para a respetiva compensação. Pelo contrário, considera-se provável que a Sociedade disponha de lucros tributáveis suficientes para recuperar os ativos por imposto diferido sempre que existam diferenças temporárias tributáveis em quantia suficiente, relacionadas com a mesma autoridade fiscal e referentes ao mesmo sujeito passivo, cuja reversão seja esperada no mesmo ano fiscal em que se prevê a reversão das diferenças temporárias dedutíveis ou em exercícios em que uma perda fiscal, originada por uma diferença temporária dedutível, possa ser compensada com lucros anteriores ou posteriores.

(q) Provisões e contingências

A Sociedade contabiliza provisões pelo valor estimado para cumprimento das suas obrigações correntes em resultado de acontecimentos passados que estão claramente especificados quanto à sua natureza, mas que são indeterminados em termos de valor ou quanto ao momento de cancelamento, e relativamente aos quais seja provável a necessidade de alienação de recursos que integrem benefícios económicos para o respetivo cancelamento. As referidas obrigações poderão resultar de:

- Uma disposição legal ou contratual.
- Uma obrigação implícita ou tácita, cuja origem resulte de uma expectativa válida criada

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

Bm
33
Nkccw

pela Sociedade em relação a terceiros no que respeita à assunção de determinados tipos de responsabilidades. Essas expectativas são criadas quando a Sociedade aceita publicamente responsabilidades e quando decorrem de comportamentos passados ou de políticas empresariais de domínio público.

- A evolução quase segura da regulamentação em determinadas áreas, em especial, projetos regulamentares a que a Sociedade não poderá escapar.

Constituem passivos eventuais as possíveis obrigações da Sociedade decorrentes de acontecimentos passados, cuja existência esteja condicionada à ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, independentemente da vontade da Sociedade. Os passivos eventuais incluem as obrigações atuais da Sociedade relativamente às quais não seja provável que o respetivo cancelamento venha a resultar numa diminuição dos recursos que incorporam benefícios económicos ou cujo valor, em casos extremamente raros, não possa ser calculado de forma suficientemente fiável.

As obrigações eventuais consideram-se como prováveis quando existir uma maior probabilidade de ocorrência do que do contrário, como possíveis quando existir uma menor probabilidade de ocorrência do que do contrário e como remotas quando a sua ocorrência for extremamente rara.

A Sociedade inclui nas contas anuais todas as provisões significativas relativamente às quais se estima que a probabilidade de cumprimento da obrigação seja superior à do contrário. Os passivos eventuais não são reconhecidos nas contas anuais, mas são reportados, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos seja considerada remota.

As provisões são quantificadas tendo em conta a melhor informação disponível sobre as consequências do acontecimento que as originou e são estimadas em cada encerramento contabilístico tendo em conta o efeito financeiro, caso seja significativo. São utilizadas para cumprir as obrigações específicas para as quais foram reconhecidas e são revertidas, no todo ou em parte, quando as referidas obrigações deixarem de existir.

No final dos exercícios a que se referem as presentes contas anuais, encontravam-se em curso diversos procedimentos judiciais e reclamações contra a Sociedade, decorrentes do normal exercício das suas atividades. Tanto os assessores jurídicos da Sociedade como os seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não terá um efeito significativo, para além, consoante o caso, do valor incluído como provisão, nas presentes contas anuais.

(5) Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem

A entidade não tem qualquer depósito no Banco de Espanha, uma vez que a manutenção de uma reserva mínima deixou de ser obrigatória.

Esta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço corresponde a 480 mil euros a 31 de dezembro de 2021, e a 633 mil euros a 31 de dezembro de 2020.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

34
Unico

	Milhares de euros	
	2021	2020
Caixa	1	-
Depósitos em entidades de crédito	479	633
Total	480	633

(6) Ativos financeiros a custo amortizado

A desagregação desta epígrafe do balanço é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Crédito a clientes	219.105	237.201

A 31 de dezembro de 2021, o montante dos ativos classificados como sendo de cobrança duvidosa ascende a 22.787 mil euros (19.984 mil a 31 de dezembro de 2020). Do total de ativos de cobrança duvidosa, 17.467 mil euros correspondem a ativos duvidosos para os quais concorrem razões distintas para o atraso do cliente (13.045 mil euros em 2020) e para os quais se criou uma provisão específica de 4.752 mil euros (3.353 mil euros em 2020).

Para o cálculo das correções de valor efetuou-se uma análise individualizada dos instrumentos, com o objetivo de determinar se existe alguma dívida em mora ou considerada como sendo de cobrança duvidosa, não mensurados pelo justo valor, realizando-se um registo das variações de valor na conta de perdas e ganhos, em função da sua antiguidade, das garantias prestadas e das expectativas de recuperação dos ditos saldos. À data de encerramento do exercício existiam créditos no valor de 5.320 mil euros classificados como ativos de cobrança duvidosa devido a atraso do cliente (6.941 mil euros em 2020), dos quais se encontra aprovionada no final do exercício, de acordo com o Anexo IX do Banco de Espanha, a quantia de 4.501 mil euros (6.174 mil euros em 2020). Existem também créditos no valor de 3.530 milhares de euros (6.095 mil euros em 2020), para os quais se encontra constituída uma provisão específica classificada como sendo de risco de vigilância especial no valor de 421 mil euros (743 mil euros em 2020). As referidas operações têm montantes vencidos que não ultrapassam um mês ou, simplesmente, não têm montantes vencidos, mas a Sociedade decidiu classificá-las como sendo de cobrança duvidosa por suscitarem dúvidas sobre a sua suscetibilidade de cobrança e, desta forma, antecipar o impacto de uma eventual entrada em mora.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

35
New

Os ajustes por avaliação da carteira de investimentos de crédito apresentam os seguintes montantes:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Correções de valor por imparidade de ativos	11.085	11.806

A distribuição da carteira de investimentos de crédito, que incluem os depósitos em entidades de crédito, por zonas geográficas onde o risco está localizado, corresponde ao seguinte:

		Milhares de euros	
		2021	2020
Carteira de investimento de crédito	Espanha	120.831	140.380
	Portugal	98.753	97.454
		219.584	237.834

O movimento, durante o exercício correspondente, das correções de valor constituídas para a cobertura do risco de crédito, conforme tenha sido determinado individual (específica) ou coletivamente (genérica), foi o seguinte:

	De cobrança duvidosa por atraso	De cobrança duvidosa por outros motivos	Normal em vigilância especial	Normal	Total
Saldo a 31/12/2020	6.174	3.353	743	1.536	11.806
Dotações	1.307	1.745	324	427	3.803
Recuperações de montantes provisionados	(2.636)	(346)	(646)	(552)	(4.180)
Movimentos sem reflexo no T.1	(344)				(344)
Saldo a 31/12/2021	4.501	4.752	421	1.411	11.085

A maioria dos valores correspondem a créditos, empréstimos e outros financiamentos sem garantia imobiliária com outros setores residentes em Espanha e Portugal.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

36
Nunes

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos financeiros acumulados de ativos financeiros em imparidade para os quais foi interrompida a acumulação de juros ascendem a 13 mil euros e 13 mil euros, respetivamente.

Todos os prazos de revisão das taxas de juro dos instrumentos que compõem a carteira de investimentos de crédito, a 31 de dezembro de 2021, são entre três meses a um ano.

a) Depósitos em entidades de crédito

Esta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço corresponde a 480 mil euros a 31 de dezembro de 2021, e a 633 mil euros a 31 de dezembro de 2020.

b) Crédito a clientes

A composição desta epígrafe da carteira de investimento de crédito de ativo do balanço é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Outros setores não residentes		
Outros devedores a prazo	17.684	22.484
Loações financeiras	70.355	67.429
Ativos de cobrança duvidosa	14.047	12.099
Ajustes de avaliação	(3.425)	(4.615)
	98.661	97.397
Outros setores residentes		
Outros devedores a prazo	15.516	18.553
Loações financeiras	103.805	120.033
Cauções dadas em numerário	31	31
Ativos de cobrança duvidosa	8.740	8.370
Ajustes de avaliação	(7.648)	(7.183)
	120.444	139.804
Total	219.105	237.201

Em relação à informação sobre os contratos de locação financeira no exercício:

- A 31 de dezembro de 2021, o investimento bruto total nos contratos de locação financeira ascende a 192.525 milhares de euros (204.316 mil euros em 2020);
- o valor presente dos pagamentos futuros mínimos a receber pela Sociedade durante o período obrigatório (considerando-se que não serão exercidas extensões nem opções

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

31
Nicos

de compra existentes) ascende a 170.414 milhares de euros, a 31 de dezembro de 2021 (179.568 mil euros em 2020).

- Não há quotas contingentes reconhecidas nos rendimentos do exercício de 2021 e de 2020.
- O valor residual não garantido para os referidos contratos ascendia a 18.121 mil euros, a 31 de dezembro de 2021 (47.494 mil euros em 2020);
- O montante das correções de valor por imparidade dos contratos de locação financeira ascendia a 7.431 mil euros, a 31 de dezembro de 2021 (6.768 mil euros em 2020).

(7) Ativos não correntes e grupos para alienação de elementos que tenham sido classificados como detidos para venda

O movimento, durante o exercício de 2021 e 2020, do saldo dos Ativos não correntes para venda, que correspondem integralmente a ativos recuperados em euros, é o seguinte:

	Milhares de euros			31/12/21
	31/12/20	Aumentos	Reduções	
Ativos não correntes para venda	675	576	(624)	627
Imparidade	(459)	(415)	405	(469)
	<u>216</u>	<u>161</u>	<u>(219)</u>	<u>158</u>

	Milhares de euros			31/12/20
	31/12/19	Aumentos	Reduções	
Ativos não correntes para venda	479	588	(392)	675
Imparidade	(215)	(343)	99	(459)
	<u>264</u>	<u>245</u>	<u>(293)</u>	<u>216</u>

Continua

37

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

38
Nº 200

Não se verificaram ganhos (perdas) de ativos não correntes para venda não classificados como operações interrompidas durante os exercícios de 2021 e de 2020.

(8) Ativos corpóreos

O movimento do saldo do Ativo Corpóreo de uso próprio, durante os exercícios de 2021 e de 2020, é o seguinte:

	Milhares de euros			31/12/21
	31/12/20	Aumentos	Reduções	
Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	258	-	-	258
Equipamentos para processos de informação	34	-	-	34
	292	-	-	292
Amortização Acumulada de Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	(253)	(3)	1	(255)
Amortização Acumulada de Equipamentos para processos de informação	(34)	-	-	(34)
	(287)	(3)	1	(289)
	<u>5</u>	<u>(3)</u>	<u>1</u>	<u>3</u>

	Milhares de euros			31/12/20
	31/12/19	Aumentos	Reduções	
Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	259	-	(1)	258
Equipamentos para processos de informação	140	-	(106)	34
	399	-	(107)	292
Amortização Acumulada de Instalações, mobiliário e outras imobilizações corpóreas	(234)	(20)	1	(253)
Amortização Acumulada de Equipamentos para processos de informação	(138)	(2)	106	(34)
	(372)	(22)	107	(287)
	<u>27</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

Continua

38

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

39
M. C. C.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não tem ativos corpóreos, de uso próprio, para os quais existam restrições à titularidade ou que tenham sido entregues como garantia de cumprimento de dívidas.

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade não tem compromissos de aquisição de ativo corpóreo com terceiros.

Nos exercícios de 2021 e de 2020, não foram recebidas, nem se espera virem a ser recebidas, quantias de terceiros por compensações ou indemnizações por imparidade ou perda de valor de ativos corpóreos de uso próprio.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, o saldo da Imparidade ou (-) reversão da imparidade do valor de ativos não financeiros é o seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/21	31/12/20
Imparidade do valor ou (-) reversão da imparidade do valor de ativos não financeiros	415	343

Durante os exercícios de 2021 e 2020, o saldo de Ganhos ou (-) perdas líquidos no desreconhecimento de ativos não financeiros é o seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/21	31/12/20
Ganhos ou (-) perdas líquidos no desreconhecimento de ativos não financeiros	5	(106)

(9) Ativos incorpóreos

No exercício de 2021, não se verificou qualquer movimento no item ativos incorpóreos. A informação pormenorizada do saldo à data de fecho do ativo incorpóreo é a seguinte:

	Milhares de euros			31/12/21
	31/12/20	Aumentos	Reduções	
Aplicações informáticas	25	-	-	25
Amortização acumulada	(25)	-	-	(25)
	-	-	-	-

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

Sm
40
N.º 20

Durante o exercício de 2020, o movimento do ativo incorpóreo foi o seguinte:

	Milhares de euros			
	31/12/19	Aumentos	Reduções	31/12/20
Aplicações informáticas	90	-	(64)	25
Amortização acumulada	(88)	(1)	64	(25)
	<u>2</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade não tem ativos incorpóreos para os quais existam restrições de titularidade, ou que tenham sido entregues como garantia de cumprimento de dívidas.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não tem compromissos de aquisição de ativos incorpóreos com terceiros.

Nos exercícios de 2021 e 2020, não foram recebidas, nem se espera virem a ser recebidas, quantias de terceiros por compensações ou indemnizações por imparidade ou perda do valor de ativos incorpóreos.

(10) Ativos e Passivos por impostos

A composição destas rubricas do balanço, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	Ativos		Passivos	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Correntes				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	65	1.765	466	330
Segurança Social	-	-	31	31
HP por IS	15	149	264	-
HP por IRPF	-	-	60	51
	<u>80</u>	<u>1.914</u>	<u>821</u>	<u>412</u>
Diferidos				
Dedutíveis por diferenças temporárias	279	202	-	-
	<u>279</u>	<u>202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

41
Nº 20213592.116821412(11) Outros ativos e passivos

A desagregação desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Ativo</u>		
Periodificações	557	487
Outros Ativos		
Restante	<u>342</u>	<u>238</u>
	<u>899</u>	<u>725</u>
<u>Passivo</u>		
Periodificações	1.001	857
Restante	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.001</u>	<u>857</u>

(12) Passivos financeiros a custo amortizado

A desagregação desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos de clientes	189.835	213.048
Passivos subordinados	4.400	4.400
Outros passivos financeiros	<u>1.455</u>	<u>1.181</u>
	<u>195.690</u>	<u>218.629</u>

Os passivos financeiros que compõem a carteira de passivos financeiros a custo amortizado são inicialmente registados ao justo valor e avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

ud
NHzco

Os juros e custos equiparados por tipo de instrumento da carteira de passivos financeiros a custo amortizado registados nas contas de ganhos e perdas, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são os seguintes:

	Juros	
	2021	2020
Depósitos de clientes	2.250	2.573
Passivos subordinados	217	54
	<u>2.467</u>	<u>2.627</u>

Importa sublinhar que, a 31/12/2021, a entidade tem, nos depósitos, um montante de 8.033 mil euros disposto do contrato de *cash pooling* em vigor celebrado com a entidade do grupo Deutsche Leasing Funding (16.134 mil euros em 2020).

A taxa de juro máxima e mínima que remunera as dívidas com empresas do grupo é de 5,70 % e Euribor a 1 mês + 50 % (limitado a 0,00 %), são taxas de juros do mercado.

12.1 Passivos Subordinados

A Sociedade subscreveu um empréstimo subordinado com o seu sócio único, a Deutsche Sparkassen Leasing AG & CO. KG., no montante de 4.400.000 euros, com data de 26 de junho de 2008. Deste modo, aumentaram-se os Recursos Próprios contabilizáveis da Sociedade, com a finalidade de aumentar o limite de concentração.

(13) Provisões

A desagregação desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Constituição de Provisões		
Compromissos e garantias concedidos	13	13
Provisões ou (reversão de provisões)	-	(35)

O saldo contido nesta epígrafe corresponde a provisões genéricas realizadas para a cobertura de operações pré-contratuais.

(14) Fundos Próprios

A composição e o movimento do património líquido são apresentados na demonstração de alterações no património líquido.

A 31 de dezembro de 2021, os fundos próprios da Sociedade ultrapassam o valor do capital social. Adicionalmente, a entidade dispõe de um empréstimo subordinado de 4.400 mil euros, cujo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

43

Núcleos

vencimento é indeterminado, com um prazo de pré-aviso de 5 anos.

(a) Capital

A 31 de dezembro de 2008, o capital social da DEUTSCHE LEASING IBERICA E.F.C., S.A.U. ascendia a 10.000 mil euros. A 22 de maio de 2009, produziu-se um aumento do capital social para 13.000 milhares de euros, representado por 13.000 ações nominativas de 1.000 euros de valor nominal cada uma (as mesmas ações nominativas do mesmo valor nominal cada uma a 31 de dezembro de 2009), totalmente subscritas e realizadas pela Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. Estas ações gozam de iguais direitos políticos e económicos.

As ações não estão cotadas em mercados organizados, não tendo a Sociedade realizado emissões de Obrigações Convertíveis. Durante os exercícios de 2021 e de 2020 não se produziu movimento das ações em circulação.

(b) Reserva Legal

As sociedades estão obrigadas a destinar 10 % dos lucros de cada exercício à constituição de um fundo de reserva até que este atinja, pelo menos, 20 % do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída pelos acionistas e apenas poderá ser utilizada para cobrir, caso não haja outras reservas disponíveis, o saldo devedor da conta de ganhos e perdas. Sob determinadas circunstâncias, poderá igualmente ser destinado ao aumento do capital social na parte de reserva superior a 10 % da quantidade de capital já ampliada.

A 31 de dezembro de 2021, a empresa aumenta a reserva legal devido aos lucros gerados (não houve aumento no exercício de 2020 devido ao resultado negativo gerado). Na distribuição do resultado do exercício, propõe-se a distribuição dos 10 % à Reserva Legal (ver nota 3), dado que ainda não alcançou os 20 % do Capital social da Entidade.

(c) Recursos próprios

A Circular 3/2008 do Banco de Espanha, de 22 de maio, sobre a Determinação e Controlo dos Recursos Próprios Mínimos (adiante referida como a «Circular»), regula os recursos próprios mínimos que devem ser mantidos pelas entidades de crédito espanholas, tanto a nível individual como de grupo consolidado, e a forma como devem ser determinados os referidos capitais próprios, bem a informação de natureza pública que deve ser divulgada ao mercado pelas referidas entidades.

Esta Circular pressupõe o desenvolvimento final, no âmbito das entidades de crédito, da legislação sobre recursos próprios e supervisão numa base consolidada das entidades financeiras, resultante da Lei 36/2007, de 16 de novembro, que modifica a Lei 13/1985, de 25 de maio, sobre taxas de investimento, recursos próprios e obrigações de informação dos intermediários financeiros e outras normas do sistema financeiro, e que compreende também o Real Decreto 216/2008, de 15 de fevereiro, sobre os recursos próprios das entidades financeiras. Esta norma é igualmente o culminar do processo de adaptação da legislação espanhola às diretivas comunitárias 2006/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2006, e

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

hm
44
MCCO

2006/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2006. Ambas as diretivas procederam a uma revisão profunda, no seguimento do Acordo adotado pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária («Basileia II»), dos requisitos mínimos de capital exigidos às entidades de créditos e aos seus grupos sujeitos a consolidação a nível europeu.

Os recursos próprios líquidos da Sociedade, a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, cumprem os requisitos estabelecidos pela legislação em vigor.

(15) Compromissos com empréstimos concedidos

A desagregação desta epígrafe do balanço, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Riscos Contingentes		
Outros Riscos Contingentes	1.374	1.838
	<u>1.374</u>	<u>1.838</u>

O saldo contido nesta epígrafe corresponde integralmente a operações pré-contratuais.

(16) Informações sobre o período médio de pagamento a fornecedores. Terceira disposição adicional. «Dever de informação» da Lei n.º 15/2010, de 5 de julho.

Decorrente da Segunda disposição final da Lei n.º 31/2014, de 3 de dezembro, e em aplicação do disposto na Resolução de 29 de janeiro de 2016 do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, apresenta-se de seguida, de forma detalhada, a informação sobre o período médio de pagamento a fornecedores efetuado durante os exercícios de 2021 e 2020 pela Sociedade:

	2021	2020
	Dias	
Período médio de pagamento a fornecedores	1,27	4,16
Rácio das operações pagas	1,27	4,16
Rácio das operações pendentes de pagamento	102,21	47,67
	Montante	
Total pagamentos efetuados	65.400	132.009
Total pagamentos pendentes	122	11

(17) Rendimentos de juros e gastos com juros

Continua

44

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

Bm
Lis
Nicos

A desagregação destas epígrafes da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2021 e 2020, atendendo à natureza das operações que as originam, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/21	31/12/20
Juros e rendimentos equiparados (Rendimentos)		
Depósitos em bancos centrais	-	-
Crédito a clientes	6.868	7.247
	6.868	7.247
Juros e custos equiparados (Gastos)		
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos subordinados	217	54
Depósitos de clientes	2.250	2.573
	2.467	2.627

(18) Rendimentos de comissões

A desagregação desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Outras Comissões		
Outros itens	826	890
	826	890

A composição do saldo de comissões recebidas está diversificada em diferentes itens, sendo as comissões recebidas por liquidações antecipadas o saldo mais significativo.

(19) Gastos com comissões

A desagregação desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2020	2020
Outras Comissões	8	6
	8	6

O montante integral da epígrafe «Comissões Pagas» corresponde ao gasto suportado com todo o

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

46
Miles

tipo de comissões por serviços bancários ou equivalentes.

(20) Diferenças Cambiais

A desagregação desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Diferenças Cambiais	<u>(51)</u>	<u>(3)</u>

A Sociedade tem concedida uma operação de financiamento em dólares, o que gera o saldo contabilizado nesta epígrafe da conta de ganhos e perdas.

(21) Outros rendimentos de exploração

A desagregação desta epígrafe da conta de perdas e ganhos nos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Outros produtos de exploração		
Vendas e outros rendimentos por prestação de serviços não financeiros	<u>1.671</u>	<u>1.470</u>
	<u>1.671</u>	<u>1.470</u>

Esta epígrafe corresponde aos gastos gerais e de pessoal, repercutidos na DL Equiprent, S.A.U., durante os exercícios de 2021 e de 2020, tal como consta da informação detalhada da nota 24, «Operações e saldos com partes associadas».

(22) Gastos de pessoal

A composição do capítulo «Gastos de pessoal» da conta de perdas e ganhos dos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Vencimentos e salários	2.012	1.918
Segurança Social	440	407
Indemnizações por despedimentos	-	-
Gastos com formação e outros	<u>11</u>	<u>9</u>
	<u>2.463</u>	<u>2.334</u>

Continua

46

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

RM
LI
Nicas

A Sociedade partilha o pessoal e os recursos organizacionais com a DL Iberica Equiprent, S.A.U., relação essa regulada por um contrato de prestação de serviços. A referida relação estabelece que a Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A.U. suporta a maioria dos custos de estrutura comum, com a DL Ibérica Equiprent, S.A.U. a repercutir o custo dos serviços por ela consumidos e calculados através de critérios económicos, tais como o número de contratos celebrados e a margem bruta obtida por cada sociedade. Os gastos suportados pela Sociedade e repercutidos na DL Iberica Equiprent, S.A.U., durante o exercício de 2021, ascenderam a 1.806 mil euros (1.881 mil euros em 2020) - consultar nota 24 - dos quais 1.601 milhares correspondem a pessoal (1.317 milhares de euros em 2020). O resultado desta repercussão encontra-se contabilizado na epígrafe «Outros produtos de exploração» da Conta de Ganhos e Perdas anexa. O número médio de empregados da Entidade, distribuído por categorias profissionais, a 31 de dezembro de 2021, foi o seguinte:

	Número de pessoas		
	Homens	Mulheres	Total
Direção de Topo	1	0	1
Diretores e Técnicos	4	2	6
Outro pessoal	11	14	25
	<u>16</u>	<u>16</u>	<u>32</u>

O número médio de empregados da Entidade, distribuído por categorias profissionais, a 31 de dezembro de 2020, foi o seguinte:

	Número de pessoas		
	Homens	Mulheres	Total
Direção de Topo	1	0	1
Diretores e Técnicos	4	2	6
Outro pessoal	11	14	25
	<u>16</u>	<u>16</u>	<u>32</u>

Na Sociedade não há empregados com incapacidade igual ou superior a 33 % (ou classificação local equivalente).

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

RM
UR
Micas(23) Outros gastos administrativos

A composição deste capítulo da conta de perdas e ganhos, a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	31/12/21	31/12/20
Imóveis, instalações e material	55	58
Informática	343	245
Comunicações	-	5
Prémios de seguros e autosseguros	446	519
Gastos de representação e deslocação do pessoal	7	38
Quotas de associações	12	12
Contribuições e impostos	79	-
Outros	647	535
	<u>1.589</u>	<u>1.412</u>

Uma parte dos gastos gerais de administração foi repercutida na DL Ibérica Equiprent, S.A.U., em virtude do acordo de prestação de serviços celebrado com a Sociedade (ver notas 21 e 24).

(24) Operações e Saldos com Partes Associadas

A desagregação das operações e saldos com entidades do Grupo e outras Sociedades e pessoas físicas associadas, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é apresentada de forma detalhada no seguinte quadro:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Ativo		
Restantes ativos	-	-
Créditos a empresas do grupo	600	519
Passivos		
Empréstimo Subordinado	4.400	4.400
Outros Passivos	162	178
Créditos de empresas do Grupo	189.918	212.870
Gastos		
Juros de curto prazo com o grupo	2.467	2.636
Outros Gastos com o grupo	303	411
Rendimentos		
Outros ganhos Sociedades do grupo	1.974	1.470

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

bn
69
Nicos

Os custos que a Sociedade suportou na sua atividade, que correspondem à empresa do grupo «DL Iberica Equiprent S.A.U.», repercutiram-se de forma correspondente integrando, durante 2021, um montante total de 1.806 mil euros (1.881 mil euros em 2020). Do mesmo modo, a Sociedade suportou uma repercussão de custos por parte da empresa-mãe, num montante de 303 mil euros.

A epígrafe «Crédito de empresas do grupo» apresenta um saldo de 189.918 milhares de euros (212.870 milhares euros em 2020), que corresponde a empréstimos que tem com a empresa-mãe Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. A KG, DL Funding B.V. e a Deutsche Leasing Finance GmbH, que acumularam um total de 2.467 mil euros em juros durante o exercício (2.636 mil euros em 2020), dos quais 160 mil euros estão acumulados e pendentes de liquidação (174 mil euros em 2020). Estes créditos incluem um montante de 8.033 milhares de euros resultante do contrato de *cash pooling* em vigor celebrado com a entidade do grupo Deutsche Leasing Funding. A Sociedade também tem um empréstimo subordinado de 4.400 mil euros (ver nota 12.1), suportando juros de 217 mil euros (26 mil euros em 2020). A taxa de juro máxima e mínima que remunera as dívidas com empresas do grupo é de 5,70 % e Euribor a 1 mês + 50 % (limitado a 0,00 %), respetivamente, são taxas de juros do mercado.

Como «Restantes Passivos», para além dos já referidos, os juros vencidos mas não liquidados dos diferentes empréstimos concedidos pelas entidades do grupo, existe um montante de 162 mil euros, correspondente a uns saldos pendentes de liquidação com a empresa-mãe (287 mil euros em 2020).

O saldo de «Créditos a empresas do grupo», de 600 milhares de euros (519 milhares em 2020), corresponde a diferentes montantes que se encontram pendentes de liquidação por parte de diferentes empresas do grupo.

(25) Informação relativa ao Conselho de Administração e à Direção de Topo

(a) Remunerações e Saldos com Membros do Conselho de Administração e Direção de Topo

Durante o exercício de 2021, os Administradores da Sociedade não receberam remunerações, nem lhes foram concedidos adiantamentos ou créditos, e não foram assumidas obrigações por conta deles a título de garantia. Além disso, a Sociedade não tem obrigações contraídas em matéria de pensões e de seguros de vida, no que respeita a Administradores antigos ou atuais, nem foram pagos prémios de seguros de responsabilidade civil por danos causados por atos ou omissões durante o exercício do cargo.

As remunerações recebidas pelo pessoal-chave da Sociedade são detalhadamente apresentadas no seguinte quadro:

<u>Milhares de Euros</u>
<u>Montante</u>
449

(b) Créditos concedidos e garantias constituídas pela Sociedade a favor dos Conselheiros

À data de encerramento do exercício não existe qualquer montante relativo a estes itens.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

Bm
30
N20

(c) Deveres de lealdade dos Administradores

Nos termos do disposto do artigo 229.º da Lei 31/2014, de 3 de dezembro, que modifica o Texto Reformulado da Lei das Sociedades de Capital para a melhoria do governo corporativo, e com o fim de reforçar a transparência das sociedades anónimas, os conselheiros comunicaram à Sociedade que, durante o exercício de 2021, eles e as pessoas a eles associadas, de acordo com o definido no artigo 231.º do texto reformulado da Lei das Sociedades de Capital:

- (a) Não realizaram transações com a Sociedade, sem ter em conta as operações ordinárias, realizadas em condições padrão para os clientes e de escassa relevância, entendendo por tais aquelas cuja informação não seja necessária para expressar a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados da entidade.
- (b) Não utilizaram o nome da Sociedade nem invocaram a sua condição de administrador para influenciar indevidamente a realização de operações privadas.
- (c) Não utilizaram os ativos sociais, nomeadamente informação confidencial da empresa, para fins privados.
- (d) Não se aproveitaram das oportunidades de negócio da Sociedade.
- (e) Não obtiveram vantagens ou remunerações de terceiros que não a Sociedade e o seu grupo associadas ao desempenho do respetivo cargo, exceto quando se tratasse de atenções de mera cortesia.
- (f) Não desenvolveram atividades por conta própria ou por conta de outrem que implicassem uma concorrência efetiva, seja pontual ou potencial, com a Sociedade ou que, de qualquer outra forma, os colocasse num conflito permanente com os interesses da Sociedade.

(26) Informação sobre o Ambiente

Os Administradores da Sociedade consideram mínimos e, em todos os casos adequadamente cobertos os riscos ambientais que poderiam decorrer da sua atividade e estimam que não surgirão passivos adicionais relacionados com os referidos riscos. A Sociedade não incorreu em gastos, nem recebeu subvenções relativamente aos ditos riscos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(27) Serviço de Atendimento ao Cliente

A Portaria n.º 734/2004, de 11 de março, do Ministério da Economia, sobre os departamentos e serviços de atendimento ao cliente e o provedor do cliente das atividades financeiras inclui no seu artigo 17, entre outros aspetos, a necessidade de elaborar um relatório das atividades realizadas por estes serviços ao longo do exercício anterior e, igualmente, a necessidade de um resumo do mesmo ser integrado no relatório anual das entidades.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, não foram recebidas queixas nem ocorreu qualquer acontecimento que mereça ser destacado neste parágrafo.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais**31 de dezembro de 2021**

(Expressos em milhares de euros)

31
Milhões(28) Honorários de Auditoria

Os revisores oficiais de contas da Sociedade são a RSM Spain Auditores, SLP. A desagregação dos honorários líquidos faturados para os exercícios anuais findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	KPMG Auditores S.L.		RSM Spain Auditores	
	2021	2020	2021	2020
Por serviços de auditoria	-	-	21	20
Por outros serviços de verificação contabilística	25	25	-	-
Por consultoria fiscal	-	-	-	-
Por outros serviços	-	-	-	-
	<u>25</u>	<u>25</u>	<u>21</u>	<u>20</u>

Os montantes incluídos no quadro anterior compreendem a totalidade dos honorários relativos aos serviços realizados durante os exercícios de 2021 e 2020, independentemente do momento da sua faturação.

(29) Situação Fiscal

Os lucros, determinados segundo a legislação fiscal, estão sujeitos a uma taxa de 30 % sobre a base tributável em Espanha, e de 21 % em Portugal. Da quota resultante podem ser praticadas determinadas deduções.

Em seguida é apresentada a reconciliação entre o lucro contabilístico antes de impostos obtido pela entidade nos exercícios de 2021 e 2020 e o gasto com o Imposto sobre Sociedades registado nas contas de resultados correspondentes aos referidos exercícios:

	Milhares de euros			
	2021		2020	
	Espanha	Portugal	Espanha	Portugal
Lucro contabilístico do exercício antes de impostos	1.634	1.104	(2.005)	708
Ajustamento do resultado à legislação portuguesa	-	17	-	-
Diferenças permanentes	45	-	-	-
Diferenças temporárias	(337)	-	-	-
Compensação Matérias coletáveis negativas	(931)	-	-	-
Base contabilística	<u>410</u>	<u>1.121</u>	<u>(2.005)</u>	<u>708</u>
Total do imposto a 30 % (Espanha) 21 % (Portugal)	<u>123</u>	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Diferença Imposto sobre Sociedades Exer. Ant.	(118)	4	-	15
Varição Ativos fiscais diferidos	-	-	-	-
Gastos com Imposto sobre Sociedades	<u>5</u>	<u>239</u>	<u>-</u>	<u>15</u>

BM

52
Muros

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Anexo às Contas Anuais
31 de dezembro de 2021
(Expressos em milhares de euros)

Em seguida inclui-se uma reconciliação entre o resultado contabilístico do exercício de 2021 e o resultado fiscal que a Sociedade espera declarar após a aprovação oportuna das contas anuais, juntamente com os dados de 2020:

	Euros						
	2021						
	Conta de ganhos e perdas			Rendimentos e gastos imputados ao património líquido			
	Aumentos	Diminuições	Líquido	Aumentos	Diminuições	Líquido	Total
Saldo dos rendimentos e gastos do exercício			2.494			-	2.494
Imposto sobre sociedades			(244)			-	(244)
Operações contínuas Unidades operacionais descontinuadas			2.738			-	2.738
Lucros/(Perdas) antes de impostos			-			-	-
Diferenças permanentes Da Sociedade individual			45			-	45
De ajustamentos por estabelec. permanentes		(1.104)	(1.104)			-	(1.104)
Diferenças temporárias: Da Sociedade individual	61	(398)	(337)			-	(337)
Com origem no exercício							
Com origem em exercícios anteriores							
Compensação das matérias coletáveis negativas de exercícios anteriores		(931)	(931)			-	(931)
Matéria coletável (Resultado do imposto)			<u>411</u>			<u>-</u>	<u>411</u>

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Anexo às Contas Anuais
31 de dezembro de 2021
(Expressos em milhares de euros)

53
Anexo

	2020		
	Espanha	Portugal	Total
Lucro contabilístico do exercício antes de impostos	(2.005)	708	(1.297)
Ajustamento do resultado à legislação portuguesa	-	-	-
Diferenças permanentes	346	0	346
Diferenças temporárias	1.012	0	1.012
Matéria Coletável Anterior	(647)	708	61
Compensação de matérias coletáveis negativas períodos anteriores	-	-	-
Matéria coletável do imposto	(647)	708	1.924
Quota a 30 % (Espanha) 21 % (Portugal)	-	-	-
Diferença para impostos de exercícios anteriores	-	-	-
Retenções e pagamentos por conta	(27)	(122)	(149)
Deduções e bonificações	-	-	-
Impostos locais	-	-	-
Imposto sobre sociedades a pagar	(27)	(122)	(149)

A Sociedade pode compensar as matérias coletáveis negativas pendentes de compensação com as receitas positivas dos períodos de tributação seguintes, até ao limite de 70 % da matéria coletável antes da aplicação da reserva de capitalização e da sua compensação (ver artigo 23.º da LIS). No entanto, em qualquer caso, as matérias coletáveis negativas podem ser compensadas, no período de tributação, até ao montante de 1 milhão de euros.

Por força da aprovação da Lei n.º 27/2014 do Imposto sobre Sociedades, a partir de 1 de janeiro de 2015, não haverá limite temporal para a compensação das matérias coletáveis negativas. A Sociedade compensou, para o encerramento fiscal do exercício de 2021, 931 mil euros, deixando, a 31 de dezembro de 2021, matérias coletáveis negativas pendentes de compensação nos seguintes montantes:

Exercício	Euros
2020	191
Total	191

8
34
Miles

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Anexo às Contas Anuais
31 de dezembro de 2021
(Expressos em milhares de euros)

A Sociedade pagou 235 mil de euros a título de Imposto sobre Sociedades da sucursal em Portugal correspondente ao exercício de 2021 (15 mil euros em 2020).

O saldo da conta de ativo do crédito fiscal diferido correspondente às diferenças temporárias no encerramento do exercício ascende a 279 mil euros (202 mil euros em 2020).

De igual modo, a 31 de dezembro de 2021, a Sociedade tem um saldo de ajustamento por diferenças temporárias positivas, cuja desagregação se apresenta em seguida:

	Milhares de euros	
	2021	2020
Provisão genérica + Imparidade	559	642
Provisão para advogados	77	71
Amortização	5	5
Plano de Pensões	113	113
Total	<u>754</u>	<u>831</u>

Segundo estabelece a legislação vigente, os impostos não podem ser considerados definitivamente liquidados até que as declarações apresentadas tenham sido inspecionadas pelas autoridades fiscais, ou que tenha decorrido o prazo de prescrição de quatro anos, prazo esse que é de cinco anos para o Imposto sobre sociedades. A 31 de dezembro de 2021, a Sociedade tem os exercícios referidos abertos para inspeção. Os Administradores do Grupo não esperam que, em caso de inspeção, surjam passivos adicionais relevantes.

De acordo com a Lei do Imposto sobre Sociedades, se, por força das normas aplicáveis para a determinação da matéria coletável, esta for negativa, o seu montante poderá ser compensado por aquele em que a perda teve origem, com quantia a ser distribuída na proporção considerada conveniente. A compensação será realizada a tempo de formular a declaração do Imposto sobre Sociedades, sem prejuízo dos poderes de confirmação que correspondam às autoridades fiscais.

(30) Políticas e Gestão de Riscos

O Conselho de Administração, através das comissões e unidades sobre políticas, controlo e gestão de riscos, tutela e supervisiona as políticas contabilísticas e os sistemas e procedimentos de controlo interno em relação a todos os riscos da atividade da Sociedade, bem como a prevenção do branqueamento de capitais, em conformidade com a legislação em vigor. O objetivo passa por gerir adequadamente os riscos e otimizar a referida gestão através dos ativos, passivos e instrumentos de cobertura.

Para esse efeito, os riscos de crédito de maior importância são aprovados e revistos periodicamente, e são estabelecidos limites operacionais pertinentes, existindo uma clara segregação de funções entre as unidades de negócio onde o risco tem origem e as unidades de acompanhamento e controlo do mesmo.

BM

55
MKCO

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Anexo às Contas Anuais
31 de dezembro de 2021
(Expressos em milhares de euros)

A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. atribui uma ênfase especial à identificação, medição, controlo e acompanhamento dos seguintes riscos:

1. Risco de crédito
2. Risco estrutural de juros
3. Risco de liquidez
4. Risco de mercado
5. Risco de derivados financeiros
6. Riscos operacionais

Os sistemas de auditoria e controlo interno estendem-se também a outros riscos da atividade do Grupo Deutsche Leasing, tais como riscos legais e fiscais, riscos de fraude e riscos tecnológicos.

(a) Gestão do risco estrutural

A política da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. em matéria de controlo dos riscos de juros e de liquidez visa tem por objeto gerir o impacto da evolução das taxas de juro no Balanço e na Conta de Resultados.

O Comité de Ativos e Passivos constitui o órgão diretamente responsável pela gestão dos riscos globais de taxas de juro, cambial e liquidez. Este Comité adota as estratégias de investimento ou cobertura mais adequadas para mitigar o impacto da alteração das taxas de juro, bem como as políticas de financiamento.

- Risco estrutural de taxa de juro

O risco de juro estrutural é o definido como a exposição da Sociedade a alterações das taxas de juro de mercado, decorrente da diferente estrutura temporal de vencimentos e reavaliações das rubricas de ativo e passivo do Balanço.

Para a gestão, medição e controlo integral dos riscos de juros, utiliza-se a metodologia denominada «*gap* de reavaliação». O modelo consiste num plano de riscos de juros baseado na assunção de determinadas hipóteses de trabalho, que facilita a informação sobre o grau de exposição ao risco da Sociedade perante a evolução das taxas de juro. Para esse efeito, o Balanço da Sociedade divide-se em vários ramos, estruturados por prazos de renovação de taxas de juro.

Adicionalmente, utilizam-se ferramentas de simulação que permitem calcular a sensibilidade da margem de intermediação perante cenários distintos de taxas de juro e alterações na inclinação da curva, bem como a sensibilidade do valor económico perante as alterações das taxas de juro, o que permite determinar que não existe um impacto negativo importante.

hm

56
Mirecos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Anexo às Contas Anuais
31 de dezembro de 2021
(Expressos em milhares de euros)

- Risco de liquidez

Em relação ao risco de liquidez, a Sociedade realiza uma gestão coordenada dos ativos e passivos do seu balanço.

As ferramentas utilizadas para o controlo do risco de liquidez são o «gap de liquidez» e o relatório de situação no mercado interbancário.

Apesar do *gap* negativo teórico dos prazos de «mais de cinco anos», a Sociedade tem confiança em que estes passivos poderão ser renovados sem dificuldades de maior, não existindo portanto nenhuma tensão de liquidez real.

(b) Atividade de tesouraria

A Divisão de Tesouraria, além de prestar os seus serviços para efeitos da gestão global dos riscos de juro e de liquidez, atua nos mercados com o objetivo de tirar proveito das oportunidades de negócio que se apresentem.

No desempenho destas funções, utilizam-se ou utilizar-se-ão todos os instrumentos financeiros disponíveis, incluindo derivados financeiros sobre taxas de juro. Estabelecem-se igualmente limites específicos por risco de crédito e de contraparte, bem como os mercados autorizados para atuar.

O critério de fixação de limites é ajustado a critérios de delegação; a informação correspondente encontra-se à disposição dos órgãos de controlo nas bases de dados internas existentes para este efeito.

(c) Medição do risco de mercado

Para a medição do risco de mercado de taxas de juro, é utilizada a metodologia que em cada caso, e segundo o contexto, se considere mais oportuna.

(d) Risco de crédito

- Organização da função do risco de crédito
 - a) A estratégia seguida pela DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. em matéria de riscos é delineada pelo Conselho de Administração, que, além disso, fixa os limites de competências do Departamento de Riscos, tanto a nível local como a nível de grupo. A referida estratégia materializa-se em políticas de riscos, postas em prática pelo Departamento de Riscos através de ferramentas e procedimentos distintos.
 - b) O Conselho de Administração, além de aprovar as políticas de risco para os diferentes negócios da Sociedade, fixa os limites das competências delegadas, sanciona as operações que, pelo montante, não sejam abrangidas pelo capítulo anterior, realiza periodicamente o controlo e o acompanhamento dos riscos e da sua exposição, tanto dos clientes mais importantes como dos setores mais representativos, supervisiona o cumprimento dos objetivos de riscos e o funcionamento das ferramentas e modelos de gestão e, em geral, é informado e decide sobre os assuntos relevantes em matéria de risco de crédito.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

Anexo às Contas Anuais

31 de dezembro de 2021

(Expressos em milhares de euros)

hm
54
Nunes

- c) O Departamento de Riscos da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. está integrado na Direção-Geral de Administração, o que garante a sua independência face às unidades de negócio, e está estruturado de forma a responder às diferentes áreas e segmentos de clientes, realizando desde a aprovação das operações ao posterior controlo e acompanhamento das mesmas e, se for caso disso, a cobrança de posições morosas. Existe também uma função de controlo de riscos, que supervisiona de forma independente operações que ultrapassem um determinado limite e que dá assessoria a nível geral quanto aos potenciais riscos em que a entidade possa incorrer. A sua principal função é o desenvolvimento, melhoria, controlo e acompanhamento dos novos modelos internos de quantificação do risco e a implantação destes modelos na gestão global de riscos da Sociedade, com o objetivo de otimizar a relação rentabilidade/risco para os diferentes negócios.
- d) A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. costuma requerer, na sua política de assunção de riscos, a figura do fiador, seja pessoa singular ou coletiva. Não obstante, estas garantias não cumprem os requisitos necessários para serem consideradas como uma técnica de mitigação do risco, pelo que não é necessária a revisão da sua eficácia.
- e) A estratégia de negócio da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. implica um importante risco de concentração individual, que foi adequadamente analisado, tendo sido estabelecidos os mecanismos de controlo e as ferramentas necessárias para eliminá-lo mediante a receção de depósitos em caixa, afetos ao risco de crédito das operações que garantem, por parte de uma entidade do grupo «Deutsche Leasing Finance GmbH».

(e) Qualidade do crédito

A boa qualidade do crédito da DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U., os recursos próprios adequados e o nível das suas provisões constituem uma grande vantagem competitiva e permitem à Sociedade enfrentar, no futuro, um progressivo crescimento do investimento com a segurança de que continuará a gerar valor de forma sustentada no tempo.

As linhas básicas de atuação da gestão do risco no DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U., durante o exercício de 2021, foram as seguintes:

1. Consolidação das linhas de captação de negócios e dos setores em que a DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. está presente desde o início da sua atividade que estão em total sintonia com a estratégia do grupo e que mostraram a sua resiliência em diferentes ciclos económicos, bem como contribuíram para uma boa diversificação do portefólio.
2. Utilização de modelos internos de quantificação do risco de crédito que não só permitem a otimização do binómio rentabilidade-risco, como também satisfazem as exigências do mercado em termos de tempo (agilidade das respostas) e forma (estruturas de financiamento adequadas).

BM

58
Nº 200

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Anexo às Contas Anuais
31 de dezembro de 2021
(Expressos em milhares de euros)

A DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. estabeleceu diferentes categorias de risco de crédito, com a finalidade de dotar cada uma delas de sistemas de classificação ou notação específicos.

(f) Modelos internos de quantificação do risco

Os modelos de classificação interna ou *rating* proporcionam, para cada categoria, uma pontuação ou nota do nível de risco que a Sociedade assume com cada cliente. Cada uma das notas está associada a uma determinada probabilidade de incumprimento de pagamento (atraso no pagamento da dívida superior a 90 dias), de forma que, quanto menor a nota ou o *rating*, menor a probabilidade de incumprimento de pagamento.

A carteira de riscos de crédito encontra-se adequadamente diversificada por setores. Há que destacar a ausência de riscos em países terceiros fora da União Europeia na DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U.

(g) Controlo e acompanhamento do risco

A qualidade «sob vigilância» originada por clientes com dívida a terceiros, atraso recente na Sociedade ou acompanhamento especial desenvolveu-se de forma satisfatória.

A Sociedade pôs em prática durante o exercício de 2013, para além do nível de atribuições já estabelecido pelas políticas gerais de gestão do risco, uma unidade de aprovação específica para operações classificadas como sendo de acompanhamento especial. As operações de refinanciamento e as reestruturações estão submetidas à gestão e aprovação por um departamento e por órgãos de decisão diferentes dos de clientes classificados como sendo de crédito normal, e especializados nestes tipos de casos. O acompanhamento deste tipo de operações de refinanciamentos e reestruturações é contínuo, fazendo parte das funções da gestão do risco da Sociedade.

Importa destacar que a Sociedade dispõe de uma função de Conformidade, que realiza um acompanhamento e controlo de todo o tipo de novidades regulamentares, e que permite avaliar o impacto das mesmas e prestar assessoria em relação à sua correta execução. O cumprimento das regulamentações do Banco de Espanha, bem como das medidas para a prevenção de Branqueamento de Capitais, correspondem às principais áreas de atuação da função de Conformidade. Em relação às medidas de prevenção de Branqueamento de Capitais, a Sociedade dispõe de um comité constituído que se reúne trimestralmente, no qual são tratados os temas mais importantes relacionados com o branqueamento de capitais. Para além do mencionado, a Sociedade tem implantados sistemas de avaliação de competência e idoneidade dos cargos de direção e de controlo, tal como é exigido no Decreto Real 256/2013.

Importa referir que a Sociedade, além de dispor de diferentes funções de controlo interno e auditoria interna, é objeto de diversas auditorias externas, com destaque, principalmente, para aquelas realizadas nos âmbitos financeiro, de branqueamento de capitais e da Lei de proteção de dados.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Anexo às Contas Anuais
31 de dezembro de 2021
(Expressos em milhares de euros)

Bm

39
Milhões

(31) Acontecimentos Posteriores

Nos primeiros meses de 2022, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia escalou para uma invasão militar pela Rússia iniciada a 24 de fevereiro de 2022. No momento em que se apresenta este relatório, e abstraindo da complexidade humanitária da situação, ainda é para avaliar, de forma coerente e clara, os efeitos negativos que a invasão mencionada poderá ter nas economias de outros países que não aqueles envolvidos no conflito. No entanto, os primeiros efeitos já são particularmente visíveis: i) um forte aumento do preço da energia e ii) uma rutura na distribuição internacional de produtos originários da Rússia e da Ucrânia. Em qualquer caso, a DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A. não mantém qualquer operação de financiamento com empresas espanholas localizadas ou com interesses na Rússia ou na Ucrânia e/ou com empresas de qualquer um destes países situadas ou ativas em território espanhol.

hm

60
Nunes

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Gestão
31 de dezembro de 2021

Durante o exercício de 2021, a DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A. retomou com absoluta normalidade as suas atividades de financiamento após um exercício de 2020 dominado pela situação pandémica originada pela COVID-19, mas onde, apesar da situação, a carteira se apresentou robusta, dada a sua diversificação setorial e a sua qualidade de crédito. Em 2021, a DEUSCTHE LEASING prosseguiu a sua trajetória de crescimento e diversificação.

No exercício de 2021, o montante líquido do volume de negócios constituído pelos juros gerados pelas transações contratadas com clientes totalizou 6.868 mil euros, ou seja, 5,3 % mais baixo do que no exercício anterior.

Por outro lado, no que se refere à margem bruta, esta totalizou em 2021 6,839 mil euros, o que representa uma diminuição de 1,89 % em relação ao ano anterior.

Como a mais significativa medida para o exercício de 2021, temos a reversão da imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado no valor de 364 mil euros (perdas registadas por imparidade desses ativos no exercício de 2020 no valor de 4 085 mil euros).

O resultado positivo do exercício de 2021 foi de 2.494 mil euros (1.313 mil euros de perdas em 2020).

Os principais riscos que a Sociedade enfrenta são os riscos de mercado, crédito, liquidez, taxa de juro e operacionais. O Conselho de Administração, através das comissões e unidades de políticas, controlo e gestão de riscos, tutela e supervisiona as políticas contabilísticas e os sistemas e procedimentos de controlo interno em relação a todos os riscos da atividade da Sociedade, bem como a prevenção do branqueamento de capitais, em conformidade com a legislação em vigor. Para esse efeito, os riscos de crédito de maior importância são aprovados e revistos periodicamente, e são estabelecidos limites operacionais pertinentes, existindo uma clara segregação de funções entre as unidades de negócio onde o risco tem origem e as unidades de acompanhamento e controlo do mesmo.

O risco de crédito é na sua totalidade acompanhado e gerido a partir do Departamento de Riscos, fixando-se as competências delegadas que se considerem oportunas em cada caso. Este departamento revê, de forma periódica, as operações, estando em coordenação com o departamento de cobranças. A Sociedade dispõe das garantias adequadas para cobrir o seu risco de crédito e tenta, em todos os casos, manter o risco relativo a cada cliente abaixo do valor de mercado dos ativos cedidos em locação financeira. Importa destacar que, se se considerasse o justo valor dos bens locados, bem como o montante de garantias de natureza diferente das quais a Sociedade é beneficiária, o nível de provisões seria consideravelmente inferior. Também importa sublinhar que não existem riscos significativos em países terceiros a operar, de momento, em território espanhol e português. A nível geral, o exercício de 2021 foi condicionado pela pandemia gerada pela COVID19. Nesta situação, o Departamento de Riscos adotou uma série de medidas destinadas a adaptar os critérios de decisão a uma nova situação marcada por elevada incerteza. Neste sentido, reforçaram-se as atividades de acompanhamento e controlo da carteira viva e, em especial, adotaram-se igualmente medidas para assegurar a viabilidade das operações existentes com alguns clientes cuja atividade principal fora afetada pela pandemia mencionada.

Quanto às taxas de juro de mercado, o principal risco consiste na diferente estrutura temporal

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedade Unipessoal)
Relatório de Gestão
31 de dezembro de 2021

61
Macao

de vencimentos e na revisão das rubricas de ativo e passivo do Balanço. À data de encerramento do exercício, considera-se que não existe um risco significativo de taxa de juro, uma vez que as operações realizadas a taxa de juro fixa foram financiadas através de fundos próprios ou com depósitos a taxa fixa, enquanto, para as restantes operações a taxa variável, foram calculados diferentes cenários de evolução das taxas, considerando-se que o risco é moderado.

À data de encerramento do exercício, o risco de liquidez não é significativo, visto que a Sociedade dispõe de acesso a um grande leque de bancos de primeira linha com os quais o grupo trabalha.

Para cobrir os riscos operacionais, foram realizados planos de emergência e auditorias informáticas com o objetivo de assegurar os ativos da Sociedade e as bases de dados de informação de que a Sociedade dispõe. Existe também um comité de controlo informático que selecionou e implantou em 2013 uma nova ferramenta informática para melhorar a gestão do negócio. Durante o exercício de 2021, trabalhou-se em atualizações contínuas do sistema, que implicam melhorias importantes, com base na experiência adquirida durante os 8 anos da sua utilização, e com o objetivo de ser utilizado como ferramenta de gestão em todas as entidades internacionais do grupo Deutsche Leasing. A Sociedade realiza reuniões periódicas, nas quais é analisada a situação e a evolução previsível do mercado, dando especial atenção à evolução das taxas de juro e à situação dos setores económicos em que a Sociedade tem uma presença destacada.

Não existe risco de taxa de câmbio, visto que a única operação concedida em dólares se encontra financiada com um empréstimo na mesma moeda.

Durante o exercício de 2021, a Sociedade não realizou atividades de investigação e desenvolvimento, nem adquiriu ou vendeu ações próprias.

Não há nenhuma questão em termos ambientais que afete a Sociedade, não existindo, por conseguinte, riscos relacionados com o ambiente nem com a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Também importa referir que o prazo médio de pagamento a fornecedores praticado durante o exercício de 2021 foi de 1,27 dias.

Finalmente, é de assinalar que, depois do encerramento do balanço da Sociedade, não ocorreu qualquer acontecimento que afete a Sociedade de forma significativa.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedade Unipessoal)

62
Mica

Ao abrigo do artigo 253 do Real Decreto Legislativo n.º 1/2010, de 2 de julho, que aprova o texto reformulado da Lei das Sociedades de Capital, os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da Deutsche Leasing Iberica E.F.C., S.A.U. (Sociedade Unipessoal), subscrevem o conteúdo integral das Contas Anuais e do Relatório de Gestão correspondentes ao exercício de 2021, apresentados em 62 folhas, incluindo a presente, numeradas de 1 a 62, ambas inclusive, e que foram elaboradas pela Sociedade na sua reunião celebrada no dia 28 de março de 2022, tendo sido assinadas por todos os administradores, como prova de conformidade e aceitação.

Em Bad Homburg v.d. Hoehe, a 28 de março de 2022.

KAI OSTERMANN

na qualidade de Presidente

KARSTEN REINHARD

na qualidade de Vice-Presidente

ANA MARÍA CHRISTOPHE

na qualidade de Conselheira

A Tradutora,
Kisane Mendes

PM

03

Mex

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Cuentas Anuales al 31 de diciembre de 2021
e Informe de Gestión del ejercicio 2021

hm
64
Naves

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Índice General
(Expresados en miles de euros)

1.	Balances de Situación al 31 de diciembre de 2021 y 2020	
2.	Cuentas de Pérdidas y Ganancias para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2021 y 2020	
3.	Estados de Ingresos y Gastos Reconocidos para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2021 y 2020	
4.	Estados Totales de Cambios en el Patrimonio Neto para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2021 y 2020	
5.	Estados de Flujos de Efectivo para los ejercicios terminados en 31 de diciembre de 2021 y 2020	
6.	Memoria	
(1)	Naturaleza y actividades	13
(2)	Criterios Aplicados	14
(3)	Distribución de Resultados	16
(4)	Principios Contables y Normas de Valoración Aplicados	17
(5)	Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista	33
(6)	Activos financieros a coste amortizado	34
(7)	Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	37
(8)	Activos Materiales	38
(9)	Activos Intangibles	39
(10)	Activos y Pasivos por impuestos	40
(11)	Otros activos y pasivos	41
(12)	Pasivos financieros a coste amortizado	41
(13)	Provisiones	42
(14)	Fondos Propios	42
(15)	Compromisos de préstamos concedidos	44
(16)	Proveedores. Información sobre los aplazamientos de pago a proveedores. Disposición adicional tercera. "Deber de información" de la ley 15/2010 de 5 de julio	44
(17)	Ingresos por intereses y gastos por intereses	45
(18)	Ingresos por comisiones	45
(19)	Gastos por comisiones	45
(20)	Diferencias de Cambio	46
(21)	Otros ingresos de explotación	46
(22)	Gastos de personal	46
(23)	Otros gastos de administración	48
(24)	Operaciones y Saldos con Partes Vinculadas	48
(25)	Información relativa al Consejo de Administración	49
(26)	Información sobre Medio Ambiente	50
(27)	Servicio de Atención al Cliente	50
(28)	Honorarios de Auditoría	51
(29)	Situación Fiscal	51
(30)	Políticas y Gestión de Riesgos	54
(31)	Hechos Posteriores	59

65
Nicos
hm

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

ACTIVO	2021	2020
Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista (nota 5)	480	633
Activos financieros mantenidos para negociar	-	-
Derivados	-	-
Instrumentos de patrimonio	-	-
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Instrumentos de patrimonio	-	-
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Instrumentos de patrimonio	-	-
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Activos financieros a coste amortizado (nota 6)	219.105	237.201
Valores representativos de deuda	-	-
Préstamos y anticipos	219.105	237.201
Bancos Centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	219.105	237.201
Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración	-	-
Derivados - contabilidad de coberturas	-	-
Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés	-	-
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas	-	-
Dependientes	-	-
Negocios conjuntos	-	-
Asociadas	-	-
Activos tangibles (nota 8)	3	5
Inmovilizado material	3	5
De uso propio	3	5
Cedido en arrendamiento operativo	-	-
Afecto a la Obra Social (cajas de ahorros y cooperativas de crédito)	-	-
Inversiones inmobiliarias	-	-
De los cuales: cedido en arrendamiento operativo	-	-
Pro memoria: Adquirido en arrendamiento	-	-
Activos intangibles (nota 9)	-	-
Fondo de comercio	-	-
Otros activos intangibles	-	-
Activos por impuestos (nota 10)	359	2.116
Activos por impuestos corrientes	80	1.914
Activos por impuestos diferidos	279	202

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2021

66
Km
Hacer

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

Otros activos (nota 11)	899	725
Contratos de seguros vinculados a pensiones	-	-
Existencias	-	-
Resto de los otros activos	899	725
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta (nota 7)	158	216
TOTAL ACTIVO	221.004	240.896

Gt
Nuccio
Pm

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

PASIVO	2021	2020
Pasivos financieros mantenidos para negociar	-	-
Derivados	-	-
Posiciones cortas	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Valores representativos de deuda emitidos	-	-
Otros pasivos financieros	-	-
Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Depósitos	-	-
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	-	-
Valores representativos de deuda emitidos	-	-
Otros pasivos financieros	-	-
Pro memoria: pasivos subordinados	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado (nota 12)	195.690	218.629
Depósitos	194.235	217.448
Bancos centrales	-	-
Entidades de crédito	-	-
Clientela	194.235	217.448
Valores representativos de deuda emitidos	-	-
Otros pasivos financieros	1.455	1.181
Pro memoria: pasivos subordinados	-	-
Derivados - contabilidad de coberturas	-	-
Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés	-	-
Provisiones (nota 13)	13	13
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	-
Otras retribuciones a los empleados a largo plazo	-	-
Cuestiones procesales y litigios por impuestos pendientes	-	-
Compromisos y garantías concedidos	13	13
Restantes provisiones	-	-
Pasivos por impuestos (nota 10)	821	412
Pasivos por impuestos corrientes	821	412
Pasivos por impuestos diferidos	-	-
Capital social reembolsable a la vista	-	-
Otros pasivos (nota 11)	1.001	857
<i>De los cuales: fondo de la obra social (solo cajas de ahorros y cooperativas de crédito)</i>	-	-
Pasivos incluidos en grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
TOTAL PASIVO	197.525	219.911

68
New

km

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Balances a 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

PATRIMONIO NETO	2021	2020
Fondos propios (nota 14)	23.479	20.985
Capital	13.000	13.000
Capital desembolsado	13.000	13.000
Capital no desembolsado exigido	-	-
Pro memoria: capital no exigido	-	-
Prima de emisión	-	-
Instrumentos de patrimonio emitidos distintos del capital	-	-
Componente de patrimonio neto de los instrumentos financieros compuestos	-	-
Otros instrumentos de patrimonio emitidos	-	-
Otros elementos de patrimonio neto	-	-
Ganancias acumuladas	-	-
Reservas de revalorización	-	-
Otras reservas	7.985	9.298
(-) Acciones propias	-	-
Resultado del ejercicio	2.494	(1.313)
(-) Dividendos a cuenta	-	-
Otro resultado global acumulado	-	-
Elementos que no se reclasificarán en resultados	-	-
Ganancias o (-) pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Ineficacia de las coberturas de valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global [elemento cubierto]	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global [instrumento de cobertura]	-	-
Cambios del valor razonable de los pasivos financieros a valor razonable con cambios en resultados atribuibles a cambios en el riesgo de crédito	-	-
Elementos que pueden reclasificarse en resultados	-	-
Cobertura de inversiones netas en negocios en el extranjero [parte eficaz]	-	-
Conversión de divisas	-	-
Derivados de cobertura. Reserva de cobertura de flujos de efectivo [parte eficaz]	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de deuda valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos no designados]	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	-
TOTAL PATRIMONIO NETO	23.479	20.985
TOTAL PATRIMONIO NETO Y PASIVO	221.004	240.896
PRO MEMORIA: EXPOSICIONES FUERA DE BALANCE	2021	2020
Compromisos de préstamo concedidos (nota 15)	1.374	1.838
Garantías financieras concedidas	-	-
Otros compromisos concedidos	-	-

69
Naces
BM

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Cuenta de Pérdidas y Ganancias a 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

CUENTA DE PERDIDAS Y GANANCIAS	2021	2020
Ingresos por intereses (nota 17)	6.868	7.247
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Activos financieros a coste amortizado	6.868	7.247
Restante ingresos por intereses	-	-
(Gastos por intereses) (nota 17)	(2.467)	(2.627)
(Gastos por capital social reembolsable a la vista)	-	-
A) MARGEN DE INTERESES	4.401	4.620
Ingresos por dividendos	-	-
Ingresos por comisiones (nota 18)	826	890
(Gastos por comisiones) (nota 19)	(8)	(6)
Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos y pasivos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados, netas	-	-
Activos financieros a coste amortizado	-	-
Restantes activos y pasivos financieros	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas	-	-
Reclasificación de activos financieros desde valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Reclasificación de activos financieros desde coste amortizado	-	-
Otras ganancias o (-) pérdidas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados, netas	-	-
Reclasificación de activos financieros obligatoriamente	-	-
Reclasificación de activos financieros desde coste amortizados	-	-
Otras ganancias o (-) pérdidas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por activos y pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados, netas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas resultantes de la contabilidad de coberturas, netas	-	-
Diferencias de cambio [ganancia o (-) pérdida], netas (nota 20)	(51)	(3)
Otros ingresos de explotación (nota 21)	1.671	1.470
(Otros gastos de explotación)	-	-
<i>De los cuales: dotaciones obligatorias a fondos de la obra social (solo cajas de ahorros y cooperativas de crédito)</i>	-	-
B) MARGEN BRUTO	6.839	6.971
(Gastos de administración)	(4.052)	(3.746)
(Gastos de personal) (nota 22)	(2.463)	(2.334)
(Otros gastos de administración) (nota 23)	(1.589)	(1.412)
(Amortización) (notas 8 y 9)	(3)	(23)
(Provisiones o (-) reversión de provisiones) (nota 13)	-	35
(Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados y pérdidas o (-) ganancias netas por modificación)	364	(4.085)
(Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global)	-	-
(Activos financieros a coste amortizado) (nota 6)	364	(4.085)
(Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de inversiones en dependientes, negocios conjuntos o asociadas)	-	-
(Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos no financieros)	(415)	(343)
(Activos tangibles) (nota 8)	(415)	(343)
(Activos intangibles)	-	-
(Otros)	-	-
Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas (nota 8)	5	(106)

La memoria adjunta forma parte integrante de las Cuentas Anuales del ejercicio 2021

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Cuenta de Pérdidas y Ganancias a 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

to
Notes
pm

Fondo de comercio negativo reconocido en resultados	-	-
Ganancias o (-) pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas	-	-
C) GANANCIAS O (-) PÉRDIDAS ANTES DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS (nota 29)	2.738	(1.297)
(Gastos o (-) ingresos por impuestos sobre los resultados de las actividades continuadas)	244	16
D) GANANCIAS O (-) PÉRDIDAS DESPUÉS DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS	2.494	(1.313)
Ganancias o (-) pérdidas después de impuestos procedentes de actividades interrumpidas	-	-
E) RESULTADO DEL EJERCICIO	2.494	(1.313)

H
Nuevos
hm

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
**Estado De Ingresos y Gastos Reconocidos para los ejercicios anuales terminados en 31 de
Diciembre de 2021 y 2020**
(Expresados en miles de euros)

ESTADO DE INGRESOS Y GASTOS RECONOCIDOS	2021	2020
RESULTADO DEL EJERCICIO	2.494	(1.313)
OTRO RESULTADO GLOBAL	-	-
Elementos que no se reclasificarán en resultados	-	-
Ganancias o (-) pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos mantenidos para la venta	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Ganancias o (-) pérdidas resultantes de la contabilidad de coberturas de instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global, netas	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global (elemento cubierto)	-	-
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global (instrumento de cobertura)	-	-
Cambios del valor razonable de los pasivos financieros a valor razonable con cambios en resultados atribuibles a cambios en el riesgo de crédito	-	-
Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que no se reclasificarán	-	-
Elementos que pueden reclasificarse en resultados	-	-
Cobertura de inversiones netas en negocios en el extranjero [parte eficaz]	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Conversión de divisas	-	-
Ganancias o (-) pérdidas por cambio de divisas contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Coberturas de flujos de efectivo [parte eficaz]	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Transferido al importe en libros inicial de los elementos cubiertos	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Instrumentos de cobertura [elementos no designados]	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Instrumentos de deuda a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos mantenidos para la venta	-	-
Ganancias o (-) pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	-	-
Transferido a resultados	-	-
Otras reclasificaciones	-	-
Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que pueden reclasificarse en ganancias o (-) pérdidas	-	-
Resultado global total del ejercicio	2.494	(1.313)

Rm

H
Naves

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
**Estado De Ingresos y Gastos Reconocidos para los ejercicios anuales terminados en 31 de
Diciembre de 2021 y 2020**
(Expresados en miles de euros)

ESTADO DE INGRESOS Y GASTOS RECONOCIDOS 2021

	Capital	Otras Reservas	Resultado del ejercicio	Total Fondos Propios	Ajustes por Valoración	Total Patrimonio Neto
1. Saldo de apertura (31/12/2020)	13.000	9.298	(1.313)	20.985	-	20.985
2. Ajuste por cambios de criterio 2020 y anteriores	-	-	-	-	-	-
3. Total ingresos y gastos reconocidos	-	-	2.494	2.494	-	2.494
4. Otras variaciones del patrimonio neto.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reducciones de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Traspasos entre partidas de patrimonio neto	-	(1.313)	1.313	-	-	-
5. Saldo de cierre (31/12/2021)	<u>13.000</u>	<u>7.985</u>	<u>2.494</u>	<u>23.479</u>	<u>-</u>	<u>23.479</u>

ESTADO DE INGRESOS Y GASTOS RECONOCIDOS 2020

	Capital	Otras Reservas	Resultado del ejercicio	Total Fondos Propios	Ajustes por Valoración	Total Patrimonio Neto
1. Saldo de apertura (31/12/2019)	13.000	7.650	1.028	21.678	-	21.678
2. Ajuste por cambios de criterio 2019 y anteriores	-	620	-	620	-	620
3. Total ingresos y gastos reconocidos	-	-	(1.313)	(1.313)	-	(1.313)
4. Otras variaciones del patrimonio neto.						
4.1 Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
4.2 Reducciones de capital	-	-	-	-	-	-
4.9. Traspasos entre partidas de patrimonio neto	-	1.028	(1.028)	-	-	-
5. Saldo de cierre (31/12/2020)	<u>13.000</u>	<u>9.298</u>	<u>(1.313)</u>	<u>20.985</u>	<u>-</u>	<u>20.985</u>

Rm

73
Nkco

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Estados de Flujos de Efectivo para los ejercicios anuales terminados en 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

ESTADO DE FLUJOS DE EFECTIVO	2021	2020
A) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE EXPLOTACIÓN	(202)	674
Resultado del ejercicio	2.494	(1.313)
Ajustes para obtener los flujos de efectivo de las actividades de explotación	(709)	4.097
Amortización (notas 8 y 9)	3	23
Otros ajustes	(712)	4.074
Aumento/disminución neto de los activos de explotación	(20.399)	(12.004)
Activos financieros mantenidos para negociar	-	-
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-
Activos financieros a coste amortizado	(18.818)	(13.727)
Otros activos de explotación	(1.581)	1.723
Aumento/disminución neto de los pasivos de explotación	(22.386)	(14.114)
Pasivos financieros mantenidos para negociar	-	-
Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado	(22.386)	(14.114)
Otros pasivos de explotación	-	-
Cobros/Pagos por impuesto sobre las ganancias	-	-
B) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE INVERSIÓN	48	(196)
Pagos	-	(196)
Activos tangibles	-	-
Activos intangibles	-	-
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas	-	-
Otras unidades de negocio	-	-
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	-	(196)
Otros pagos relacionados con actividades de inversión	-	-
Cobros	48	-
Activos tangibles	-	-
Activos intangibles	-	-
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas	-	-
Otras unidades de negocio	-	-
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	48	-
Otros cobros relacionados con actividades de inversión	-	-
C) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE FINANCIACIÓN	-	-
Pagos	-	-
Dividendos	-	-
Pasivos subordinados	-	-
Amortización de instrumentos de patrimonio propio	-	-
Adquisición de instrumentos de patrimonio propio	-	-
Otros pagos relacionados con actividades de financiación	-	-
Cobros	-	-
Pasivos subordinados	-	-
Emisión de instrumentos de patrimonio propio	-	-

hm

14
Alvarez

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Estados de Flujos de Efectivo para los ejercicios anuales terminados en 31 de Diciembre de 2021 y 2020
(Expresados en miles de euros)

Enajenación de instrumentos de patrimonio propio	-	-
Otros cobros relacionados con actividades de financiación	-	-
D) EFECTO DE LAS VARIACIONES DE LOS TIPOS DE CAMBIO	-	-
E) AUMENTO (DISMINUCIÓN) NETO DEL EFECTIVO Y EQUIVALENTES (A+B+C+D)	(154)	478
F) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL INICIO DEL PERIODO	634	155
G) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL FINAL DEL PERIODO	480	633

COMPONENTES DEL EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL FINAL DEL PERIODO	2021	2020
Efectivo	1	-
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	-	-
Otros activos financieros	479	633
Menos: descubiertos bancarios reintegrables a la vista	-	-

75
11/12/20
RM

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

(1) Naturaleza y actividades

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A. (Sociedad Unipersonal) (en adelante la Sociedad) fue constituida mediante escritura pública otorgada en Barcelona el 28 de septiembre de 2006, bajo la denominación social de Deutsche Leasing España, E.F.C., S.A.U. Con fecha 9 de diciembre de 2011, la Sociedad cambió su denominación por la actual.

La Sociedad tiene el carácter de establecimiento financiero de crédito tal y se regula por lo dispuesto en la normativa vigente en materia de Establecimientos Financieros de Crédito, contenida en particular, en el Real Decreto-ley 692/1996, de 26 de abril, sobre el Régimen Jurídico de los Establecimientos Financieros de Crédito. Tras la entrada en vigor de la Ley 5/2015, de 27 de abril de fomento de la financiación empresarial, los establecimientos financieros de crédito pierden su condición de entidades de crédito, pero mantienen intacta su inclusión dentro del perímetro de supervisión y estricta regulación financieras. El artículo 7 de la Ley 5/2015 detalla además que los establecimientos financieros de crédito se registrarán por lo dispuesto en el título II de dicha Ley y en su normativa de desarrollo y, para todo lo no previsto en la citada normativa, su régimen jurídico será el previsto para las entidades de crédito. Ante el cambio en la normativa para los Establecimientos Financieros de Crédito, la sociedad actualmente está supervisada bajo la circular 4/2019 del Banco de España.

Su actividad principal sigue siendo la concesión de créditos y el arrendamiento financiero, con inclusión de las siguientes actividades complementarias:

- (a) Servicios relacionados con el mantenimiento de bienes objeto de transmisión.
- (b) Concesión de financiación en relación con operaciones de Leasing presentes o futuras.
- (c) Mediación y realización de operaciones de Leasing.
- (d) Otras operaciones de Leasing con o sin opción de compra.
- (e) Asesoramiento.

La Sociedad figura inscrita con el número 8826 en el Registro Especial de Entidades de Crédito del Banco de España, estando sujeta a la normativa y regulaciones de las entidades de financieras de crédito operantes en España, según se determina en la Ley 5/2015 de 27 de abril. En especial se aplicará a los establecimientos financieros de crédito la regulación sobre participaciones significativas, idoneidad e incompatibilidades de altos cargos, gobierno corporativo y solvencia contenida en la Ley 10/2014, de 26 de junio, de ordenación, supervisión y solvencia de entidades de crédito, y su normativa de desarrollo, así como la normativa de transparencia, mercado hipotecario, régimen concursal y prevención del blanqueo de capitales y la financiación del terrorismo prevista para las entidades de crédito.

En todo caso, resultará de aplicación a los establecimientos financieros de crédito lo dispuesto en la disposición adicional tercera de la Ley 3/2009, de 3 de abril, sobre modificaciones estructurales de las sociedades mercantiles, sobre el régimen aplicable a las operaciones de cesión global o parcial de activos y pasivos entre entidades de crédito.

Bm
H6
NIPCO

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

La Sociedad, a través de su accionista único Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG, se integra en el grupo alemán Deutsche Leasing. En consecuencia, la Sociedad tiene carácter de unipersonalidad. Además del capital social desembolsado, existen préstamos, uno de ellos subordinado, con la casa matriz, un contrato de cashpooling y diversos préstamos con Deutsche Leasing Funding B.V. y depósitos contratados con Deutsche Leasing Finance GmbH (véase notas 12 y 25).

El 28 de agosto de 2012 la Sociedad creó una sucursal en Lisboa (Portugal), denominada Deutsche Leasing Iberica, E.F.C., S.A.U. Sucursal em Portugal. La sucursal tiene como domicilio social Av. da Republica, 6, 6º Dtº de Lisboa (Portugal) y su Número de Identificación Fiscal en Portugal (NIPC) es 980477271. En las presentes notas de la memoria los datos para la Sociedad y para su sucursal se presentan de forma conjunta.

(2) Crterios Aplicados

a) Bases de Presentación de las Cuentas Anuales

Las cuentas anuales de la Sociedad han sido formuladas por los Administradores de forma que muestran la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera al 31 de diciembre de 2021 y de los resultados de sus operaciones, de los cambios en el patrimonio neto, de los cambios en los ingresos y gastos reconocidos y de los flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha.

De acuerdo con el título II, sobre el régimen jurídico de los establecimientos financieros de crédito, de la Ley 5/2015, de 27 de abril, de fomento de la financiación empresarial, el Banco de España emitió la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros, la cual constituye el régimen contable de los establecimientos financieros de crédito, determina los documentos que estos establecimientos y sus grupos tienen que publicar, así como las normas de reconocimiento, valoración, presentación, información para incluir en la Memoria y desglose que se deben aplicar en su elaboración, incluyendo los modelos de estados financieros públicos y reservados. Esta Circular toma como referencia la normativa contable de las entidades de crédito, bien fijando unos criterios análogos a los de estas, bien remitiendo directamente a las normas de la Circular 4/2017, de 27 de noviembre, a entidades de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros. Las diferencias en la naturaleza, escala y complejidad de las actividades de los establecimientos respecto a las entidades de crédito se traducen en un régimen simplificado de requerimientos de estados financieros, conformado por un subconjunto de los estados financieros públicos y reservados de las entidades de crédito, con, en algunos casos, una menor frecuencia de envío o un mayor plazo máximo de remisión. La mencionada Circular 4/2019, de 26 de noviembre, entró en vigor el 1 de enero de 2020. Los Administradores estiman que las cuentas anuales de 2021 serán aprobadas por el Accionista Único sin variaciones significativas. Como requiere la legislación mercantil, los Administradores de la Sociedad presentan, a efectos comparativos, con cada una de las partidas del balance, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de cambios en el patrimonio neto, del estado de flujos de efectivo y de la memoria, además de las cifras del ejercicio 2021, las correspondientes al ejercicio anterior que formaban parte de las cuentas anuales del ejercicio 2020 aprobadas por el Accionista Único.

H
M
Maceo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

Los balances, las cuentas de pérdidas y ganancias, los estados de cambios en el patrimonio neto y los estados de flujos de efectivo que se presentan en estas cuentas anuales han sido preparados siguiendo los modelos establecidos en la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, del Banco de España, la cual, a estos efectos se remite a la Circular 4/2017, de 27 de noviembre, del Banco de España, y modificaciones posteriores.

De acuerdo con los requerimientos en vigor mencionados, los administradores de la Sociedad aplicaron por primera vez la mencionada Circular 4/2019, de 26 de noviembre, del Banco de España en la formulación de las cuentas anuales de la Sociedad del ejercicio anual terminado el 31 de diciembre de 2020, aplicando las disposiciones transitorias contenidas en la misma y no afectando a las cifras comparativas del ejercicio anterior. A este respecto cabe destacar que la metodología y requisitos utilizados para la determinación de las correcciones por deterioro en el ejercicio 2020 diferían de las utilizadas en el ejercicio anterior debido a que en el ejercicio 2020 se aplicaron por primera vez los requisitos establecidos en el Anejo IX de la Circular 4/2017 del Banco de España. De acuerdo con las disposiciones transitorias aplicables, el impacto al 1 de enero de 2020 derivado del cambio de criterios contables relacionados con la aplicación por primera vez de la mencionada Circular 4/2019, el cual se detalla en el estado de cambios en el patrimonio neto, ascendió a 620 miles de euros. Este impacto resultó de aplicar al 1 de enero de 2020 la nueva metodología y requisitos utilizados para la determinación de las correcciones por deterioro establecidos en el Anejo IX de la Circular 4/2017 del Banco de España y expuestos resumidamente en las notas 4 (g) y 6.

b) Principios contables y normas de valoración

Para la elaboración de las cuentas anuales se han seguido los principios contables y normas de valoración generalmente aceptados descritos en la nota 4 “Principios Contables y Normas de Valoración Aplicados”, los cuales se basan en las disposiciones establecidas por la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, del Banco de España a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros. No existe ningún principio contable obligatorio que, siendo significativo su efecto en la elaboración de las cuentas anuales, se haya dejado de aplicar.

c) Coeficientes mínimos

Coeficiente de Recursos propios mínimos

La Ley 13/1992, de 1 de junio, y la Circular 3/2008 del Banco de España y sus sucesivas modificaciones regulan los recursos propios mínimos que han de mantener las entidades de crédito españolas – tanto a título individual como de grupo consolidado – y la forma en la que han de determinarse tales recursos propios.

A 31 de diciembre de 2021 y 2020, los recursos propios computables ascienden a 25.385 y 25.385 miles de euros, respectivamente, siendo el superávit respecto a lo requerido por la citada normativa para los ejercicios 2021 y 2020 de 10.909 y 10.705 miles de euros respectivamente, según Pilar 1. A fecha de formulación de las presentes cuentas anuales, para el cálculo de los recursos propios no se ha tenido en cuenta el resultado positivo obtenido en el ejercicio 2021 por importe de 2.494 miles de euros, dado que el mismo está pendiente de aprobación y la normativa actual impide la inclusión en el cálculo de dicho importe hasta que el resultado sea aprobado en junta de socios.

1x
18/12/2021

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

d) Principio de empresa en funcionamiento

La Sociedad cuenta con el apoyo de su grupo y de su matriz, y espera continuar la senda de resultados positivos en los próximos años. Por ello, y en base a los argumentos descritos, se formulan las presentes Cuentas Anuales bajo el principio de empresa en funcionamiento.

(3) Distribución de Resultados

La propuesta de distribución de las pérdidas de la Sociedad del ejercicio 2021, formulada por los Administradores y pendiente de aprobación por el Accionista Único, es tal y como se indica en el siguiente cuadro:

	<u>Miles Euros</u>
<u>Base de reparto</u>	
Beneficios del ejercicio 2021	<u>2.494</u>
	<u><u>2.494</u></u>
<u>Aplicación</u>	
Reserva Legal	249
Reserva Voluntaria	932
Compensación de Rtdos. Neg. de Ejer. Anteriores	1.313
	<u>2.494</u>

La distribución de los resultados de la Sociedad del ejercicio 2020, aprobada por el Accionista Único el 18 de mayo de 2021, está reflejada en el Estado de Cambios en el Patrimonio Neto y fue la siguiente:

	<u>Miles Euros</u>
<u>Base de reparto</u>	
Pérdidas del ejercicio 2020	<u>(1.313)</u>
	<u><u>(1.313)</u></u>
<u>Aplicación</u>	
Resultados Negativos de Ejercicios Anteriores	<u>(1.313)</u>
	<u><u>(1.313)</u></u>

Bm
+4
Micos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

(4) Principios Contables y Normas de Valoración Aplicados

Estas cuentas anuales han sido formuladas siguiendo los principios contables y normas de valoración establecidos por la Circular 4/2019, de 26 de noviembre, del Banco de España a establecimientos financieros de crédito, sobre normas de información financiera pública y reservada, y modelos de estados financieros posteriores modificaciones. Un resumen de los más significativos se presenta a continuación:

(a) Principio de empresa en funcionamiento

En la elaboración de las cuentas anuales se ha considerado que la gestión de la Sociedad continuará en el futuro previsible. Por tanto, la aplicación de las normas contables no está encaminada a determinar el valor del Patrimonio Neto a efectos de su transmisión global o parcial ni el importe resultante en caso de su liquidación.

(b) Principio de devengo

Las presentes cuentas anuales, salvo en lo relativo a los Estados de flujos de efectivo, se han elaborado en función de la corriente real de bienes y servicios, con independencia de la fecha de su pago o de su cobro, a excepción de los intereses relativos a préstamos y partidas a cobrar y otros riesgos sin inversión con prestatarios considerados como deteriorados que se abonan a resultados en el momento de su cobro.

La periodificación de intereses en operaciones tanto activas como pasivas, con plazos de liquidación superiores a 12 meses, se calculan por el método financiero. En las operaciones a menor plazo se periodifica indistintamente por el método financiero o tipo de interés efectivo.

Siguiendo la práctica general financiera, las transacciones se registran en la fecha en que se producen, que puede diferir de su correspondiente fecha valor, en base a la cual se calculan los ingresos y gastos financieros.

(c) Transacciones y saldos en moneda extranjera

i. Moneda funcional

La moneda funcional de la Sociedad es el euro. Consecuentemente, todos los saldos y transacciones denominados en monedas diferentes al euro se consideran denominados en "moneda extranjera".

ii. Criterios de conversión de los saldos en moneda extranjera

Los saldos y transacciones en moneda extranjera se han convertido a euros utilizando las siguientes reglas de conversión:

- a. Las partidas monetarias en moneda extranjera se convierten a la moneda funcional utilizando el tipo de cambio al cierre del ejercicio.
- b. Las partidas no monetarias valoradas a su coste histórico se convierten a la moneda funcional al tipo de cambio de la fecha de su adquisición.
- c. Las partidas no monetarias valoradas a su valor razonable se convierten al tipo de cambio

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

km
se
Nº 2021

de la fecha en que se determinó tal valor razonable.

- d. Los ingresos y gastos se convierten aplicando el tipo de cambio de la fecha de la operación, pudiendo utilizarse un tipo de cambio medio del período para todas las operaciones realizadas en el mismo.
- e. Las operaciones de compraventa a plazo de divisas contra divisas y de divisas contra euros que no cubren posiciones patrimoniales se convierten a los tipos de cambio establecidos en la fecha de cierre del ejercicio por el mercado de divisas a plazo para el correspondiente vencimiento.
- f. Compra venta a plazo de divisa: Dichas operaciones se convierten a los tipos de cambio de cierre del ejercicio de acuerdo al mercado de divisas a plazo, teniendo en cuenta el plazo de vencimiento.

iii. Registro de las diferencias de cambio

Las diferencias de cambio se han registrado en la cuenta de pérdidas y ganancias con la excepción de aquellas diferencias surgidas en partidas no monetarias valoradas por su valor razonable cuyo ajuste a dicho valor razonable se imputa en patrimonio neto.

(d) Estados de flujos de efectivo

La Sociedad ha utilizado el método indirecto para la confección de los estados de flujos de efectivo, los cuales tienen las siguientes expresiones que incorporan los siguientes criterios de clasificación:

- a. Flujos de efectivo: entradas y salidas de dinero en efectivo y de sus equivalentes; entendiéndose por éstos equivalentes las inversiones a corto plazo de gran liquidez y bajo riesgo de alteraciones en su valor. Por efectivo y equivalentes entendemos los saldos incluidos en los epígrafes "Efectivo, saldos en efectivo en saldos en Bancos Centrales y otros depósitos a la vista" de los balances adjuntos, así como otros saldos gestionados como efectivo (Nota 5).
- b. Actividades de explotación: actividades típicas de las entidades de crédito, así como otras actividades que no pueden ser calificadas como de inversión o de financiación.
- c. Actividades de inversión: las de adquisición, enajenación o disposición por otros medios de activos a largo plazo y otras inversiones no incluidas en el efectivo y sus equivalentes.
- d. Actividades de financiación: actividades que producen cambios en el tamaño y composición del patrimonio neto y de los pasivos que no forman parte de las actividades de explotación.

(e) Reconocimiento, valoración y clasificación de instrumentos financieros

Los activos y pasivos financieros son reconocidos cuando la Sociedad se convierte en parte de los acuerdos contractuales de conformidad con las disposiciones de dichos acuerdos.

87
Miles

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

i. Activos financieros

Los activos financieros se registran inicialmente, en general, por su valor razonable. Salvo evidencia en contrario, el valor razonable de un instrumento financiero en el reconocimiento inicial será el precio de la transacción. En el caso de los instrumentos sin mercado activo, se utilizará el precio de la transacción en el reconocimiento inicial, a menos que se pueda evidenciar, por las condiciones específicas del instrumento de la transacción, que es otro valor el que representa el valor razonable.

Se entiende por valor razonable precio que sería pagado por vender un activo financiero o pagado por transferir un pasivo financiero en una transacción ordenada entre participantes del mercado en la fecha de valoración. La mejor evidencia del valor razonable es el precio de cotización en un mercado activo que corresponde a un mercado activo, transparente y profundo.

Cuando no existe precio de mercado para un determinado activo financiero, se recurre para estimar su valor razonable a técnicas de valoración que deberán cumplir con las siguientes características:

- a. Serán las más consistentes y adecuadas técnicas e incorporarán los datos de mercados observables tales como: transacciones recientes de otros instrumentos que son sustancialmente iguales; descuento de los flujos de efectivo y modelos de mercado para valorar opciones.
- b. Serán técnicas que proporcionen la estimación más realista sobre el precio del instrumento, y preferentemente, serán aquellas que, habitualmente, utilizan los participantes en el mercado al valorar el instrumento.
- c. Maximizarán el uso de datos observables de mercado limitándose el uso de datos no observables tanto como sea posible. La metodología de valoración se respetará a lo largo del tiempo en tanto no se hayan alterado los supuestos que motivaron su elección. En cualquier caso, se deberá evaluar periódicamente la técnica de valoración y examinar su validez utilizando precios observables de transacciones recientes y de datos corrientes de mercado.
- d. Además, se considerarán, entre otros, factores tales como, el valor temporal de dinero; el riesgo de crédito, el tipo de cambio, los precios de instrumentos de patrimonio, la volatilidad, la liquidez, el riesgo de cancelación anticipada y los costes de administración.

En el caso de que el activo financiero no se contabilice al valor razonable con cambios en resultados, el importe del valor razonable se ajustará añadiendo o deduciendo los costes de transacción que sean directamente atribuibles a la adquisición o emisión del mismo. En el caso de los instrumentos financieros a valor razonable con cambios en resultados, los costes de transacción directamente atribuibles se reconocerán inmediatamente en la cuenta de pérdidas y ganancias.

La Sociedad clasificará los activos financieros, a efectos de su valoración, en alguna de las siguientes carteras:

- a) Activos financieros a coste amortizado.

hm
Naves

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

- b) Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global.
- c) Activos financieros obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados:
 - Activos financieros mantenidos para negociar.
 - Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados.
- d) Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados.
- e) Derivados-contabilidad de coberturas.
- f) Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas.

Esta decisión se tomará sobre la base de los elementos siguientes:

El modelo de negocio indicado por la Sociedad para gestionar los activos financieros, y las características de los flujos de efectivo contractuales del activo financiero.

1.- Modelo de negocio:

Por modelo de negocio se entiende la forma en que la Sociedad gestiona sus activos financieros para generar flujos de efectivo. La determinación del mismo toma en cuenta los principios y estructuras aplicadas por la Alta Dirección y cómo se reflejan en la gestión diaria de las carteras individuales. Se debe hacer una evaluación a nivel de cartera y no a nivel individual, así como considerar cómo la Dirección gestiona las carteras (cobro de flujos, venta de activos o ambos).

2.- Características de los flujos de efectivo contractuales:

El análisis sobre los flujos de efectivo recibidos busca concretar si los flujos de efectivo a recibir con el activo financiero analizado cumplen con el criterio de "principal más intereses sobre el principal", siendo el "principal" el valor razonable del activo financiero en el momento del reconocimiento inicial, y el "interés", la contraprestación por el valor temporal del dinero, por el riesgo crediticio asociado con el importe principal pendiente durante un periodo de tiempo concreto y por otros costes de financiación y estructura, así como por un margen de ganancia.

Un activo financiero deberá clasificarse, a los efectos de su valoración, en la cartera de activos financieros a coste amortizado si se cumplen las dos condiciones siguientes:

- a) El activo financiero se conserva dentro de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener los flujos de efectivo contractuales y,
- b) las condiciones contractuales del activo financiero dan lugar, en fechas especificadas, a flujos de efectivo que son únicamente pagos de principal e intereses sobre el importe del principal pendiente.

El coste amortizado se determina como el importe por el cual se valora el activo financiero en el reconocimiento inicial, menos los reembolsos del principal, más o menos la amortización acumulada de toda diferencia existente entre ese importe inicial y el importe al vencimiento,

Bm
s
Mre

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

utilizando el método del tipo de interés efectivo y, en el caso de los activos financieros, ajustado por cualquier corrección de valor por pérdidas por deterioro. El método del tipo de interés efectivo se utiliza tanto para calcular el coste amortizado de un activo financiero como para imputar y reconocer los ingresos o gastos por intereses en el resultado del período.

El tipo de interés efectivo es el tipo de actualización que iguala exactamente el importe en libros bruto de un activo financiero con los flujos de efectivo estimados a lo largo de la vida esperada del instrumento, a partir de sus condiciones contractuales, pero sin considerar pérdidas crediticias esperadas. En su cálculo se incluirán todas las comisiones, los costes de transacción y demás primas o descuentos obtenidos que formen parte integral del rendimiento o coste efectivo del instrumento.

Un activo financiero se clasificará en la cartera de activos financieros a valor razonable concambios en otro resultado global si se cumplen las dos condiciones siguientes:

- a) El activo financiero se mantiene dentro de un modelo de negocio cuyo objetivo se logra tanto obteniendo flujos de efectivo contractuales como a través de las ventas y,
- b) las condiciones contractuales del activo financiero dan lugar, en fechas especificadas, a flujos de efectivo que son únicamente pagos del principal e intereses sobre el importe del principal pendiente.

Un activo financiero se clasificará en la cartera de activos financieros a valor razonable con cambios en resultados siempre que por el modelo de negocio escogido para su gestión o por las características de sus flujos de efectivo contractuales no sea procedente valorarlo ni a coste amortizado ni a valor razonable con cambios en otro resultado global.

Además, dentro de la cartera de activos financieros a valor razonable con cambios en resultados, se incluirán necesariamente en la cartera de negociación todos aquellos para los que se cumpla alguna de las siguientes características:

- a) Se originen o adquieran con el objetivo de realizarlos a corto plazo.
- b) Sean parte de un grupo de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente para el que haya evidencia de actuaciones recientes para obtener ganancias a corto plazo.
- c) Sean instrumentos derivados que no cumplan la definición de contrato de garantía financiera ni hayan sido designados como instrumentos de cobertura contable.

Sin embargo, la Sociedad puede realizar una elección irrevocable en el momento del reconocimiento inicial de incluir en la cartera de activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global inversiones concretas en instrumentos de patrimonio que, en otro caso, se medirían a valor razonable con cambios en resultados.

Igualmente, la Sociedad podría, en el momento del reconocimiento inicial, designar un activo financiero de forma irrevocable como medido al valor razonable con cambios en resultados si haciéndolo elimina o reduce significativamente una incongruencia de medición o reconocimiento (también denominada "asimetría contable") que surgiría en otro caso de la medición de los activos o pasivos o del reconocimiento de las ganancias y pérdidas de los

84
Núcleos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

mismos sobre bases diferentes.

Tal y como se ha indicado antes, tras su reconocimiento inicial, la Sociedad valorará los activos financieros a coste amortizado, a valor razonable con cambios en otro resultado global, a valor razonable con cambios en resultados, o a coste, en función de su clasificación.

Las inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas se valorarán por su coste menos, en su caso, el importe acumulado de las correcciones de valor por deterioro estimadas.

ii. Pasivos financieros

Los pasivos financieros se incluirán a efectos de su valoración en alguna de las siguientes carteras:

- a) Pasivos financieros mantenidos para negociar.
- b) Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados.
- c) Pasivos financieros a coste amortizado.
- d) Derivados-contabilidad de coberturas, que incluye los derivados financieros adquiridos o emitidos por la Entidad que cualifican para poder ser considerados de cobertura contable.

Los pasivos financieros a coste amortizado se valoran de la misma manera que los activos financieros a coste amortizado. La Sociedad clasificará, por defecto, los pasivos financieros en la cartera de pasivos financieros a coste amortizado, a no ser que se dé alguna las circunstancias para clasificarlos en otra cartera tal y como se describe a continuación:

La cartera de pasivos financieros mantenidos para negociar incluirá obligatoriamente todos los pasivos financieros que cumplan alguna de las siguientes características:

- a) Se han emitido con la intención de readquirirlos en un futuro próximo.
- b) Son posiciones cortas de valores.
- c) Forman parte de una cartera de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente, para la que existen evidencias de actuaciones recientes para obtener ganancias a corto plazo.
- d) Son instrumentos derivados que no cumplen la definición de contrato de garantía financiera, ni han sido designados como instrumentos de cobertura.

El hecho de que un pasivo financiero se utilice para financiar actividades de negociación no conlleva por sí mismo su inclusión en esta categoría.

En la cartera de pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados se incluirán los pasivos financieros que cumplan alguna de las siguientes características:

- a) Han sido designados de forma irrevocable en su reconocimiento inicial por la entidad.

Dicha designación sólo se podrá realizar si:

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

hm
SS
Mues

- Se trata de un instrumento financiero híbrido y se cumplen una serie de circunstancias.
- Al hacerlo, se elimina o reduce significativamente alguna incoherencia (asimetría contable) en la valoración o en el reconocimiento que surgiría, de otro modo, de la valoración de los activos o pasivos, o del reconocimiento de sus ganancias o pérdidas, sobre bases diferentes, o, se obtiene una información más relevante por tratarse de un grupo de pasivos financieros, o de activos y pasivos financieros, que se gestiona y su rendimiento se evalúa sobre la base de su valor razonable de acuerdo con una estrategia de gestión del riesgo o de inversión documentada, y se facilita información de dicho grupo también sobre la base del valor razonable al personal clave de la dirección.

b) Han sido designados en su reconocimiento inicial o con posterioridad por la entidad como partida cubierta para la gestión del riesgo de crédito mediante el uso de un derivado de crédito valorado a valor razonable con cambios en resultados.

Tras su reconocimiento inicial, la entidad valorará un pasivo financiero a coste amortizado o a valor razonable con cambios en resultados.

iii. Instrumentos de Patrimonio

Un instrumento financiero será un instrumento de patrimonio si, y solo si, se cumplen las dos condiciones descritas a continuación:

(a) El instrumento no incorpora una obligación contractual:

(i) de entregar efectivo u otro activo financiero a otra entidad; o

(ii) de intercambiar activos financieros o pasivos financieros con otra entidad, en condiciones que sean potencialmente desfavorables para la entidad emisora.

(b) Si el instrumento va a ser o puede ser liquidado mediante instrumentos de patrimonio propio del emisor, es:

(i) un instrumento no derivado que no comprende ninguna obligación contractual para el emisor de entregar un número variable de instrumentos de patrimonio propio; o

(ii) un instrumento derivado que se liquidará exclusivamente mediante el intercambio, por parte del emisor, de una cantidad fija de efectivo u otro activo financiero, por un número fijo de sus instrumentos de patrimonio propio.

Una obligación contractual, incluyendo aquella que surja de un instrumento financiero derivado, que dará o pueda dar lugar a la recepción o entrega futura de los instrumentos de patrimonio propio del emisor, no tendrá la consideración de un instrumento de patrimonio si no cumple las condiciones (a) y (b) anteriores.

(f) Reconocimiento de ingresos y gastos

Los ingresos y gastos por intereses y conceptos asimilables a ellos se registran contablemente, en general, en función de su período de devengo y por aplicación del método del tipo de interés efectivo. En su cálculo se incluirán todas las comisiones, los costes de transacción y demás

km
86
Unico

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

primas o descuentos obtenidos que formen parte integral del rendimiento o coste efectivo del instrumento.

Los dividendos percibidos de otras entidades se reconocen como ingreso cuando se declare el derecho de la entidad a recibir el pago.

Las comisiones pagadas o cobradas por servicios financieros, con independencia de la denominación que reciban contractualmente, se clasifican en las siguientes categorías, que determinan su imputación en la cuenta de pérdidas y ganancias:

i. Comisiones crediticias, que son aquéllas que forman parte integral del rendimiento o coste efectivo de una operación financiera y se imputan a la cuenta de pérdidas y ganancias a lo largo de la vida esperada de la operación como un ajuste al coste o rendimiento efectivo de la misma. Entre ellas se incluyen las comisiones de apertura y las comisiones de estudio de los productos de activo, las comisiones de excedidos de créditos y las comisiones de descubierto de cuentas de pasivo.

ii Comisiones no crediticias, que son aquéllas derivadas de las prestaciones de servicios financieros distintos de las operaciones de financiación y pueden surgir en la ejecución de un servicio que se realiza durante un período de tiempo y en la prestación de un servicio que se ejecuta en un acto singular.

Los ingresos y gastos se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias individual, en general, de acuerdo a los siguientes criterios:

i. Los vinculados a activos y pasivos financieros valorados a valor razonable con cambios en pérdidas y ganancias se registran en el momento de su cobro.

ii. Los que corresponden a transacciones o servicios que se realizan durante un período de tiempo se registran durante el período de tales transacciones o servicios.

iii.. Los que corresponden a una transacción o servicio que se ejecuta en un acto singular se registran cuando se produce el acto que los origina.

Los ingresos y gastos no financieros se registran contablemente en función de principio del devengo. Los cobros y pagos diferidos en el tiempo, para plazos superiores a un año, se registran contablemente por el importe resultante de actualizar financieramente los flujos de efectivo previstos a tasas de mercado.

El reconocimiento de los gravámenes y obligaciones de impuestos se produce cuando tiene lugar el hecho que genera el pago.

(g) Deterioro del valor de los activos financieros

Instrumentos de deuda y exposiciones fuera de balance

Las pérdidas por deterioro del período en los instrumentos de deuda se reconocerán como un gasto en la cuenta de pérdidas y ganancias. Las pérdidas por deterioro en los instrumentos de deuda a coste amortizado se reconocerán contra una cuenta correctora que reduzca el importe en libros del activo, mientras que las de aquellos a valor razonable con cambios en otro resultado global se reconocerán contra "Otro resultado global acumulado".

hm
57
Mexico

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

Las reversiones posteriores de las coberturas por pérdidas por deterioro previamente reconocidas se registrarán inmediatamente como un ingreso en la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo.

Las pérdidas crediticias esperadas corresponden a la diferencia entre todos los flujos de efectivo contractuales que se deben a la entidad de acuerdo con el contrato del activo financiero y todos los flujos de efectivo que esta espera recibir, descontada al tipo de interés efectivo original o aproximación razonable a la misma o, para los activos financieros comprados u originados con deterioro crediticio, al tipo de interés efectivo ajustado por la calidad crediticia.

Los flujos de efectivo futuros estimados de un instrumento de deuda son todos los importes, principal e intereses, que la Sociedad estima que obtendrá durante la vida del instrumento. En dicha estimación se considera toda la información relevante que se encuentra disponible en la fecha de elaboración de las cuentas anuales, que proporcione datos actualizados y fiables sobre la posibilidad de cobro futuro de los flujos de efectivo contractuales.

Asimismo, en la estimación de los flujos de efectivo futuros de instrumentos que cuenten con garantías reales, se tienen en cuenta los flujos que se obtendrían de su realización, menos el importe de los costes necesarios para su obtención y posterior venta, con independencia de la probabilidad de la ejecución de la garantía.

Tanto en la estimación de las pérdidas crediticias esperadas como en la clasificación de las exposiciones crediticias, se toma en consideración la información prospectiva futura mediante el uso de escenarios alternativos y la ocurrencia de elementos idiosincráticos futuros. Las pérdidas crediticias esperadas son ponderadas por la probabilidad de ocurrencia de cada escenario o eventos idiosincráticos.

Las exposiciones crediticias se clasificarán, en función del riesgo de crédito, en alguna de las categorías recogidas a continuación:

1) Riesgo normal (Fase 1): comprende aquellas operaciones para las que su riesgo de crédito no ha aumentado significativamente desde su reconocimiento inicial. La cobertura por deterioro será igual a las pérdidas crediticias esperadas en doce meses. Los ingresos por intereses se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo al importe en libros bruto de la operación.

2) Riesgo normal en vigilancia especial (Fase 2): comprende aquellas operaciones para las que su riesgo de crédito ha aumentado significativamente desde su reconocimiento inicial, pero no presentan un evento de incumplimiento o deterioro. La cobertura por deterioro será igual a las pérdidas crediticias esperadas en la vida de la operación. Los ingresos por intereses se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo al importe en libros brutos de la operación.

3) Riesgo dudoso (Fase 3): comprende aquellas operaciones con deterioro crediticio, esto es que presentan un evento de incumplimiento o deterioro. La cobertura será igual a las pérdidas crediticias esperadas en la vida de la operación. Los ingresos por intereses se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo al coste amortizado (esto es, ajustado por cualquier corrección de valor por deterioro) del activo financiero.

4) Riesgo fallido: en esta categoría se incluirán las operaciones para las que no se tengan expectativas razonables de recuperación. La clasificación en esta categoría llevará aparejados

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

88
Nuevos
BM

el reconocimiento en resultados de pérdidas por el importe en libros de la operación y su baja total del activo.

En su reconocimiento inicial, las operaciones compradas u originadas con deterioro crediticio, como las compradas con un descuento importante que refleja pérdidas crediticias, se incluirán como parte de la categoría de riesgo dudoso. La pérdida crediticia esperada en la compra u originación de estos activos no formará parte de la cobertura ni del importe en libros bruto en el reconocimiento inicial. Con independencia de su clasificación posterior, cuando una operación se compra u origina con deterioro crediticio, la cobertura será igual al importe acumulado de los cambios en las pérdidas crediticias posteriores al reconocimiento inicial y los ingresos por intereses de estos activos se calcularán aplicando el tipo de interés efectivo ajustado por calidad crediticia al coste amortizado del activo financiero.

Por otro lado, la refinanciación o reestructuración de una operación no podrá en ningún caso suponer una reclasificación de la misma a Normal. Estas posiciones serán clasificadas como Vigilancia Especial o Dudosas. La reclasificación de estas posiciones de Dudosas a Vigilancia Especial y de Vigilancia Especial a Normal se producirá cuando se cumplan los períodos de cura correspondientes.

En el caso de que se considere remota la recuperación de cualquier importe por deterioro registrado, y cuando la antigüedad en morosidad supere los 4 años, éste se elimina del Balance, aunque la Sociedad pueda llevar a cabo las actuaciones necesarias para intentar conseguir su cobro hasta tanto no se hayan extinguido definitivamente sus derechos por prescripción, condonación u otras causas.

Las pérdidas crediticias esperadas se determinarán:

- a) Individualmente para todos los instrumentos de deuda que sean significativos.
- b) Individual o colectivamente para los grupos de instrumentos de deuda que no sean individualmente significativos.

Cuando se estime que no se dispone de información razonable y fundamentada para estimar las pérdidas crediticias esperadas durante toda la vida de un instrumento considerado individualmente, éste se incluirá en un grupo de activos financieros con similares características de riesgo de crédito, al objeto de valorar si colectivamente existe deterioro en el grupo.

Cuando un instrumento concreto no se pueda incluir en ningún grupo de activos con características de riesgo similares, se analizará exclusivamente de forma individual para determinar si está deteriorado y, en su caso, para estimar la pérdida por deterioro.

La estimación de las cuantías que se espera desembolsar de las exposiciones fuera de balance será el producto del valor nominal de la operación por un factor de conversión.

La evaluación colectiva de un grupo de activos financieros para estimar sus pérdidas por deterioro se realiza de la siguiente forma:

- Los instrumentos de deuda se incluyen en grupos que tengan características de riesgo de crédito similares, indicativas de la capacidad de los deudores para pagar todos los importes,

89
MCCO

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

principal e intereses, de acuerdo con las condiciones contractuales. Las características de riesgo de crédito que se consideran para agrupar a los activos son, entre otras, el tipo de instrumento, el sector de actividad del deudor, el área geográfica de la actividad, el tipo de garantía, la antigüedad de los importes vencidos y cualquier otro factor que sea relevante para la estimación de los flujos de efectivo futuros.

- Los flujos de efectivo futuros de cada grupo de instrumentos de deuda se estiman para instrumentos con características de riesgo de crédito similares a las del respectivo grupo, una vez realizados los ajustes necesarios para adaptar los datos históricos a las condiciones actuales del mercado.

- La pérdida por deterioro de cada grupo es la diferencia entre el valor en libros de todos los instrumentos de deuda del grupo y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados.

Para el cálculo del importe del deterioro por riesgo de crédito reconocido al cierre de cada ejercicio, la Sociedad utiliza una metodología basada en parámetros, que reflejan los distintos componentes que afectan a la pérdida esperada: la EAD ("exposure at default" o exposición en el incumplimiento) refleja el riesgo dispuesto en las operaciones en el momento en el que se incurre en el deterioro; la PD ("probability of default" o probabilidad de incumplimiento) refleja la probabilidad de que un acreditado no cumpla con sus obligaciones de pago en el horizonte temporal de un año; por último, la LGD ("loss given default" o severidad) recoge la parte del riesgo dispuesto deteriorado en un evento de este tipo. Dichos parámetros se calculan considerando su ajuste al momento económico en cada fecha de cierre.

Para las estimaciones colectivas, la Sociedad ha establecido la solución alternativa para las coberturas por riesgo de crédito, basándose en las tablas proporcionadas por el Banco de España, mientras que, para las estimaciones individuales, la Sociedad considera el importe neto a recuperar por la venta del bien, como el menor importe de flujos de efectivo que se espera cobrar.

(h) Transferencias y baja del balance de instrumentos financieros

Las transferencias de instrumentos financieros se contabilizan teniendo en cuenta la forma en que se produce el traspaso de los riesgos y beneficios asociados a los instrumentos financieros transferidos, sobre la base de los criterios siguientes:

i. Si los riesgos y beneficios se traspasan sustancialmente a terceros, como en las ventas incondicionales, las ventas con pacto de recompra por su valor razonable en la fecha de la recompra, las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida profundamente fuera de dinero, las titulizaciones de activos en las que el cedente no retiene financiaciones subordinadas ni concede ningún tipo de mejora crediticia a los nuevos titulares, etc., el instrumento financiero transferido se da de baja del balance, reconociéndose, simultáneamente, cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.

ii. Si se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con pacto de recompra por un precio fijo o por el precio de venta más un interés, los contratos de préstamo de valores en los que el prestatario tiene la obligación de devolver los mismos o similares activos, etc., el instrumento financiero transferido no se da de baja del balance y se

BM
90
Nicos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

continúa valorándolo con los mismos criterios utilizados antes de la transferencia. No obstante, se reconocen contablemente el pasivo financiero asociado por un importe igual al de la contraprestación recibida, que se valora posteriormente a su coste amortizado. Los ingresos del activo financiero transferido, pero no dado de baja y los gastos del nuevo pasivo financiero, se reconocerán directamente en la cuenta de pérdidas y ganancias.

iii. Si ni se transfieren ni se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida que no están profundamente dentro ni fuera de dinero, las titulaciones en las que el cedente asume una financiación subordinada u otro tipo de mejoras crediticias por una parte del activo transferido, etc., se distingue entre:

- Si la Sociedad no retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso se da de baja del balance y se reconoce cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.
- Si la Sociedad retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso continúa reconociéndolo en el balance por un importe igual a su exposición a los cambios de valor que pueda experimentar y se reconoce un pasivo financiero asociado al activo financiero transferido.

El importe neto del activo transferido y del pasivo asociado será el coste amortizado de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su coste amortizado, o el valor razonable de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su valor razonable.

Por tanto, los activos financieros sólo se dan de baja del balance cuando se han extinguido los flujos de efectivo que generan o cuando se han transferido sustancialmente a terceros los riesgos y beneficios que llevan implícitos. De manera similar, los pasivos financieros solo se dan de baja del balance cuando se han extinguido las obligaciones que generan o cuando se adquieren con la intención de cancelarlos o de recolocarlos de nuevo.

Cuando el activo financiero transferido cause baja del balance íntegramente, se reconocerá en la cuenta de pérdidas y ganancias la diferencia entre su valor en libros y la suma de: a) la contraprestación recibida, incluyendo cualquier nuevo activo obtenido menos cualquier pasivo asumido, y b) cualquier resultado acumulado reconocido directamente como "Otro resultado global acumulado" en el patrimonio neto atribuible al activo financiero transferido.

(i) Activos tangibles

El inmovilizado material de uso propio se presenta a su precio de adquisición, actualizado conforme a determinadas normas legales, y revalorizado de acuerdo con lo permitido en la nueva normativa contable, menos su correspondiente amortización acumulada y, si hubiere, menos cualquier pérdida por deterioro.

La amortización de todos los elementos del inmovilizado material se calcula linealmente en función de los años de vida útil estimada:

hm
a1
Nero

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

	<u>Años de amortización</u>
Equipos informáticos y sus instalaciones	4
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	10

La Sociedad revisa, al menos al final del ejercicio, el período y método de amortización de cada uno de los activos materiales.

Los gastos de conservación y mantenimiento del inmovilizado material que no mejoran su utilización o prolongan la vida útil de los respectivos activos, se cargan a la cuenta de pérdidas y ganancias en el momento en que se producen.

(j) Activos intangibles

Las aplicaciones informáticas adquiridas por la Sociedad se valoran por su coste de adquisición, se amortizan en el período en el cual se espere que generen flujos de efectivo a favor de la Sociedad y, en caso de ser necesarias, se realizan las correcciones correspondientes al deterioro de valor.

(k) Arrendamientos

Las operaciones de arrendamiento se clasifican en arrendamientos financieros y arrendamientos operativos. A diferencia del arrendamiento operativo, un arrendamiento financiero es un arrendamiento en el que se transfieren sustancialmente todos los riesgos y beneficios inherentes a la propiedad del activo objeto del contrato.

Arrendamientos financieros: Arrendador

La Sociedad contabiliza los activos cedidos mediante contratos de arrendamiento financiero por la inversión neta en los arrendamientos sin tener en cuenta los costes iniciales, siempre que estos no sean significativos.

Los cobros se actualizan a su tipo de interés implícito.

Los ingresos financieros se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias aplicando el método del tipo de interés efectivo. En este caso, los ingresos financieros con origen en estos contratos se abonan a la cuenta de pérdidas y ganancias en el capítulo "intereses y rendimientos asimilados", aplicando para estimar su devengo el método del tipo de interés efectivo de las operaciones

(l) Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta

Se consideran activos no corrientes mantenidos para la venta aquéllos cuyo valor en libros se pretende recuperar, fundamentalmente, a través de su venta, siempre que estén disponibles para su venta inmediata y que su venta se considere altamente probable.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

ad
M... es
hm

Los activos adjudicados o recibidos en pago de deudas son activos que la Sociedad recibe de sus prestatarios u otros deudores, para la satisfacción, total o parcial, de activos financieros que representan derechos de cobro frente a aquellos, y que se clasifican como “activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta”.

Los activos no corrientes mantenidos para la venta se contabilizan por el menor valor de su valor razonable menos los costes de venta y su valor en libros, y no son objeto de amortización.

La estimación del valor razonable de los activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas en el momento de la adjudicación o recepción deberá realizarse partiendo, como valor de referencia, del valor de mercado otorgado mediante una tasación individual completa. Con posterioridad al momento de la adjudicación o recepción, deberá actualizarse la valoración de referencia, que sirve de partida para la estimación del valor razonable, con una frecuencia mínima anual, se podrán combinar métodos automatizados de valoración y tasaciones individuales completas, de forma que estas últimas se realicen, al menos cada tres años.

En el proceso de estimación del valor razonable del activo adjudicado o recibido en pago de deudas, se evaluará si es necesario aplicar al valor de referencia un descuento derivado de las condiciones específicas de los activos, como su situación o estado de conservación, o de los mercados para estos activos, como descensos en el volumen o nivel de actividad. En esta evaluación, la Sociedad tendrá en cuenta su experiencia de ventas y el tiempo medio de permanencia en balance de bienes similares.

La Sociedad tiene sus metodologías propias para las estimaciones de los descuentos sobre el valor de referencia y los costes de venta de los activos adjudicados o recibidos en pago de deudas, teniendo en cuenta su experiencia de ventas de bienes similares, en términos de plazos, precios y volumen, así como el tiempo de permanencia del activo en el balance de la entidad. Estas metodologías se desarrollan en el marco de las metodologías internas para las estimaciones colectivas de coberturas de los riesgos. Sin embargo, las pérdidas de los activos adjudicados serán calculadas de forma individual para aquéllos que permanezcan durante un período superior al inicialmente previsto para su venta.

Las pérdidas por deterioro de los activos no corrientes mantenidos para la venta se reconocen en la partida “Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas” de la cuenta de pérdidas y ganancias consolidada. Las recuperaciones de valor se reconocen en la cuenta de pérdidas y ganancias consolidada hasta un importe igual a las pérdidas por deterioro anteriormente reconocidas.

(m) Compensación de saldos

Los saldos deudores y acreedores con origen en transacciones que, contractualmente o por imperativo de una norma legal, contemplan la posibilidad de compensación y se tiene la intención de liquidarlos por su importe neto o de realizar el activo y proceder al pago del pasivo de forma simultánea se presentan en el balance por su importe neto.

(n) Valores prestados o en garantía

Los préstamos de valores son transacciones en las que el prestatario recibe la plena titularidad de unos valores sin efectuar más desembolso que el pago de unas comisiones, con el

BM
as
Nueco

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

compromiso de devolver al prestamista unos valores de la misma clase que los recibidos.

Los contratos de préstamo de valores en los que el prestatario tenga la obligación de devolver los mismos activos, otros activos sustancialmente iguales y otros similares que tengan idéntico valor razonable se consideran como operaciones en las que los riesgos y beneficios asociados a la propiedad del activo son retenidos sustancialmente por el prestamista.

(ñ) Garantías financieras

Un contrato de garantía financiera se considera un contrato que exige que el emisor efectúe pagos específicos para reembolsar al acreedor por la pérdida en la que incurre cuando un deudor específico incumpla su obligación de pago de acuerdo con las condiciones, originales o modificadas, de un instrumento de deuda, con independencia de su forma jurídica, que puede ser, entre otras, la de fianza, aval financiero, contrato de seguro o derivado de crédito.

La Sociedad reconoce los contratos de garantía financiera en la partida "Otros pasivos financieros" por su valor razonable más los costes de la transacción que sean directamente atribuibles a su emisión. En el inicio, y salvo evidencia en contrario, el valor razonable de los contratos de garantía financiera emitidos a favor de un tercero no vinculado, dentro de una transacción aislada en condiciones de independencia mutua, será la prima recibida más, en su caso, el valor actual de los flujos de efectivo a recibir, utilizando un tipo de interés similar al de activos financieros concedidos por la entidad con similar plazo y riesgo; simultáneamente, reconoce como un crédito en el activo el valor actual de los flujos futuros pendientes de recibir utilizando el tipo de interés anteriormente citado.

Con posterioridad al reconocimiento inicial, los contratos se tratarán de acuerdo con los siguientes criterios:

- a. El valor de las comisiones o primas a recibir por garantías financieras se actualizará registrando las diferencias en la cuenta de pérdidas y ganancias como un ingreso financiero.
- b. El valor de los contratos de garantía financiera que no se hayan calificado como dudosos será el importe inicialmente reconocido en el pasivo menos la parte imputada a la cuenta de pérdidas y ganancias linealmente a lo largo de la vida esperada de la garantía o con otro criterio, siempre que este refleje más adecuadamente la percepción de los beneficios y riesgos económicos de la garantía.

Las garantías financieras se clasifican en función del riesgo de insolvencia imputable al cliente o a la operación y, en su caso, se estima la necesidad de constituir provisiones mediante la aplicación de criterios similares indicados en la Nota (e) para los instrumentos de deuda valorados a su coste amortizado.

En el caso de que sea necesario constituir una provisión por las garantías financieras, las comisiones pendientes de devengo se reclasifican a la correspondiente provisión.

(o) Gastos de personal

La sociedad ha contabilizado los gastos de personal en la Cuenta de Pérdidas y Ganancias, no existiendo retribuciones post-empleo ni remuneraciones basadas en instrumentos de capital.

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

Rm
94
Nuevos

(p) Impuesto sobre los beneficios

El gasto por el Impuesto sobre Sociedades de cada ejercicio se calcula en función del resultado económico antes de impuestos. El efecto impositivo anticipado o diferido de las diferencias temporarias, así como de los créditos fiscales por pérdidas del ejercicio se incluye, en su caso, en los epígrafes "Activos fiscales diferidos" y "Pasivos fiscales diferidos" de los balances de situación.

La Sociedad reconoce la conversión de un activo por impuesto diferido en una cuenta a cobrar frente a la Administración Pública, cuando es exigible según lo dispuesto en la legislación fiscal vigente. A estos efectos, se reconoce la baja del activo por impuesto diferido con cargo al gasto por impuesto sobre beneficios diferidos y la cuenta a cobrar con abono al impuesto sobre beneficios sobre corriente. De igual forma, la Sociedad reconoce el canje de un activo por impuesto diferido por valores de Deuda Pública, cuando se adquiere la titularidad de los mismos.

Salvo prueba en contrario, no se considera probable que la Sociedad disponga de ganancias fiscales futuras cuando se prevea que su recuperación futura se va a producir en un plazo superior a los diez años contados desde la fecha de cierre del ejercicio, al margen de cuál sea la naturaleza del activo por impuesto diferido o en el caso de tratarse de créditos derivados de deducciones y otras ventajas fiscales pendientes de aplicar fiscalmente por insuficiencia de cuota, cuando habiéndose producido la actividad u obtenido el rendimiento que origine el derecho a la deducción o bonificación, existan dudas razonables sobre el cumplimiento de los requisitos para hacerlas efectivas.

La Sociedad sólo reconoce los activos por impuestos diferido derivados de pérdidas fiscales compensables, en la medida que sea probable que se vayan a obtener ganancias fiscales futuras que permitan compensarlos en un plazo no superior al establecido por la legislación fiscal aplicable, con el límite máximo de diez años, salvo prueba de que sea probable su recuperación en un plazo superior, cuando la legislación fiscal permita compensarlos en un plazo superior o no establezca límites temporales a su compensación. Por el contrario se considera probable que la Sociedad dispone de ganancias fiscales suficientes para recuperar los activos por impuesto diferido, siempre que existan diferencias temporarias imponibles en cuantía suficiente, relacionadas con la misma autoridad fiscal y referidas al mismo sujeto pasivo, cuya reversión se espere en el mismo ejercicio fiscal en el que se prevea reviertan las diferencias temporarias deducibles o en ejercicios en los que una pérdida fiscal, surgida por una diferencia temporaria deducible, pueda ser compensada con ganancias anteriores o posteriores.

(q) Provisiones y contingencias

La Sociedad contabiliza provisiones por el importe estimado para hacer frente a obligaciones actuales como consecuencia de sucesos pasados que están claramente especificados en cuanto a su naturaleza, pero resultan indeterminados en cuanto a su importe o momento de cancelación y para cuya cancelación es probable que tenga que desprenderse de recursos que incorporen beneficios económicos. Dichas obligaciones pueden surgir por los aspectos siguientes:

- Una disposición legal o contractual.

BM
95
Maceo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

- Una obligación implícita o tácita, cuyo nacimiento se sitúa en una expectativa válida creada por la Sociedad frente a terceros respecto de la asunción de ciertos tipos de responsabilidades. Tales expectativas se crean cuando la Sociedad acepta públicamente responsabilidades, se derivan de comportamientos pasados o de políticas empresariales de dominio público.
- La evolución prácticamente segura de la regulación en determinados aspectos, en particular, proyectos normativos de los que la Sociedad no podrá sustraerse.

Son pasivos contingentes las obligaciones posibles de la Sociedad, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, cuya existencia está condicionada a que ocurra o no, uno o más eventos futuros independientes de la voluntad de la Sociedad. Los pasivos contingentes incluyen las obligaciones actuales de la Sociedad cuya cancelación no sea probable que origine una disminución de recursos que incorporen beneficios económicos o cuyo importe, en casos extremadamente raros, no pueda ser cuantificado con la suficiente fiabilidad.

Las obligaciones contingentes se califican como probables cuando existe mayor probabilidad de que ocurra que de lo contrario, posibles cuando existe menor probabilidad de que ocurra que de lo contrario y remotos cuando su aparición es extremadamente rara.

La Sociedad incluye en las cuentas anuales todas las provisiones significativas con respecto a las cuales se estima que la probabilidad de que se tenga que atender la obligación es mayor que de lo contrario. Los pasivos contingentes no se reconocen en las cuentas anuales, sino que se informa sobre los mismos a no ser que se considere remota la posibilidad de que se produzca una salida de recursos que incorporen beneficios económicos.

Las provisiones se cuantifican teniendo en consideración la mejor información disponible sobre las consecuencias del suceso que las originan y son estimadas en cada cierre contable, teniendo en cuenta el efecto financiero en caso de que sea significativo. Las mismas son utilizadas para afrontar las obligaciones específicas para las cuales fueron reconocidas, procediéndose a su reversión, total o parcial, cuando dichas obligaciones dejan de existir.

A cierre de los ejercicios a los que se refieren estas cuentas anuales se encontraban en curso distintos procedimientos judiciales y reclamaciones entablados contra la Sociedad con origen en el desarrollo habitual de sus actividades. Tanto los asesores legales de la Sociedad como los Administradores de la Sociedad entienden que la conclusión de estos procedimientos y reclamaciones no producirá un efecto significativo, adicional, en su caso, al importe incluido como provisión, en estas cuentas anuales.

(5) Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista

La entidad no tiene depósito alguno en el Banco de España, ya que dejó de ser obligatorio el mantenimiento de una reserva mínima.

Este epígrafe de la cartera de inversión crediticia de activo del balance de situación corresponde a 480 miles de euros a 31 de diciembre de 2021 y 633 miles de euros a 31 de diciembre de 2020.

Bm
96
Miles

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

	Miles de euros	
	2021	2020
Efectivo	1	-
Depósitos en entidades de crédito	479	633
Total	480	633

(6) Activos financieros a coste amortizado

El desglose de este epígrafe del balance de situación, es como sigue:

	Miles de euros	
	2021	2020
Crédito a la clientela	219.105	237.201

A 31 de diciembre de 2021, el importe de los activos clasificados como dudosos asciende a 22.787 miles de euros (19.984 miles al 31 de diciembre del 2020). Del total de activos dudosos, 17.467 miles de euros, corresponden a activos dudosos en los que concurren razones distintas de la morosidad del cliente (13.045 miles de euros en 2020) para los que se ha dotado una provisión específica de 4.752 miles de euros (3.353 miles de euros en 2020).

Para el cálculo de las correcciones de valor se ha efectuado de forma individualizada un análisis de los instrumentos con el objetivo de determinar si existe alguna deuda en mora o considerada como de cobro dudoso no valorados a valor razonable realizando un registro de las variaciones de valor en la cuenta de pérdidas y ganancias, en función de su antigüedad, garantías aportadas y de las expectativas de recuperación de dichos saldos. A la fecha de cierre del ejercicio, existen créditos por importe de 5.320 miles de euros clasificados como activos dudosos por razón de la morosidad del cliente (6.941 miles de euros en 2020) de los que se encuentran dotados al cierre del ejercicio según el Anejo IX del Banco de España, la cantidad de 4.501 miles de euros (6.174 miles de euros en 2020). Asimismo, existen créditos por importe de 3.530 (6.095 miles de euros en 2020) de los que se encuentran dotados como una provisión específica clasificados como riesgo vigilancia especial de 421 miles de euros (743 miles de euros en 2020). Dichas operaciones tienen importes vencidos que no superan un mes o simplemente no tiene importes vencidos, pero la Sociedad ha decidido clasificarlas como dudosas por presentar dudas sobre su cobrabilidad y de esta manera anticipar el impacto de una posible entrada en mora.

94
Naves
Bon

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

Los ajustes por valoración de la cartera de inversiones crediticias, presentan los siguientes importes:

	Miles de euros	
	2021	2020
Correcciones de valor por deterioro de activos	11.085	11.806

La distribución de la cartera de inversiones crediticias que incluyen los depósitos en entidades de crédito, por zonas geográficas donde el riesgo está localizado se corresponde a lo indicado a continuación:

		Miles de euros	
		2021	2020
Cartera de inversión crediticia	España	120.831	140.380
	Portugal	98.753	97.454
		219.584	237.834

El movimiento durante el ejercicio correspondiente de las correcciones de valor constituidas para la cobertura del riesgo de crédito, según haya sido determinado individual (específica) o colectivamente (genérica), ha sido el siguiente:

	Dudoso morosidad	Dudoso otras razones	Normal en vigilancia especial	Normal	Total
Saldo al 31.12.2020	6.174	3.353	743	1.536	11.806
Dotaciones	1.307	1.745	324	427	3.803
Recuperaciones de importes dotados	(2.636)	(346)	(646)	(552)	(4.180)
Movimientos sin reflejo en T.1	(344)				(344)
Saldo al 31.12.2021	4.501	4.752	421	1.411	11.085

La mayoría de los importes corresponden a créditos, préstamos y otra financiación sin garantía inmobiliaria con otros sectores residentes en España y Portugal.

PM
AS
Nuevos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Memoria de Cuentas Anuales

31 de Diciembre de 2021

(Expresados en miles de euros)

A 31 de diciembre de 2021 y 2020, los ingresos financieros acumulados de activos financieros deteriorados, para los que se ha interrumpido el devengo de intereses ascienden a 13 miles euros y 13 miles de euros respectivamente.

Todos los plazos de revisión de los tipos de interés de los instrumentos que componen la cartera de inversiones crediticias al 31 de diciembre de 2021 son de entre tres meses y un año.

a) Depósitos en entidades de crédito

Este epígrafe de la cartera de inversión crediticia de activo del balance de situación corresponde a 480 miles de euros a 31 de diciembre de 2021 y 633 miles de euros a 31 de diciembre de 2020.

b) Crédito a la clientela

La composición de este epígrafe de la cartera de inversión crediticia de activo del balance de situación es la siguiente:

	<u>Miles de euros</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Otros sectores no residentes		
Otros deudores a plazo	17.684	22.484
Arrendamientos financieros	70.355	67.429
Activos dudosos	14.047	12.099
Ajustes por valoración	(3.425)	(4.615)
	<u>98.661</u>	<u>97.397</u>
Otros sectores residentes		
Otros deudores a plazo	15.516	18.553
Arrendamientos financieros	103.805	120.033
Fianzas dadas en efectivo	31	31
Activos dudosos	8.740	8.370
Ajustes por valoración	(7.648)	(7.183)
	<u>120.444</u>	<u>139.804</u>
Total	<u><u>219.105</u></u>	<u><u>237.201</u></u>

En relación con la información sobre los contratos de arrendamiento financiero en el ejercicio:

- A 31 de diciembre de 2021, la inversión bruta total en los contratos de arrendamiento financiero asciende a 192.525 miles de euros (204.316 miles de euros en 2020);
- el valor presente de los pagos futuros mínimos a recibir por la Sociedad durante el

Continúa

36

hm
 99
 Unicos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
 (Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
 (Expresados en miles de euros)

periodo de obligado cumplimiento (al considerarse que no se van a ejercitar prorrogas ni opciones de compra existentes) asciende a 31 de diciembre de 2021 a 170.414 miles de euros (179.568 miles de euros en 2020).

- No hay cuotas contingentes reconocidas en los ingresos del ejercicio de 2021 y 2020.
- El valor residual no garantizado para dichos contratos ascendía a 18.121 miles de euros a 31 de diciembre de 2021 (47.494 miles euros en 2020).
- El importe de las correcciones de valor por deterioro de los contratos de arrendamiento financiero ascendía a 7.431 miles de euros a 31 de diciembre de 2021 (6.768 miles euros en 2020).

(7) Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta

El movimiento durante el ejercicio 2021 y 2020 del saldo de los Activos no corrientes en venta, que corresponden íntegramente a activos recuperados en euros, es el siguiente:

	Miles de euros			
	31.12.20	Adiciones	Bajas	31.12.21
Activos no corrientes en venta	675	576	(624)	627
Deterioro	(459)	(415)	405	(469)
	<u>216</u>	<u>161</u>	<u>(219)</u>	<u>158</u>

	Miles de euros			
	31.12.19	Adiciones	Bajas	31.12.20
Activos no corrientes en venta	479	588	(392)	675
Deterioro	(215)	(343)	99	(459)
	<u>264</u>	<u>245</u>	<u>(293)</u>	<u>216</u>

Continúa

RM
100
Naves

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

No ha habido ganancias (pérdidas) de activos no corrientes en venta no clasificados como operaciones interrumpidas durante los ejercicios 2021 y 2020.

(8) Activos materiales

El movimiento durante el ejercicio 2021 y 2020 del saldo del Activo Material de uso propio es el siguiente:

	Miles de Euros			31.12.21
	31.12.20	Altas	Bajas	
Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	258	-	-	258
Equipos para procesos de información	34	-	-	34
	292	-	-	292
Amortización Acumulada de Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	(253)	(3)	1	(255)
Amortización Acumulada de Equipos para procesos de información	(34)	-	-	(34)
	(287)	(3)	1	(289)
	<u>5</u>	<u>(3)</u>	<u>1</u>	<u>3</u>

	Miles de Euros			31.12.20
	31.12.19	Altas	Bajas	
Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	259	-	(1)	258
Equipos para procesos de información	140	-	(106)	34
	399	-	(107)	292
Amortización Acumulada de Instalaciones, mobiliario y otro inmovilizado material	(234)	(20)	1	(253)
Amortización Acumulada de Equipos para procesos de información	(138)	(2)	106	(34)
	(372)	(22)	107	(287)
	<u>27</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

hm
101
Nuevos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

A 31 de diciembre de 2021 y 2020, la Sociedad no tiene activos materiales, de uso propio, para los que existan restricciones a la titularidad o que hayan sido entregados en garantía de cumplimiento de deudas.

A 31 de diciembre de 2021 y 2020, la Sociedad no tiene compromisos de adquisición de activo material con terceros.

En los ejercicios 2021 y 2020 no se han recibido ni se esperan recibir importes de terceros por compensaciones o indemnizaciones por deterioro o pérdida de valor de activos materiales de uso propio.

Durante el ejercicio 2021 y 2020 el saldo del Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos no financieros es el siguiente:

	Miles de euros	
	31.12.21	31.12.20
Deterioro del valor o (-) reversión del deterioro del valor de activos no financieros	415	343

Durante el ejercicio 2021 y 2020 el saldo de las Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas es el siguiente:

	Miles de euros	
	31.12.21	31.12.20
Ganancias o (-) pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas	5	(106)

(9) Activos intangibles

En el ejercicio 2021 no ha habido movimiento en la partida activos intangibles. El detalle del saldo a fecha de cierre del activo inmaterial es el siguiente:

	Miles de euros			31.12.21
	31.12.20	Altas	Bajas	
Aplicaciones informáticas	25	-	-	25
Amortización acumulada	(25)	-	-	(25)
	-	-	-	-

P
m
102
Nuevas

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

Durante el ejercicio 2020 el movimiento del activo inmaterial fue el siguiente:

	Miles de euros			
	31.12.19	Altas	Bajas	31.12.20
Aplicaciones informáticas	90	-	(64)	25
Amortización acumulada	(88)	(1)	64	(25)
	<u>2</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A 31 de diciembre de 2021 y 2020, la Sociedad no tiene activos intangibles, para los que existan restricciones a la titularidad o que hayan sido entregados en garantía de cumplimiento de deudas.

A 31 de diciembre de 2021 y 2020, la Sociedad no tiene compromisos de adquisición de activos intangibles con terceros.

En los ejercicios 2021 y 2020 no se han recibido ni se esperan recibir importes de terceros por compensaciones o indemnizaciones por deterioro o pérdida de valor de activos intangibles.

(10) Activos y Pasivos por impuestos

La composición de estos epígrafes del balance de situación a 31 de diciembre de 2021 y 2020, es como sigue:

	Activos		Pasivos	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Corrientes				
Impuesto sobre el Valor Añadido	65	1.765	466	330
Seguridad Social	-	-	31	31
HP por IS	15	149	264	-
HP por IRPF	-	-	60	51
	<u>80</u>	<u>1.914</u>	<u>821</u>	<u>412</u>
Diferidos				
Deducibles por diferencias temporarias	279	202	-	-
	<u>279</u>	<u>202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>359</u>	<u>2.116</u>	<u>821</u>	<u>412</u>

Continúa

40

103
hm
Nicos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

(11) Otros activos y pasivos

El desglose de este epígrafe del balance de situación al 31 de diciembre de 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2021	2020
<u>Activo</u>		
Periodificaciones	557	487
Otros Activos		
Resto	342	238
	899	725
<u>Pasivo</u>		
Periodificaciones	1.001	857
Resto	-	-
	1.001	857

(12) Pasivos financieros a coste amortizado

El desglose de este epígrafe del balance de situación al 31 de diciembre de 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2021	2020
Depósitos de la clientela	189.835	213.048
Pasivos subordinados	4.400	4.400
Otros pasivos financieros	1.455	1.181
	195.690	218.629

Los pasivos financieros que componen la cartera de pasivos financieros a coste amortizado son registrados inicialmente a valor razonable y valorados al coste amortizado, utilizando el método del tipo de interés efectivo.

Km
104
Klases

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

Los intereses y cargas asimiladas por tipo de instrumento de la cartera de pasivos financieros a coste amortizado registradas en las cuentas de pérdidas y ganancias al 31 de diciembre de 2021 y 2020, son los siguientes:

	<u>Intereses</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos de la clientela	2.250	2.573
Pasivos subordinados	217	54
	<u>2.467</u>	<u>2.627</u>

Cabe destacar que a 31.12.2021 la entidad tiene, dentro de los depósitos, un importe de 8.033 miles de euros dispuesto del contrato de Cashpooling que tiene en vigor con la entidad del grupo Deutsche Leasing Funding (16.134 miles de euros en 2020).

El tipo de interés máximo y mínimo al que remunera las deudas con empresa del grupo es de 5,70% y Euribor 1 mes + 0,50% (limitado al 0,00%), que son tipos de interés de mercado.

12.1 Pasivos Subordinados

La Sociedad suscribió un préstamo subordinado con su socio único, Deutsche Sparkassen Leasing, AG & CO. KG., por importe de 4.400.000 euros con fecha 26 de junio de 2008. De este modo, se incrementaron los Recursos Propios computables de la Sociedad, con el fin de incrementar el límite a la concentración.

(13) Provisiones

El desglose de este epígrafe del balance de situación al 31 de diciembre de 2021 y 2020 es el siguiente:

	<u>Miles de euros</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dotación de Provisiones		
Compromisos y garantías concedidos	13	13
Provisiones o (reversión de provisiones)	-	(35)

El saldo contenido en este epígrafe corresponde a provisiones genéricas realizadas para la cobertura de operaciones precontractuales.

(14) Fondos Propios

La composición y el movimiento del patrimonio neto se presentan en el estado de cambios de patrimonio neto.

108
Ramos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

Al 31 de diciembre de 2021 los fondos propios de la Sociedad superan la cifra de capital social. Adicionalmente la entidad dispone de un préstamo subordinado de 4.400 miles de euros cuyo vencimiento es indeterminado, con un plazo de preaviso de 5 años.

(a) Capital

Al 31 de diciembre de 2008 el capital social de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. ascendía a 10.000 miles de euros. El 22 de mayo de 2009 se produjo una ampliación de capital social hasta 13.000 miles de euros, representado por 13.000 acciones nominativas de 1.000 euros de valor nominal cada una (mismas acciones nominativas del mismo valor nominal cada una al 31 de diciembre de 2009), totalmente suscritas y desembolsadas por Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG. Estas acciones gozan de iguales derechos políticos y económicos.

Las acciones no cotizan en mercados organizados y la Sociedad no ha realizado emisiones de Obligaciones Convertibles. Durante los ejercicios 2021 y 2020 no se ha producido movimiento de las acciones en circulación.

(b) Reserva legal

Las sociedades están obligadas a destinar el 10% de los beneficios de cada ejercicio a la constitución de un fondo de reserva hasta que éste alcance, al menos el 20% del capital social. Esta reserva no es distribuible a los accionistas y sólo podrá ser utilizada para cubrir, en caso de no tener otras reservas disponibles, el saldo deudor de la cuenta de pérdidas y ganancias. También bajo ciertas circunstancias se podrá destinar a incrementar el capital social en la parte de esta reserva que supere el 10% de la cifra de capital ya ampliada.

A 31 de diciembre de 2021, la sociedad aumenta la reserva legal debido a los beneficios generados (sin incremento en el ejercicio 2020 debido al resultado negativo generado). En la distribución de resultado del ejercicio, se propone la distribución del 10% a Reserva Legal (ver nota 3), dado que no ha alcanzado todavía el 20% del Capital social de la Entidad.

(c) Recursos propios

La Circular 3/2008 del Banco de España, de 22 de mayo, sobre Determinación y Control de los Recursos Propios Mínimos (en adelante la "Circular"), regula los recursos propios mínimos que han de mantener las entidades de crédito españolas - tanto a nivel individual como de grupo consolidado - y la forma en la que han de determinarse tales recursos propios, así como la información de carácter público que deben remitir al mercado las mencionadas entidades.

Esta Circular supone el desarrollo final, en el ámbito de las entidades de crédito, de la legislación sobre recursos propios y supervisión en base consolidada de las entidades financieras, dictada a partir de la Ley 36/2007, de 16 de noviembre, por la que se modifica la Ley 13/1985, de 25 de mayo, de coeficiente de inversión, recursos propios y obligaciones de información de los intermediarios financieros y otras normas del sistema financiero, y que comprende también el Real Decreto 216/2008, de 15 de febrero, de recursos propios de las entidades financieras. Esta norma culmina también

pm
106
Nuevas

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

el proceso de adaptación de la normativa española a las directivas comunitarias 2006/48/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 14 de junio de 2006 y 2006/49/CE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 14 de junio de 2006. Ambas directivas han revisado profundamente, siguiendo el Acuerdo adoptado por el Comité de Basilea de Supervisión Bancaria ("Basilea II"), los requerimientos mínimos de capital exigidos a las entidades de crédito y a sus grupos consolidables en el ámbito europeo.

Los recursos propios netos de la Sociedad al 31 de diciembre de 2021 y de 2020 cumplen los requisitos establecidos por la normativa en vigor.

(15) Compromisos de préstamos concedidos

El desglose de este epígrafe del balance al 31 de diciembre de 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2021	2020
Riesgos Contingentes		
Otros Riesgos contingentes	1.374	1.838
	1.374	1.838

El saldo contenido en este epígrafe corresponde a íntegramente a operaciones precontractuales.

(16) Información sobre el periodo medio de pago a proveedores. Disposición adicional tercera. "Deber de información" de la ley 15/2010 de 5 de julio.

Derivado de la Disposición final segunda de la Ley 31/2014, de 3 de diciembre y en aplicación de lo dispuesto en la Resolución de 29 de enero de 2016, del Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas, a continuación, se detalla la información sobre el periodo medio de pago a proveedores efectuado durante el ejercicio 2021 y 2020 por la Sociedad:

	2021	2020
	Días	
Periodo medio de pago a proveedores	1,27	4,16
Ratio de las operaciones pagadas	1,27	4,16
Ratio de las operaciones pendientes de pago	102,21	47,67
	Importe	
Total pagos realizados	65.400	132.009
Total pagos pendientes	122	11

hm
10-1
Alvarez

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

(17) Ingresos por intereses y gastos por intereses

El desglose de estos epígrafes de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2021 y 2020, atendiendo a la naturaleza de las operaciones que las originan, es como sigue:

	Miles de euros	
	31.12.21	31.12.20
Intereses y rendimientos asimilados(Ingresos)		
Depósitos en bancos centrales	-	-
Crédito a la clientela	6.868	7.247
	6.868	7.247
Intereses y cargas asimilados (Gastos)		
Depósitos de entidades de crédito	-	-
Depósitos subordinados	217	54
Depósitos de la clientela	2.250	2.573
	2.467	2.627

(18) Ingresos por comisiones

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdida y ganancias de los ejercicios 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2021	2020
Otras Comisiones		
Otros conceptos	826	890
	826	890

La composición del saldo de comisiones percibidas está diversificada en diferentes conceptos, siendo las comisiones percibidas por cancelaciones anticipadas el saldo más significativo.

(19) Gastos por comisiones

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2020	2020
Otras Comisiones	8	6
	8	6

BM
108
Nuevas

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

El importe íntegro del epígrafe “Comisiones Pagadas” corresponde al gasto soportado por todo tipo de comisiones por servicios bancarios o similares.

(20) Diferencias de Cambio

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2021	2020
Diferencias de Cambio	(51)	(3)

La Sociedad tiene concedida una operación de financiación en dólares, lo que genera el saldo contabilizado en este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias.

(21) Otros ingresos de explotación

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2021	2020
Otros productos de explotación		
Ventas y otros ingresos por prestación de servicios no financieros	1.671	1.470
	1.671	1.470

Este epígrafe corresponde a los gastos generales y de personal repercutidos a DL Equiprent, S.A.U. durante los ejercicios 2021 y 2020 tal y como se detalla en la nota 24 “Operaciones y saldos con partes vinculadas”.

(22) Gastos de personal

La composición del capítulo “Gastos de personal” de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2021 y 2020 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2021	2020
Sueldos y salarios	2.012	1.918
Seguridad Social	440	407
Indemnizaciones por despidos	-	-
Gastos de formación y otros	11	9
	2.463	2.334

109
Núcleos

P
m

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

La Sociedad comparte personal y medios organizativos con DL Ibérica Equiprent, S.A.U., relación regulada por un contrato de prestación de servicios. Dicha relación establece que Deutsche Leasing Ibérica, E.F.C., S.A.U. soporta la mayoría de costes de estructura común, repercutiendo a DL Ibérica Equiprent, S.A.U. el coste de los servicios por ella consumidos y calculados mediante criterios económicos tales como el número de contratos firmados y el margen bruto obtenido por cada sociedad. Los gastos soportados por la Sociedad y repercutidos a DL Ibérica Equiprent, S.A.U. durante el ejercicio 2021 han ascendido a 1.806 miles de euros (1.881 miles de euros en 2020), véase nota 24, de los que 1.601 miles corresponden a personal (1.317 miles de euros en 2020). El ingreso de esta repercusión se encuentra contabilizado el epígrafe "Otros productos de explotación" de la Cuenta de Pérdidas y Ganancias adjunta. El número medio de empleados de la Entidad, distribuido por categorías profesionales, al 31 de diciembre de 2021 fue el siguiente:

	Número de personas		
	Hombres	Mujeres	Total
Alta Dirección	1	0	1
Directivos y Técnicos	4	2	6
Otros personal	11	14	25
	<u>16</u>	<u>16</u>	<u>32</u>

El número medio de empleados de la Entidad, distribuido por categorías profesionales, al 31 de diciembre de 2020 fue el siguiente:

	Número de personas		
	Hombres	Mujeres	Total
Alta Dirección	1	0	1
Directivos y Técnicos	4	2	6
Otros personal	11	14	25
	<u>16</u>	<u>16</u>	<u>32</u>

En la Sociedad no hay empleados con discapacidad igual o mayor al 33% (o calificación equivalente local).

BM
110
Nicos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

(23) Otros gastos de administración

La composición de este capítulo de la cuenta de pérdidas y ganancias al 31 de diciembre de 2021 y 2020, es como sigue:

	Miles de euros	
	31.12.21	31.12.20
Inmuebles, instalaciones y material	55	58
Informática	343	245
Comunicaciones	-	5
Primas de seguro y autoseguros	446	519
Gastos de representación y desplazamiento del personal	7	38
Cuotas de asociaciones	12	12
Contribuciones e impuestos	79	-
Otros	647	535
	1.589	1.412

Una parte de los gastos generales de administración han sido repercutidos a DL Ibérica Equiprent, S.A. en virtud del acuerdo de prestación de servicios suscrito con la Sociedad (véase notas 21 y 24).

(24) Operaciones y Saldos con Partes Vinculada

El desglose de las operaciones y saldos con entidades del Grupo y otras Sociedades y personas físicas vinculadas, al 31 de diciembre de 2021 y 2020, se detalla en el siguiente cuadro:

	Miles de euros	
	2021	2020
Activo		
Resto de activos	-	-
Créditos a empresas del grupo	600	519
Pasivos		
Préstamo Subordinado	4.400	4.400
Otros Pasivos	162	178
Créditos de empresas del Grupo	189.918	212.870
Gastos		
Intereses corto plazo con el grupo	2.467	2.636
Otros Gastos con el grupo	303	411
Ingresos		
Otras ganancias Sociedades del grupo	1.974	1.470

Continúa

48

hm
M
Naves

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

Los costes que la Sociedad ha soportado en su actividad, que corresponden a la empresa del grupo "DL Iberica Equipment S.A.U.", se han repercutido correspondientemente ingresando durante el 2021 un montante total de 1.806 miles de euros (1.881 miles de euros en 2020). Asimismo, la sociedad ha soportado una repercusión de costes por parte de su casa matriz, por un importe de 303 miles de euros.

El epígrafe "Créditos de empresas del grupo" tiene un saldo de 189.918 miles de euros (212.870 miles de euros en el 2020) que corresponden a préstamos que tiene con la casa matriz Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG, DL Funding B.V. y Deutsche Leasing Finance GmbH, que han devengado un total de 2.467 miles de euros en intereses durante el ejercicio (2.636 miles de euros en el 2020) de los que 160 miles de euros están devengados y pendientes de liquidación (174 miles de euros en 2020). Estos créditos incluyen un importe de 8.033 miles de euros dispuesto del contrato de Cashpooling que tiene en vigor con la entidad del grupo Deutsche Leasing Funding. La Sociedad también tiene un préstamo subordinado de 4.400 miles de euros (véase nota 12.1), soportando unos intereses de 217 miles de euros (26 miles de euros en 2020). El tipo de interés máximo y mínimo al que remunera las deudas con empresa del grupo es de 5,70% y Euribor 1 mes + 0,50% (limitado al 0,00%) respectivamente, que son tipos de interés de mercado.

Como "Resto de Pasivos", adicionalmente a los ya mencionados, intereses devengados, pero no liquidados de los diferentes préstamos concedidos por las entidades del grupo, existe un montante de 162 miles de euros, correspondiente a unos saldos pendiente de liquidación con la casa matriz (287 miles de euros en 2020).

El saldo de "Créditos a empresas del grupo" 600 miles de euros (519 miles en 2020), corresponde a diferentes importes que se encuentran pendientes de liquidación por parte de diferentes empresas del grupo.

(25) Información relativa al Consejo de Administración y la Alta Dirección

(a) Remuneraciones y Saldos con Miembros del Consejo de Administración y Alta Dirección

Durante el ejercicio 2021 los Administradores de la Sociedad no han percibido remuneraciones, ni tienen concedidos anticipos o créditos y no se han asumido obligaciones por cuenta de ellos a título de garantía. Asimismo, la Sociedad no tiene contraídas obligaciones en materia de pensiones y de seguros de vida con respecto a antiguos o actuales Administradores de la Sociedad, ni se han pagado primas de seguro de responsabilidad civil por daños ocasionados por actos u omisiones en el ejercicio en el cargo.

Las remuneraciones percibidas por el personal clave de la Sociedad, se detallan en el siguiente cuadro:

<u>Miles de Euros</u>
<u>Importe</u>
449

(b) Créditos concedidos y garantías constituidas por la Sociedad a favor de los Consejeros

A la fecha de cierre del ejercicio no figura importe alguno por estos conceptos.

hm
112
Mareo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

(c) Deberes de lealtad de los Administradores

De conformidad con lo establecido en el artículo 229 de la Ley 31/2014, de 3 de diciembre, por la que se modifica el Texto Refundido de la Ley de Sociedades de Capital para la mejora del gobierno corporativo, y con el fin de reforzar la transparencia de las sociedades anónimas, los consejeros han comunicado a la Sociedad que, durante el ejercicio 2021, ellos y sus personas vinculadas, según se define en el artículo 231 del texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital:

- (a) No han realizado transacciones con la Sociedad, sin tener en cuenta las operaciones ordinarias, hechas en condiciones estándar para los clientes y de escasa relevancia, entendiéndose por tales aquellas cuya información no sea necesaria para expresar la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera y de los resultados de la entidad.
- (b) No han utilizado el nombre de la Sociedad o invocado su condición de administrador para influir indebidamente en la realización de operaciones privadas.
- (c) No han hecho uso de los activos sociales, incluida la información confidencial de la compañía, con fines privados.
- (d) No se han aprovechado de las oportunidades de negocio de la Sociedad.
- (e) No han obtenido ventajas o remuneraciones de terceros distintos de la Sociedad y su grupo asociadas al desempeño de su cargo, salvo que se tratase de atenciones de mera cortesía.
- (f) No han desarrollado actividades por cuenta propia o cuenta ajena que entrañasen una competencia efectiva, sea puntual o potencial, con la Sociedad o que, de cualquier otro modo, les sitúen en un conflicto permanente con los intereses de la Sociedad.

(26) Información sobre Medio Ambiente

Los Administradores de la Sociedad consideran mínimos, y en todo caso adecuadamente cubiertos, los riesgos medioambientales que se pudieran derivar de su actividad y estiman que no surgirán pasivos adicionales relacionados con dichos riesgos. La Sociedad no ha incurrido en gastos ni recibido subvenciones en relación a dichos riesgos, durante el ejercicio terminado en 31 de diciembre de 2021.

(27) Servicio de Atención al Cliente

La Orden 734/2004 de 11 de marzo del Ministerio de Economía, sobre los departamentos y servicios de atención al cliente y el defensor del cliente de las entidades financieras incluye en su artículo 17, entre otros aspectos, la necesidad de elaborar un informe de las actividades realizadas por estos servicios a lo largo del ejercicio anterior e, igualmente, que un resumen del mismo se integre en la memoria anual de las entidades.

Durante los ejercicios 2021 y 2020, no se han recibido quejas ni producido ningún tipo de acontecimiento que merezca la pena resaltar en este apartado.

Rm
MS
Muros

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

(28) Honorarios de Auditoría

Los auditores de cuentas de la Sociedad son RSM Spain Auditores, SLP. El desglose de los honorarios netos facturados para los ejercicios anuales finalizados a 31 de diciembre de 2021 y a 31 de diciembre de 2020 es el siguiente:

	KPMG Auditores S.L.		RSM Spain Auditores	
	2021	2020	2021	2020
Por servicios de auditoría	-	-	21	20
Por otros servicios de verificación contable	25	25	-	-
Por asesoramiento fiscal	-	-	-	-
Por otros servicios	-	-	-	-
	<u>25</u>	<u>25</u>	<u>21</u>	<u>20</u>

Los importes incluidos en el cuadro anterior, incluyen la totalidad de los honorarios relativos a los servicios realizados durante los ejercicios 2021 y 2020, con independencia del momento de su facturación.

(29) Situación Fiscal

Los beneficios, determinados conforme a la legislación fiscal, están sujetos a un gravamen del 30% sobre la base imponible en España, y del 21% en Portugal. De la cuota resultante pueden practicarse determinadas deducciones.

A continuación, se presenta una conciliación entre el resultado contable antes de impuestos obtenido por la Entidad en los ejercicios 2021 y 2020 y el gasto por Impuesto sobre Sociedades registrado en las cuentas de resultados correspondientes a los citados ejercicios:

	Miles de euros			
	2021		2020	
	España	Portugal	España	Portugal
Resultado contable del ejercicio antes de impuestos	1.634	1.104	(2.005)	708
Ajuste resultado a normativa Portuguesa	-	17	-	-
Diferencias permanentes	45	-	-	-
Diferencias temporales	(337)	-	-	-
Compensación Bases imponibles negativas	(931)	-	-	-
Base contable	<u>410</u>	<u>1.121</u>	<u>(2.005)</u>	<u>708</u>
Cuota íntegra al 30% (España) 21% (Portugal)	<u>123</u>	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Diferencia Impuesto Sociedades Ejer. Ant.	(118)	4	-	15
Variación Activos fiscales diferidos	-	-	-	-
Gastos por impuesto de sociedades	<u>5</u>	<u>239</u>	<u>-</u>	<u>15</u>

BM
M4
Nuevos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

A continuación, se incluye una conciliación entre el resultado contable del ejercicio 2021 y el resultado fiscal que la Sociedad espera declarar tras la oportuna aprobación de cuentas anuales, junto con los datos del 2020:

	Euros						Total
	2021						
	Cuenta de pérdidas y ganancias			Ingresos y gastos imputados al patrimonio neto			
	Aumentos	Disminuciones	Neto	Aumentos	Disminuciones	Neto	
Saldo de ingresos y gastos del ejercicio			2.494			-	2.494
Impuesto sobre sociedades			(244)			-	(244)
Operaciones continuadas			2.738			-	2.738
Operaciones interrumpidas			-			-	-
Beneficios/(Pérdidas) antes de impuestos			-			-	-
Diferencias permanentes							
De la Sociedad individual			45				45
De los ajustes por establec. permanentes		(1.104)	(1.104)			-	(1.104)
Diferencias temporarias:							
De la Sociedad individual	61	(398)	(337)			-	(337)
Con origen en el ejercicio							
Con origen en ejercicios anteriores							
Compensación de bases imponibles negativas de ejercicios anteriores		(931)	(931)			-	(931)
Base imponible (Resultado fiscal)			<u>411</u>			<u>411</u>	<u>411</u>

hm
115
Diferencias

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

	2020		
	España	Portugal	Total
Resultado contable del ejercicio antes de impuestos	(2.005)	708	(1.297)
Ajuste resultado a normativa Portuguesa	-	-	-
Diferencias permanentes	346	0	346
Diferencias temporales	1.012	0	1.012
Base Imponible Previa	(647)	708	61
Compensación de bases negativas periodos anteriores	-	-	-
Base imponible fiscal	(647)	708	1.924
Cuota al 30% (España) 21% (Portugal)	-	-	-
Diferencia impuestos ejercicios anteriores	-	-	-
Retenciones y pagos a cuenta	(27)	(122)	(149)
Deducciones y bonificaciones	-	-	-
Tributos locales	-	-	-
Impuesto sobre sociedades a pagar	(27)	(122)	(149)

La Sociedad puede compensar las bases imponibles negativas pendientes de compensación, con las rentas positivas de los periodos impositivos siguientes con el límite del 70% de la base imponible previa a la aplicación de la reserva de capitalización y a su compensación (ver artículo 23 de LIS). No obstante, en todo caso, se pueden compensar en el periodo impositivo bases imponibles negativas hasta el importe de 1 millón de euros.

En virtud de la aprobación de la Ley 27/2014 del Impuesto sobre sociedades, a partir de 1 de enero de 2015, no habrá límite temporal a la compensación de las Bases imponibles negativas. La Sociedad ha compensado para el cierre fiscal del ejercicio 2021 931 miles de euro quedando a 31 de diciembre de 2021, bases imponibles negativas pendientes de ser compensadas por los importes que siguen:

Ejercicio	Euros
2020	191
Total	191

Bm
116
Naces

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

La Sociedad ha pagado 235 miles de euros en concepto de Impuesto de Sociedades de la sucursal en Portugal correspondiente al ejercicio 2021 (15 miles de euros en 2020).

El saldo de la cuenta de activo por crédito fiscal diferido correspondiente a las diferencias temporales a cierre de ejercicio asciende hasta 279 miles de euros (202 miles de euros en 2020).

Asimismo, a 31 de diciembre de 2021, la Sociedad, tiene un saldo de ajuste por diferencias Temporales positivas, cuyo desglose se muestra a continuación:

	Miles de euros	
	2021	2020
Provisión genérica + Deterioro	559	642
Provisión abogados	77	71
Amortización	5	5
Plan de Pensiones	113	113
Total	<u>754</u>	<u>831</u>

Según establece la legislación vigente, los impuestos no pueden considerarse definitivamente liquidados hasta que las declaraciones presentadas hayan sido inspeccionadas por las autoridades fiscales, o haya transcurrido el plazo de prescripción de cuatro años, cinco para el Impuesto sobre Sociedades. Al 31 de diciembre de 2021, la Sociedad tiene abiertos a inspección los ejercicios mencionados. Los Administradores del Grupo no esperan que, en caso de inspección, surjan pasivos adicionales de importancia.

De acuerdo con la Ley del Impuesto sobre Sociedades, si en virtud de las normas aplicables para la determinación de la base imponible, ésta resultase negativa, su importe podrá ser compensado a aquél en que se originó la pérdida, distribuyendo la cuantía en la proporción que se estime conveniente. La compensación se realizará al tiempo de formular la declaración del Impuesto sobre Sociedades, sin perjuicio de las facultades de comprobación que correspondan a las autoridades fiscales.

(30) Políticas y Gestión de Riesgos

El Consejo de Administración, a través de las comisiones y unidades de políticas, control y gestión de riesgos, tutela y supervisa las políticas contables y los sistemas y procedimientos de control interno, en relación con todos los riesgos de la actividad de la Sociedad, así como la prevención del blanqueo de capitales de conformidad con la legislación vigente. El objetivo es gestionar adecuadamente los riesgos y optimizar dicha gestión a través de los activos, pasivos e instrumentos de cobertura.

A tales efectos, se aprueban y revisan periódicamente los riesgos crediticios de mayor importancia y se establecen los límites operativos pertinentes, existiendo una clara segregación de funciones entre las unidades de negocio donde se origina el riesgo y las unidades de seguimiento y control del mismo.

PM
AA
Nuevos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. pone especial énfasis en la identificación, medición, control y seguimiento de los siguientes riesgos:

1. Riesgo de crédito
2. Riesgo estructural de interés
3. Riesgo de liquidez
4. Riesgo de mercado
5. Riesgos de derivados
6. Riesgos operativos

Los sistemas de auditoría y control interno se extienden, asimismo, a otros riesgos de la actividad del Grupo Deutsche Leasing, tales como riesgos legales y fiscales, riesgos de fraude y riesgos tecnológicos.

(a) Gestión del riesgo estructural

La política de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. en materia de control de los riesgos de interés y de liquidez tiene por objeto gestionar el impacto de la evolución de los tipos de interés en el Balance y en la Cuenta de Resultados.

El Comité de Activos y Pasivos constituye el órgano directamente responsable de la gestión de los riesgos globales de tipos de interés, divisa y liquidez. Este Comité adopta las estrategias de inversión o cobertura más adecuadas para mitigar el impacto de la variación de los tipos de interés, así como las políticas de financiación.

- Riesgo estructural de tipo de interés

El riesgo de interés estructural es el definido como la exposición de la Sociedad a variaciones en los tipos de interés de mercado, derivada de la diferente estructura temporal de vencimientos y reprecitaciones de las partidas de activo y pasivo del Balance.

Para la gestión, medición y control integral de los riesgos de interés se utiliza la metodología denominada "gap de reprecitación". El modelo consiste en un plano de riesgos de interés basado en la asunción de determinadas hipótesis de trabajo, que facilita la información sobre el grado de exposición al riesgo de la Sociedad ante la evolución de los tipos de interés. A tal efecto, el Balance de la Sociedad se divide en varios tramos, estructurados por plazos de renovación de tipos de interés.

Adicionalmente, se utilizan herramientas de simulación que permiten calcular la sensibilidad del margen de intermediación ante distintos escenarios de tipos de interés y cambios en la pendiente de la curva, así como la sensibilidad del valor económico ante variaciones de los tipos de interés, lo que permite determinar que no existe un impacto negativo importante.

hm
118
Naceo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

- Riesgo de liquidez

En relación al riesgo de liquidez, la Sociedad realiza una gestión coordinada de los activos y pasivos de su balance.

Las herramientas utilizadas para el control del riesgo de liquidez son el 'gap de liquidez' y el informe de situación en el mercado interbancario.

A pesar del gap negativo teórico de los plazos "más de cinco años", la sociedad tiene la seguridad de que estos pasivos se van a poder renovar sin mayores dificultades, no existiendo por tanto ninguna tensión de liquidez real.

(b) Actividad de tesorería

La División de Tesorería, además de prestar sus servicios para la gestión global de los riesgos de interés y de liquidez, actúa en los mercados con el objetivo de aprovechar las oportunidades de negocio que se presenten.

En el ejercicio de estas funciones se utilizan o utilizarán todos los instrumentos financieros disponibles, incluidos derivados sobre tipos de interés. Se establecen también unos límites específicos por riesgo de crédito y de contrapartida, así como los mercados autorizados para actuar.

El criterio de fijación de límites se ajusta a criterios de delegación; la información correspondiente se encuentra a disposición de los órganos de control en las bases de datos internas existentes a estos efectos.

(c) Medición del riesgo de mercado

Para la medición del riesgo de mercado de tipos de interés se utiliza la metodología que en cada caso y según el contexto se crea más oportuno.

(d) Riesgo de crédito

- Organización de la función de riesgo de crédito
 - a) La estrategia que en materia de riesgos sigue DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. viene marcada por el Consejo de Administración, que además fija los límites de facultades del Departamento de Riesgos tanto a nivel local como a nivel de grupo. Dicha estrategia se materializa en unas políticas de riesgos, implementadas por el Departamento de Riesgos a través de distintas herramientas y procedimientos.
 - b) El Consejo de Administración, además de aprobar las políticas de riesgo para los distintos negocios de la Sociedad, fija los límites de las facultades delegadas, sanciona las operaciones que por importe no entren en el capítulo anterior; realiza periódicamente el control y seguimiento de los riesgos y su exposición, tanto de los clientes más importantes como de los sectores más representativos, supervisa el cumplimiento de los objetivos de riesgos y el funcionamiento de las herramientas y modelos de gestión del riesgo; y en general, es informado y decide sobre los asuntos relevantes en materia de riesgo de crédito.

fm
MG
Naceo

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

- c) El Departamento de Riesgos de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. está englobado dentro la Dirección General de Administración, lo que garantiza su independencia de las unidades de negocio, y está estructurado respondiendo a las diferentes áreas y segmentos de clientes, realizando desde la aprobación de las operaciones al posterior control y seguimiento de las mismas y, en su caso, el recobro de las posiciones morosas. Asimismo, existe una función de control de riesgos, que supervisa de manera independiente operaciones que superan un determinado umbral y que asesora a nivel general de los potenciales riesgos en lo que pudiera incurrir la entidad. Su función principal es el desarrollo, mejora, control y seguimiento de los nuevos modelos internos de cuantificación del riesgo y la implantación de estos modelos en la gestión global de riesgos de la Sociedad, buscando optimizar la relación rentabilidad/riesgo para los distintos negocios.
- d) DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. suele requerir en su política de asunción de riesgos la figura del fiador, ya sea persona física o jurídica. No obstante, estas garantías no cumplen con los requisitos necesarios para ser consideradas como una técnica de mitigación del riesgo, de modo que no es necesaria la revisión de su eficacia.
- e) La estrategia de negocio de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. conlleva un importante riesgo de concentración individual que ha sido adecuadamente analizado y se han establecido los mecanismos de control y las herramientas necesarias para eliminarlo mediante la recepción de depósitos en efectivo, afectos al riesgo de crédito de las operaciones que garantizan, de una entidad del grupo "Deutsche Leasing Finance GmbH".

(e) Calidad crediticia

La buena calidad crediticia de DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U., los recursos propios adecuados y el nivel de sus provisiones constituyen una gran ventaja competitiva y permiten a la Sociedad afrontar de cara al futuro un progresivo crecimiento de la inversión con la seguridad de que seguirá generando valor de forma sostenida en el tiempo.

Las líneas básicas de actuación de la gestión del riesgo en DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. durante el ejercicio 2021 han sido las siguientes:

1. Consolidación de las líneas de captura de negocio e industrias donde DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. tiene presencia desde el inicio de su actividad, que se encuentran totalmente alineados con la estrategia del grupo y que han mostrado su resistencia en diferentes ciclos económicos, así como han contribuido a una buena diversificación del portafolio.
2. Uso de modelos internos de cuantificación de riesgo crediticio que no solo permiten una optimización del binomio rentabilidad-riesgo, pero también cumplir con las exigencias del mercado en tiempo (agilidad en las repuestas) y forma (estructuras de financiación apropiadas).

fon
De
Neces

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. ha establecido diferentes categorías de riesgo crediticio, con el fin de dotar a cada una de ellas de sistemas de calificación o rating específicos.

(f) Modelos internos de cuantificación del riesgo

Los modelos de calificación interna o rating proporcionan, para cada categoría, una puntuación o nota del nivel de riesgo que la Sociedad asume con cada cliente. Cada una de las notas está asociada a una determinada probabilidad de impago (retraso en el pago de la deuda superior a 90 días), de forma que, a menor nota o rating, menor probabilidad de impago.

La cartera de riesgos de crédito se encuentra adecuadamente diversificada por sectores. Hay que destacar, la ausencia en DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.U. de riesgos en países terceros fuera de la Unión Europea.

(g) Control y seguimiento del riesgo

La calidad “a vigilar” originada por clientes con impagados a terceros, morosidad reciente en la Sociedad o seguimiento especial se ha desarrollado de forma satisfactoria.

La Sociedad implementó durante el ejercicio 2013, adicionalmente al nivel de atribuciones ya establecido por las políticas de gestión del riesgo generales, una unidad de aprobación específica para operaciones clasificadas de seguimiento especial. Las operaciones de refinanciación y reestructuraciones están sometidas a la gestión y aprobación por un departamento y unos órganos de decisión, diferentes a los de clientes clasificados como crédito normal, y especializados en este tipo de casos. El seguimiento sobre este tipo de operaciones de refinanciación y reestructuración es continuo, como parte de las funciones de la gestión del riesgo de la Sociedad.

Cabe destacar que la Sociedad dispone de una función de Compliance, que realiza un seguimiento y control de todo tipo de novedades normativas, y que permite evaluar el impacto de las mismas y asesorar sobre su correcta implantación. El cumplimiento de la regulación del Banco de España, así como de las medidas para la prevención de Blanqueo de Capitales, comprenden las principales áreas de actuación de la función de Compliance. En referencia a las medidas de prevención del Blanqueo de Capitales, la Sociedad tiene constituido un comité que se reúne de manera trimestral, en el que se tratan los temas más importantes relacionados con el blanqueo de capitales. Adicionalmente a lo mencionado, la Sociedad tiene articulados sistemas de evaluación de honorabilidad y profesionalidad de los puestos de dirección y de control, tal y como exige el Real Decreto 256/2013.

Es importante hacer mención a que la Sociedad, además de disponer de diferentes funciones de control interno y auditoría interna, es objeto de diversas auditorías externas, destacando principalmente las realizadas en los ámbitos financiero, de blanqueo de capitales y Ley de Protección de datos.

hm
Adri
Narcis

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Memoria de Cuentas Anuales
31 de Diciembre de 2021
(Expresados en miles de euros)

(31) Hechos Posteriores

En los primeros meses del 2022 el conflicto entre Rusia y Ucrania se fue incrementando hasta tomar forma en la invasión militar por parte de Rusia el día 24 de febrero de 2022. Aunque a fecha de este informe, y dejando fuera lo complicado de la situación desde un punto de vista humanitario, todavía es pronto para evaluar de una forma consistente y clara los efectos negativos que la invasión mencionada pudiera tener en las economías de países diferentes a los implicados en el conflicto. Sin embargo, los primeros efectos ya existen siendo particularmente visibles en (i) fuerte incremento del precio de la energía y (ii) ruptura en la distribución internacional de productos con origen en Rusia y Ucrania. En cualquier caso, DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A. no mantiene ninguna operación de financiación con empresas españolas localizadas o con intereses en Rusia o en Ucrania y/o con empresas de alguno de estos dos países localizadas o con actividad en territorio español.

RM
Add
Nicos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Informe de Gestión
31 de Diciembre de 2021

Durante el ejercicio 2021 DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A. ha retomado con total normalidad sus actividades de financiación después de un ejercicio 2020 dominado por la situación de pandemia debido al COVID19 pero donde sin embargo, y a pesar de la situación, el portfolio se mostró robusto dada su diversificación sectorial y su calidad crediticia. En 2021 DEUSCTHE LEASING ha continuado en su senda de crecimiento y diversificación.

En el ejercicio 2021, el importe neto de la cifra de negocios compuesta por los intereses generados por las operaciones contratadas con los clientes alcanzó un total de 6.868 miles de euros, un 5,3% inferior al registrado en el ejercicio anterior.

Por otro lado, por lo que respecta al margen bruto, el mismo ascendió en 2021 a un total de 6.839 miles de euros, lo que supone una reducción del 1,89% del que se obtuvo en el ejercicio anterior.

Como movimiento más significativo del ejercicio 2021 tenemos la reversión del deterioro de valor de los activos financieros a coste amortizado por un importe de 364 miles de euros (pérdidas registradas por deterioro del valor de dichos activos en el ejercicio 2020 por un importe de 4.085 miles de euros).

El resultado positivo del ejercicio 2021 después de impuestos ha sido de 2.494 miles de euros (1.313 miles de euros de pérdida en 2020).

Los principales riesgos a los que se enfrenta la Sociedad son el de mercado, crédito, liquidez, tipo de interés y operativo. El Consejo de Administración, a través de las comisiones y unidades de políticas, control y gestión de riesgos, tutela y supervisa las políticas contables y los sistemas y procedimientos de control interno en relación con todos los riesgos de la actividad de la Sociedad, así como la prevención del blanqueo de capitales de conformidad con la legislación vigente. A tales efectos, se aprueban y revisan periódicamente los riesgos crediticios de mayor importancia y se establecen los límites operativos pertinentes, existiendo una clara segregación de funciones entre las unidades de negocio donde se origina el riesgo y las unidades de seguimiento y control del mismo.

El riesgo de crédito está totalmente tutelado y dirigido desde el Departamento de riesgos, fijándose las facultades delegadas que en cada caso se estiman oportunas. Este departamento revisa periódicamente las operaciones, estando coordinada con el departamento de recobros. La Sociedad dispone de las garantías adecuadas para cubrir su riesgo de crédito y, en cualquier caso, intenta mantener el riesgo con cada cliente por debajo del valor de mercado de los activos cedidos en arrendamiento financiero. Es importante destacar que, de considerar el valor razonable de los bienes arrendados, así como el importe de garantías de diversa índole de las que es beneficiaria la Sociedad, el nivel de provisiones sería considerablemente inferior. Asimismo, es importante destacar que no existen riesgos significativos en países terceros por operar, por el momento, en territorio español y portugués. A nivel general el ejercicio 2021 ha venido condicionado por la pandemia generada por la COVID19. Bajo esta situación el Departamento de Riesgos adoptó una serie de medidas que perseguían la adaptación de los criterios de decisión a una nueva situación marcada por una alta incertidumbre. En este sentido también se reforzaron las actividades de control y seguimiento sobre la cartera viva y de forma particular también se adoptaron medidas orientadas a asegurar la viabilidad de operaciones existentes con algunos clientes cuya actividad principal se había visto afectada por la pandemia

P
hm
123
Nicos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.
(Sociedad Unipersonal)
Informe de Gestión
31 de Diciembre de 2021

anteriormente mencionada.

En cuanto a los tipos de interés, el principal riesgo es la diferente estructura temporal de vencimientos y revisión de tipos de las partidas de activo y pasivo del Balance. A la fecha de cierre del ejercicio se considera que no existe un riesgo importante de tipo de interés, ya que las operaciones realizadas a tipo de interés fijo han sido financiadas mediante fondos propios o con depósitos a tipo fijo, mientras que para el resto de operaciones a tipo variable se han calculado diferentes escenarios de evolución de los tipos, considerándose que el riesgo es moderado.

A la fecha de cierre del ejercicio el riesgo de liquidez no es significativo, ya que la Sociedad dispone de acceso a un gran abanico de bancos de primer orden con los que trabaja el grupo.

Para cubrir los riesgos operativos, se han realizado planes de emergencia y auditorías informáticas con el objetivo de asegurar los activos de la Sociedad y las bases de datos de información de que dispone la Sociedad. Asimismo, existe un comité de control informático que seleccionó e implementó en el 2013 una nueva herramienta informática con la que mejorar la gestión del negocio. Durante el ejercicio 2021 se ha trabajado en actualizaciones continuas del sistema, que implican importantes mejoras, en base a la experiencia adquirida en sus 8 años de utilización, y con el objetivo de ser utilizado como herramienta de gestión de todas las entidades internacionales del grupo Deutsche Leasing. La Sociedad realiza reuniones periódicas donde se analiza la situación y evolución previsible del mercado, concediendo especial importancia a la evolución de los tipos de interés y a la situación de aquellos sectores económicos donde la Sociedad tiene una presencia destacada.

No existe riesgo de tipo de cambio ya que la única operación concedida en dólares, se encuentra financiada con un préstamo en la misma divisa.

Durante el ejercicio 2021 la Sociedad no realizó actividades de investigación y desarrollo ni ha adquirido o vendido acciones propias.

No hay ninguna cuestión en materia de medio ambiente que afecte a la Sociedad, no existiendo, por lo tanto, riesgos relacionados con el mismo ni con la seguridad y salud de los trabajadores.

Asimismo, es importante indicar que el periodo medio de pago a proveedores efectuado durante el ejercicio 2021 ha sido de 1,27 días.

Finalmente señalar que, después del cierre del balance de la Sociedad, no se ha producido ningún acontecimiento que afecte significativamente a la Sociedad.

hm

124
Núncos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

Al amparo del artículo 253 del Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julio, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital, los abajo firmantes, integrantes del Consejo de Administración de Deutsche Leasing Ibérica E.F.C., S.A. (Sociedad Unipersonal), suscribimos el contenido íntegro de las Cuentas Anuales e Informe de Gestión correspondientes al ejercicio 2021, extendidos en 62 hojas incluida la presente, numeradas del 1 al 62, ambas inclusive, y que han sido formuladas por la Sociedad en su sesión celebrada el día 28 de marzo de 2022, firmándolas a continuación todos los administradores en prueba de conformidad y aceptación.

En Bad Homburg v.d. Hoehe, a 28 de marzo de 2022.



KAI OSTERMANN

en calidad de Presidente



KARSTEN REINHARD

en calidad de Vicepresidente



ANA MARIA CHRISTOPHE

en calidad de Consejera

hm
125
Núcleos

DEUTSCHE LEASING IBERICA, E.F.C., S.A.

(Sociedad Unipersonal)

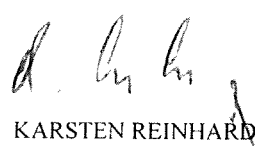
Al amparo del artículo 253 del Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julio, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital, los abajo firmantes, integrantes del Consejo de Administración de Deutsche Leasing Ibérica E.F.C., S.A. (Sociedad Unipersonal), suscribimos el contenido íntegro de las Cuentas Anuales e Informe de Gestión correspondientes al ejercicio 2021, extendidos en 62 hojas incluida la presente, numeradas del 1 al 62, ambas inclusive, y que han sido formuladas por la Sociedad en su sesión celebrada el día 28 de marzo de 2022, firmándolas a continuación todos los administradores en prueba de conformidad y aceptación.

En Bad Homburg v.d. Hoehe, a 28 de marzo de 2022.



KAI OSTERMANN

en calidad de Presidente



KARSTEN REINHARD

en calidad de Vicepresidente



ANA MARÍA CHRISTOPHE

en calidad de Consejera